

coleção
Linguagem
Sociedade



Eni Puccinelli Orlandi
Paula Chiaretti
Eduardo Alves Rodrigues
(Orgs.)

linguagem, tecnologia e

o espaço social



UNIVAS
Universidade do Vale do Sapucaí

Linguagem, Tecnologia e Espaço Social

Eni P. Orlandi
Eduardo Rodrigues
Paula Chiaretti
(orgs.)

Campinas: RG
Pouso Alegre: Univás
2016
Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem – PPGCL
Universidade do Vale do Sapucaí – Univás

Reitor

Carlos de Barros Laraia

Vice-Reitor

Benedito Afonso Pinto Junho

Pró-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa

Prof^a Andrea Silva Domingues

Coordenação do PPGCL

Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi

Orlandi, Eni P. (Org.).

Linguagem, tecnologia e espaço social / organização de Eni P. Orlandi, Eduardo Alves Rodrigues e Paula Chiaretti. – Pouso Alegre: Univás; Campinas: RG Editores, 2016.

184p. – (Coleção Linguagem & Sociedade)

Vários autores

ISBN: 978-85-6162255-8

1. Linguagem. 2. Tecnologia. 3. Espaço social. 4. Linguística. 5. Sociedade.
I. Rodrigues, Eduardo Alves (Org.). II. Chiaretti, Paula (Org.). III. Título. IV.
Série.

CDD - 410

COLEÇÃO LINGUAGEM E SOCIEDADE

A Coleção Linguagem e Sociedade responde às condições atuais de uma sociedade do conhecimento e das suas tecnologias, entre elas as da informação e da linguagem. Ao mesmo tempo, os estudos da linguagem, ao se colocarem de modo mais abrangente no conjunto das ciências humanas e das ciências em geral, ganham maior importância na compreensão da sociedade e da sua relação com diferentes formas de conhecimento. O interesse desta coleção está, assim, no fato de que se dedica a publicar obras que refletem sobre a linguagem tomada nestas relações.

COORDENADORA

Eni Puccinelli Orlandi

COMITÊ CIENTÍFICO

Débora Massmann (Univás); Eni Puccinelli Orlandi (Univás/Unicamp); Fernando Hartmann (FURG); Francine Mazière (Paris XIII); Freda Indursky (UFRGS); Jean-Jacques Schaller (Paris XIII); José Horta Nuens (Unicamp); Luiz Francisco Dias (UFMG); Marie-Anne Paveau (Paris XIII); Mónica Zoppi-Fontana (Unicamp); Pedro de Souza (UFSC); Romain Descendre (ENS-Lyon).

Copyright © 2016 da organizadora representante dos colaboradores. Direitos cedidos para esta edição com exclusividade para publicação para as editoras RG e Univás.

Todos os direitos reservados

Todos os direitos desta edição estão reservados às editoras RG e Univás. Proibida a reprodução total ou parcial em qualquer mídia sem a autorização escrita das Editoras. Os infratores estão sujeitos às penas da lei.

Coordenação Editorial: Editora RG/Univás
Capa: Guilherme Carrozza

Editora RG
Rua Tiradentes, 296 – SI 22
Vila Itapura – Campinas – SP
13012-190

Univás
Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem – PPGCL
Avenida Tuany Toledo, 470
37550-000 - Pouso Alegre - MG
Telefones: (35) 3449-9248 / (35) 98862-9580 / (35) 98858-1993

2016

SUMÁRIO

- 9** **Apresentação**
- 13** **Selfie: formas de individuação do sujeito**
Ana Luiza Artiaga Rodrigues da Motta
- 29** **O relatório da Comissão Estadual da Verdade de SC: o papel da memória e as formas do esquecimento**
Andréia da Silva Daltoé
- 57** **Manifestação digital: “um mundo que não acaba nunca de se dividir em dois”**
Cristiane Dias
- 81** **Narrativas em deriva: espelhamentos coletivos nos espaços públicos**
Flávio Rabelo, Bruna Reis
- 97** **Fabriquer de l’espoir au bord du gouffre. Changeons de boussole!**
Jean-Jacques Schaller
- 123** **O movimento dos sentidos em livros didáticos de Língua Inglesa**
Juliana Santana Cavallari
- 139** **Domínios referencias na tecnologia dos instrumentos linguísticos digitais**
Luiz Francisco Dias
- 154** **O corpo no discurso da ciência e da tecnologia: a lógica do *plug and play***
Paula Chiaretti
- 165** **O dispositivo televisual e o sujeito enquanto fala e canta**
Pedro de Souza
- 180** **Sobre os Autores**

APRESENTAÇÃO

Este livro reúne trabalhos que buscam compreender processos de significação produzidos a partir do modo como podem estar articulados e relacionados linguagem, tecnologia e espaço social, tomados, por um lado, em suas materialidades específicas, em suas espessuras históricas, e, por outro lado, enquanto lugares possíveis de atualização de funcionamentos discursivos, de produção de evidências ideológicas.

É de uma perspectiva que parte do funcionamento da linguagem que tais articulações e relações são textualmente expostas nos trabalhos deste livro, o que faz funcionar o fundamento de que o espaço social e as formas tecnológicas são construções mediadas pela linguagem; e que materializam, dessa maneira, interpretações sobre o modo como os sujeitos concebem como possível e significativa sua própria existência.

Os trabalhos têm em comum o fato de darem especial ênfase à face da tecnologia no referido trinômio. Assim procedendo, seus autores mostram a importância de se considerar a produção tecnológica como condição de produção determinante para a dinâmica da movimentação de sentidos que (des)estabilizam – historicizando, de uma forma ou de outra – a conformação da forma histórica da sociedade contemporânea, sobretudo, pelo modo como a administram as formações do capital, do mercado, dos estados, das instituições etc. e suas políticas.

Nessa medida, a relevância desses trabalhos está no fato de que, ao mobilizarem diferentes objetos e temáticas, endereçando-lhes inquietações e questionamentos específicos, o conjunto dos resultados que cada um deles oferece ao leitor dá visibilidade à composição prismática de nossa sociedade, e, em decorrência, de possibilidades de se constituir sujeito em tal conjuntura. Ao procurarem dar consequências a tais questionamentos, com o objetivo de compreenderem como os objetos analisados significam indiciando processos de

subjetivação, os trabalhos aqui reunidos expõem formas de textualização do político e a opacidade dos processos que as sustentam.

Abre o referido conjunto de textos, a análise de Ana Luiza Artiaga Rodrigues da Motta sobre a *selfie*. No texto, a autora articula sujeito, espaço e imagem a partir da análise do funcionamento discursivo da *selfie*, compreendida como um gesto que marca a individuação do sujeito nas redes sociais. O trabalho coloca em destaque o modo pelo qual essas imagens de autorretrato veiculam a projeção imaginária do sujeito contemporâneo sempre conectado.

Andréia da Silva Daltoé analisa efeitos do funcionamento da memória e do esquecimento sobre a constituição e a significação do relatório da Comissão Estadual da Verdade de SC. A partir do percurso textual da autora, colocam-se em cena relações de poder que se constituem a partir da disputa entre o que se quer dizer e o que é possível ser dito, mostrando que o efeito de verdade rivaliza com certa demanda de/por esquecimento. Ao dar visibilidade a esse processo de significação da verdade, ganha destaque o modo como os sujeitos ali concernidos numa posição de certo modo testemunhal se relacionam com o dizer (sobre) a dor.

Cristiane Dias se dedica a compreender a manifestação digital como um lugar paradoxal de produção tanto de unidade quanto de cisão do mundo enquanto universo semântico. A leitura da autora endereça relações entre o que ela designa, a partir de Pêcheux, de “espectros”, que abrangem, de um lado, os movimentos da cidade, e do outro lado, o movimento do ensino enquanto sistema político-ideológico e institucional de transmissão de coisas-a-saber. Assim, Dias discute questões acerca da relação entre manifestações de hologramas e de professores e estudantes no tempo-espaço da cidade.

Em seu texto, Flávio Rabelo e Bruna Reis discutem a performance *O que você está fazendo agora [?]*, do Núcleo Fuga!, que busca realizar (re)criações de dramaturgias instantâneas a partir do que está acontecendo no momento da performance cujo espaço de ação são espaços públicos, de trânsito. Através dessa discussão, os autores buscam compreender o espaço comum entre o público e o artista, ressignificando o cotidiano como um espaço de acontecimentos.

Ao longo de seu capítulo, Jean-Jacques Schaller busca discutir o processo de construção de indivíduos em uma sociedade marcada pela incerteza e pela

multiplicidade, mostrando de que maneira os indivíduos dão forma e sentido aos acontecimentos e experiências de suas vidas, produzindo e reproduzindo uma realidade social. A imbricação entre Linguagem, Tecnologia e Espaço Social, é realizada a partir de alguns temas aos quais o autor se dedica, tais como: “poder de uso”; “poder de agir” e “trabalho do em-comum”.

Juliana Santana Cavallari, por sua vez, procura compreender o funcionamento do livro didático enquanto tecnologia de linguagem que produz e legitima o conhecimento a ser ensinado e aprendido, levando em consideração o modo como um conjunto de técnicas específicas ali se naturalizaram produzindo sentido(s). A autora investe suas análises sobre recortes verbais e não-verbais de LD voltados para o ensino de língua inglesa.

Luiz Francisco Dias investiga a constituição de textos livres na web, especificamente a Wikipédia e o Dicionário InFormal, tomados pelo autor como instrumentos linguísticos cujo funcionamento é determinado pelo caráter tecnológico que lhes é próprio. O autor procura mostrar, então, como a enunciação de tais instrumentos na web atribui-lhes certa especificidade na ordem do espaço digital, fazendo-os atualizar e funcionar como uma espécie de tecnologia social.

Em seu texto, Paula Chiaretti se propõe a compreender como os sentidos sobre o corpo, sobre suas limitações e potencialidades se constituem e são formulados por discursividades científicas, que, associadas ao discurso da tecnologia, tornam possível, por um lado, a imagem e a ideia de um corpo que falha, e, por outro lado e em decorrência de tal construção, tornam possível a proposição de “correções” capazes de contornar a falibilidade do corpo, de modo que, cada vez mais, ele passa a ser apresentado-significado como indestrutível, eterno, perfeito.

Encerra esta coletânea, o texto de Pedro de Souza, em que este circunscreve a descrição e a interpretação do dispositivo televisual à ordem dos aparatos tecnológicos suscetíveis de serem postos em séries de instâncias enunciativas. Dessa forma, Souza mostra, a partir da análise do programa *MPB Especial*, em particular, de uma Entrevista com Nara Leão, como o dispositivo televisual pode funcionar enunciativamente. como tecnologia de si, e, pela especificidade do funcionamento do referido programa, como tal dispositivo, ao convocar o sujeito a

cantar, falar, gesticular, atribuindo-se sentido, afeta o modo mesmo de esse sujeito se constituir.

Desejamos a todos, então, boa leitura!

Pouso Alegre, novembro de 2016.

Eni, Paula e Eduardo

SELFIE: FORMAS DE INDIVIDUAÇÃO DO SUJEITO¹

Ana Luiza Artiaga Rodrigues da Motta
(Unemat)

Introdução

Este trabalho se constitui a partir de flagrantes urbanos, de observação do gesto de alguns cidadãos em esticar os braços, ou se valer do uso de instrumento como forma de ampliar o membro do corpo, o braço, com o chamado pau de *selfie* para a produção fotográfica. Dentro desse universo imediatista procuraremos compreender como a palavra *selfie* toma corporeidade no social.

O jornal televisivo² diz que a palavra *selfie* foi eleita como a palavra do ano de 2013, pronunciada 17.000% vezes mais, e que o novo verbete será catalogado no Dicionário Oxford, online. Diz ainda, que o processo de categorização de uma distinta palavra se dá mensalmente por análise num programa dirigido por uma empresa que, por um dispositivo de captura, direciona e demarca a recorrência e o local de uso mundialmente.

A mídia notícia que a mania de *selfie* tem provocado interdição de uso em museus de arte, teatros, como também noticiam que a mania mundial está sendo causa de morte mais do que ataques de tubarão, nos últimos anos³. Dentre os textos selecionados de circulação na mídia, o jornalístico, os vídeos e as charges da internet sobrepõem o desenho artístico dos cartunistas que produzem pela charge a *overselfie*. Uma pancadaria de risadas de criatividades, porém como essa textura artística movimentada o gesto de interpretação e faz pensar os modos de individuação do sujeito⁴?

¹ Trabalho produzido como parte do projeto de pesquisa Cidade e Memória.

² Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=H3wojkmfuTI>. Acesso em 27 jun. 2015.

³ Disponível em http://correio.rac.com.br/conteudo/2015/09/especial_correio/fikdik/384208-selfie-mata-mais-que-ataque-ataque-de-tubarao.html. Acesso em 29 ago. 2015.

⁴ Ver Orlandi (2010).

Sujeito, imagem, espaço

A charge, como se sabe, tem no simbólico uma textura que suscita leitura do modo como a questão política e social se corporifica à temática *x*. Dessa forma, de posse das charges selecionadas, oferecemos a um grupo de alunos a temática *selfie*. Estes leram as charges em condições específicas de produção, de preparação para a prova do Exame Nacional do Ensino Médio. Observamos que alguns leram a imagem pela imagem e diziam que gostavam de fazer *selfie*, que não era o que se mostrava na arte das charges (*selfies*). Compreendemos que estávamos diante de uma questão latente em que se deixava para outro momento as questões teóricas que tratam da charge como gênero textual e coerência, que não eram o nosso foco. O interesse pelo material se deu pelo movimento de leitura, pela opacidade, pelos discursos transversos que constituem a imagem e que a ideologia produz esse efeito que naturaliza os sentidos e não se questiona a materialidade.

O termo *selfie*, conforme o recorte da Revista *Veja* (2013), tem um percurso sócio-histórico, que antecede a era digital.

O selfie não é invenção do mundo digital, é bom frisar (mas é igualmente importante reconhecer que a tecnologia transformou a prática). O primeiro registro reconhecido como tal data de 1839, assinado pelo fotógrafo Robert Cornelius. Os adolescentes também abraçaram a ideia muito antes do Instagram. Em 1914, Anastasia Nikolaevna, de 13 anos, filha do czar Nicolau II da Rússia, posou em frente a um espelho. Logo após o retrato, disse: “Foi muito difícil, minhas mãos tremiam.” O próximo passo, é claro, foi compartilhar a imagem com os amigos. Sem acesso ao Facebook, usou cartas.⁵

O excerto da Revista *Veja* (2013) nos faz pensar o modo de produção da imagem fotográfica, o percurso sócio-histórico, as condições de produção, que se significam no contemporâneo, na mania mundial. Vejamos.

O autorretrato é um gênero antigo. Há relatos de que, no século V a.C., Fídias deu a uma escultura do templo de Parthenon, em Atenas, seu rosto. Mas foi só no Renascimento que o gênero

⁵ Disponível em <http://veja.abril.com.br/noticia/vida-digital/selfie-e-nova-maneira-de-expressao-e-autopromocao>. Acessado em 27/06/2015.

ganhou força, expandindo a capacidade de expressão artística. Munidos de espelhos de grande qualidade, que então se popularizavam, mestres usaram o autorretrato como caminho para o autoconhecimento: as criações intimistas revelaram vários estados de espírito - um contraponto a temas como a narrativa épica e o convívio social. Artistas como o alemão Dürer (1471-1528) e o holandês Rembrandt (1606-1669) foram pródigos na arte, retratando várias vezes o próprio rosto. Ao mesmo tempo que revelavam a si mesmos, construía uma imagem pública. (VEJA, 2013)

Nascimento (2014) faz um estudo denso ao tratar do percurso do autorretrato perpassando pela mitologia as formas de representação que se observa no contemporâneo. A autora diz que

a construção do autorretrato como forma de interagir com as esferas públicas e privadas não é fruto da atual sociedade. Na verdade, já era uma preocupação dos povos antigos. Na mitologia e nas artes encontramos indícios de uma articulação entre os sujeitos e sua autoimagem no intuito de se metamorfosear e se adaptar às expectativas dos coletivos que frequentavam. (NASCIMENTO, 2014, p. 52)

Como se observa a forma de textualizar o autorretrato não é novo, o que é tomado como contemporâneo é a forma como o autorretrato se corporifica na sociedade capitalista. Começamos, assim, por pensar o termo *selfie* pelos movimentos, sentidos que se corporificam, imbricam entre sujeito, imagem e espaço. Neste estudo, entendemos o espaço das redes sociais como o acontecimento discursivo, em que o acesso ao suporte eletrônico, à memória metálica⁶ oferece pelas páginas-tela lugar à leitura. A variância discursiva, que abrange, entre outras coisas, a imagem.

Conforme Aumont (2008, p. 77), “as imagens são feitas para serem vistas, por isso convém dar destaque ao órgão da visão”. Dessa forma, o autor tece um estudo denso trazendo à tona o olho que vê. E questiona: “Por que se olha uma imagem?”

A produção de imagens jamais é gratuita, e, desde sempre, as imagens foram fabricadas para determinados usos, individuais ou

⁶ Ver Orlandi (1996).

coletivos. Uma das primeiras respostas à nossa questão passa, pois por outra questão: para quem servem as imagens (para que queremos que elas sirvam)? É claro que, em todas as sociedades, a maioria das imagens foi produzida para certos fins (de propaganda, de informação, religiosos, ideológicos em geral), sobre o que falaremos depois. Mas, em um primeiro momento, e para melhor nos concentrarmos na questão do espectador, examinaremos apenas uma das razões essenciais da produção das imagens: a que provém da vinculação da imagem em geral com o domínio do simbólico, o que faz com que ela esteja em situação de mediação entre o espectador e a realidade (AUMONT, 2008, p. 78).

Observa-se que Aumont (2008) coloca em questão que as imagens não são disponibilizadas de forma gratuita, são produzidas para um fim e colocam em relevo o espectador, o sujeito que as vê. Do ponto de vista teórico a que nos filiamos, a Análise de Discurso, a imagem é compreendida como aquela que tem na sua espessura semântica sentidos transversos que demandam compreensão, o que exige que sejam interrogadas as condições de produção o efeito ideológico que as constitui.

Dessa forma, a proposição de se trabalhar com imagens na sociedade de escrita, conforme Clemente (2001), coloca um desafio: o de se fazer compreender que não apenas os textos verbais e orais são constitutivos de discursos e que há outras linguagens, dentre estas citamos o desenho, a arte, a imagem. O não verbal é atravessado pela discursividade, em que a historicidade significa a materialidade. A Análise de Discurso, conforme (ORLANDI, 1995), aceita as diferentes linguagens e busca explicitar o seu funcionamento, uma vez que essa teoria não trabalha apenas com as formas abstratas, mas com outras formas materiais da linguagem. Diz ainda que o processo constitutivo da produção do sentido se constrói em uma materialidade x que lhe é própria. Depreende-se daí que é na prática material que os sentidos tomam corporeidade, significação.

Orlandi (1995, p. 40) pontua que “a significação é um movimento, um trabalho na história e as diferentes linguagens com suas diferentes matérias significantes são partes constitutivas dessa história”. Isso nos faz compreender que a imagem, a *selfie*, a escrita, o vídeo, o desenho artístico entre outros são diferentes linguagens, texturas, materialidades atravessadas, discursivamente, por distintos trajetos significantes. Orlandi (2001) pontua que há três momentos no processo de

produção do discurso. O primeiro trata da produção do discurso “a partir da memória do dizer, fazendo intervir o contexto histórico-ideológico mais amplo”. Já o segundo tem a ver com a “formulação, em condições de produção e circunstâncias de enunciação específicas”. O terceiro trata da “sua circulação que se dá em certa conjuntura e segundo certas condições” (ORLANDI, 2001, p. 9).

Assim, a formulação torna-se o lugar que se expõe para o interlocutor, pois “é na formulação que a linguagem ganha vida, que a memória se atualiza, que os sentidos se decidem, que o sujeito se mostra (e se esconde)” (ORLANDI, 2001, p. 9). Nessa direção, há que se observar, nas diferentes materialidades em circulação, as imagens de *selfie*, de autorretrato, da charge, o que nos convocam a pensar

Conforme Samain (2012, p. 23), “toda imagem é uma memória de memórias, um grande jardim de arquivos declaradamente vivos”. A forma como Samain diz sobre a questão da imagem ser uma memória de memórias nos faz pensar o que a imagem, enquanto linguagem, é capaz de se ater, de se movimentar em suas engrenagens. Daí, remetemos ao que diz Pêcheux (1999) ao tratar do *Papel da Memória*, do ponto de vista discursivo, “memória deve ser entendida aqui não no sentido diretamente psicologista da ‘memória individual’, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória do historiador”. (PÊCHEUX, 1999, p. 50)

Do ponto de vista teórico da Análise de Discurso de que formula Pêcheux (1999), depreende-se que a imagem é atravessada por uma memória discursiva, sentidos transversos em que não se concebe como sendo algo plano. Ao contrário, “é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização [...]. Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos” (PÊCHEUX, 1999, p. 56). Discursivamente, a memória se constitui pelos entrecruzamentos, historicidade. A historicidade movimenta sentidos, “alimenta” a linguagem, o simbólico. Há significação.

Observemos, nas figuras 1 e 2, como a Rússia, enquanto nação, faz circular via internet, a cartilha em que se projeta de forma imaginária distintos lugares em que não se deve fazer *selfie*, o autorretrato. A forma-sujeito x espaço toma corporeidade na cartilha em sentidos opostos, interditados.

En Russie, « un selfie cool pourrait vous coûter la vie »



Figura 1. Disponível em <http://bigbrowser.blog.lemonde.fr/2015/07/08/en-russie-un-selfie-cool-pourrait-vous-couter-votre-vie/>. Acesso em 08 ago. 2015.



Figura 2. Disponível em <http://bigbrowser.blog.lemonde.fr/2015/07/08/en-russie-un-selfie-cool-pourrait-vous-couter-votre-vie/>. Acesso em 08 ago. 2015.

A nação Rússia coloca, via cartilha, imagens, de locais em que não se deve fazer *selfie*. Uma posição política, discursiva, como um modo de capitanear sentidos, de dizer, de didatizar a forma-sujeito de direito e deveres. Interditada em placas, tais como as de sinalização de trânsito urbano, distintos espaços sobre os

quais não se deve produzir a mania mundial de clicar. Nesse movimento discursivo, o triângulo sujeito, espaço e imagem tornam-se questões de regularidade nacional para fins de preservação da vida. Dito de outra forma, o Estado, ao interditar espaços, intervém no real, o de produzir a *selfie* em distintos locais tal como se visualiza na cartilha, figuras 1 e 2.

A charge



Figura 3. Disponível em <http://www.selfieblog.net/artigos/7-charges-de-selfie/>. Acesso em 08 ago. 2015.

Após apresentada a charge da fig. 3 para um grupo de alunos, em roda de conversa informal, consideramos importante destacar as seguintes formulações: (1) “A charge mostra uma *selfie* que não existe, por aí. Acho que diz de algo que não é real”. (02) “Eu gosto de fazer *selfie* a todo o momento, mas não assim, isso aí é humor”; (3) “A *selfie* que fiz bem bolada foi escolher um lugar legal, bem posicionado, surreal”. Há um movimento de linguagem, que conforme P. Henry (1997), em outras palavras, “reclama sentidos”. Ou seja, o modo de se dizer é um modo de leitura de se dar a ler, de se estampar em uma posição sujeito *x*, no discurso.

Assim,

o conteúdo da charge desnuda a reação ao *status quo*: a aquiescência, a convivência, o conflito, o choque, a rejeição, a oposição, o contraditório. Tipo de texto *sui generis*, mostra e conta ao mesmo tempo, os conflitos sociais. Contém grande potencial de questionamento crítico e de confronto de opiniões a respeito da organização social, dos arranjos políticos e da disputa pelo poder. (FLORES, 2002, p. 11)

Pensem o jogo entre o desenho em que o chargista trabalha o que fica a nosso ver *off-line* em relação ao que não se reproduz em *selfie*. A imagem figura 3 do cartunista Duke traz à tona a questão social rompendo com o que se silencia a imagem fotográfica da *selfie* no cotidiano. Conforme explicita Flores (2002), a charge faz emergir a oposição, os conflitos sociais. Assim, a materialidade simbólica que se dá a ler produz não tão somente o humor. Há na materialidade pistas, sítios de significação que remetem ao social, à segregação que, comumente, não se mostram nas fotos variadas de *selfies* que inundam as redes sociais a cada momento.

As imagens da charge figura 3, a mendicância retratada em *selfie*, mexem com as pressões da globalização, o modo capitalista do sujeito de circulação imagético da mundialização; produto da tecnologia do desenvolvimento das redes sociais da internet. Há um jogo das agências dos suportes tecnológicos, nas redes sociais, que se abrem em suas plataformas, a partir do que oferecem os *smartphones* que corroboram, individualizam o sujeito produto do capitalismo. O *click* maximiza a forma sujeito em instantes. Há uma disciplinarização no gesto do clicar. Vejamos a figura 4.



Figura 4. Disponível em <http://www.selfieblog.net/artigos/7-charges-de-selfie/>. Acesso em 08 ago. 2015.

A linguagem verbal e a não verbal, na charge figura 4, do cartunista Frank, coloca, no fio do discurso, o humor em relação à posição-sujeito frente ao exercício da cidadania, o direito ao voto. O voto constitui-se no ato político, como aquele que

garante à posição sujeito-eleitor a autonomia, pela escolha do representante institucional em nome do povo. Na charge da fig. 4, o eleitor é contrário à proibição de (se) fotografar no momento do voto, durante eleições. A sagacidade está na ocupação do espaço da cabine pela produção da *selfie*, não na escolha do representante do Estado. Há na formulação um discurso contraditório em relação ao que concede o Estado ao direito ao voto na cabine e não a foto.

O Art. 88 da Lei 9.504/97 diz que

na cabina de votação é vedado ao eleitor portar aparelho de telefonia celular, máquinas fotográficas, filmadoras, equipamento de radiocomunicação, ou qualquer instrumento que possa comprometer o sigilo do voto, devendo ficar retidos na Mesa Receptora enquanto o eleitor estiver votando” (Lei nº 9.504/97, artigo 91-A).⁷

Dessa forma, o humor da/na charge rompe, ridiculariza, interpela sentidos do discurso político, do direito e do dever. O gesto político do voto passa a não ter prestígio. O foco é o espaço institucional da cabine a ser fotografado na *selfie*. Novamente o que se tem em circulação como o fio condutor no autorretrato é o espaço. A Lei 9.504/97 faz irromper a proibição da imagem, como que desnudando o sigilo do voto. A negação de se portar o aparelho de telefonia celular entre outros instrumentos que possam produzir imagens, contraria pela formulação das eleitoras figura 4 o que “perde 99% da graça” do distinto cidadão ao exercício não do voto, mas da *selfie*.

Observemos o que ocorre em relação às imagens nas figuras 5 e 6. Na prova de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, ENEM 2014⁸, a questão 99 traz a figura 5 que tematiza a tecnologia. A imagem do robô *Opportunity*, da Agência Espacial Americana (NASA), fazendo a *selfie* ao chegar ao planeta Marte coloca em questão a relação sujeito, espaço e imagem. A charge produzida pelo cartunista Will Leite em 2011, utilizada como material na prova do Enem, produziu efeitos de sentido no público midiático, pelas redes sociais, por ser o texto parte significativa do cotidiano de um percentual de candidatos.

⁷ Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2014/normas-e-documentacoes/resolucao-no-23.399>. Acesso em 10 ago. 2015.

⁸ Disponível em: <http://enem.inep.gov.br/>. Acesso em 10 abr. 2015.



Figuras 5 e 6. Disponíveis em <http://www.selfieblog.net/artigos/7-charge-de-selfie/>. Acesso em 08 ago. 2015.

A questão 99 da prova do Enem/2014 tem como resposta correta a letra “C” que diz: “circulação digital excessiva de autorretratos”. A resposta correta faz circular os efeitos de sentido da relação da forma-sujeito, o cidadão, com a tecnologia na produção de imagens. Há crítica ao excesso de imagens de si. A inversão de valores flagrada na imagem figura 5 do robô *Opportunity* faz um contraponto com a figura 6 da charge do cartunista NEF do *Jornal de Brasília* que textualiza a forma-sujeito, o candidato, face à produção da escrita no concurso do Enem. Uma antítese à produção do exercício do trabalho figuras 5 e 6. Há o esvaziamento de sentidos do robô, no solo do planeta Marte, em missão de informar à NASA. O que se observa é a projeção de si no distinto espaço. Na figura 6, há um jogo irônico em que tão somente a produção de *selfie* não garante nota 1000. De outro lado, essa prática excessiva reverbera sentidos outros sobre o nível de produtividade do aluno do ensino médio. Entre a figura 5 e a figura 6 há um imbricamento interessante em que se pode dizer que: **a** está para **b**, assim como **b** está para **a**. Ou seja, a robotização e a mecanicidade na produção da imagem de si mesmo.

Remetemos a Foucault (2011), no livro *A Ordem do Discurso*, que, ao falar da instituição e do desejo, diz que estas “não sejam outra coisa senão duas réplicas opostas a uma mesma inquietação: inquietação diante do que o discurso em sua realidade material de coisa pronunciada ou escrita; inquietação diante dessa existência transitória destinada a se apagar sem dúvida [...]” (FOUCAULT, 2011, p. 7 e 8).

No contemporâneo, a circularidade excessiva da *selfie* nos faz pensar a inquietação do sujeito, o que se naturaliza, se apaga pelos flagrantes, ofusca os efeitos ideológicos, os quais se abrem para questões importantes de leitura sobre a

forma-sujeito produto do capitalismo. A *selfie* nas charges, ao tempo em que se produz o humor, na textualidade, coloca em questão a singularidade entre a publicidade e a individualidade do sujeito na sociedade. Ou seja, o excesso do dizer e de se produzir a *selfie* movimentam o olhar para o modo como o sujeito se produz aquilo que se captura, que se coloca *online* e permanece *off-line*.

O cartunista, pelo desenho, recorta flagrantes do cotidiano, que se configuram no simbólico, em um ponto de controvérsias às imagens *selfies* postadas, nas redes sociais. O acontecimento retratado na imagem da charge captura o social, a falha, a falta. Nesse processo, se movimentam o imaginário da forma-sujeito-de-direitos e deveres nas relações sociais (HAROCHE, 1992). Para Orlandi (2006), cada sujeito ocupa na sociedade uma posição *x* ou *y* dentro do processo pelo qual o sujeito sofre a individualização pelo Estado. Orlandi (2006), ao discutir a relação entre indivíduo e sujeito pela Análise de Discurso, pontua que

trata-se de pensar a interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia, no simbólico, constituindo a forma-sujeito-histórica. Com esta forma-sujeito constituída, dá-se então o processo de individualização do sujeito. Como sabemos, a forma-histórica do sujeito moderno é a forma capitalista caracterizada como sujeito jurídico, com seus direitos e deveres e sua livre circulação social. As formas de individualização do sujeito, pelo Estado, estabelecidas pelas instituições, resultam em um indivíduo ao mesmo tempo responsável e dono de sua vontade. (ORLANDI, 2006, p. 21)

Nesta reflexão, nosso objetivo é pensar esse sujeito individualizado pelo Estado, afetado pela escrita, mas alargando, tal como formula Orlandi (2006), “da escrita para as inscrições que são suas metáforas”. A *selfie*, o autorretrato de si, é um gesto que, nas redes sociais, marca a individuação do sujeito, a forma como produz a segregação em relação ao coletivo.

O sujeito contemporâneo, marcado pelo discurso da mídia, pelo discurso da globalização de se estar conectado, antenado, personificado na/pela era digital, se coloca pelo simbólico da linguagem fotográfica, a *selfie*, para que o outro possa ver, ler, curtir. No espaço cibernético, as imagens tomam corporeidade. A tela funciona como suporte que veicula a projeção imaginária de si.

No movimento mecanicista, de se fotografar, repetitivamente, para o mundo, marca-se a posição-sujeito produto do discurso do capitalismo que, a nosso

ver, mobiliza múltiplos sentidos. Trata-se de um consumidor potencial de imagens de si e do suporte tecnológico de alta precisão, os *smartphones*, *webcams*, com resolução capaz de fotografar, capturar de forma cada vez mais nítida os espaços. Esse fascínio pelas imagens de si, o fotografar-se, estende ao consumo dos produtos tecnológicos que são substituídos de forma circular “instantâneo”, o que coloca em questão o sujeito x suporte em que se produz o autorretrato.

Para Sontag (2004, p. 14), “fotografar é apropriar-se da coisa fotografada. Significa pôr a si mesmo em determinada relação com o mundo, semelhante ao conhecimento – e, portanto, ao poder”. Para Barthes (1984, 129), “toda fotografia é um certificado de presença. Esse certificado é o gene novo que sua invenção introduziu na família das imagens”. Para a Análise de Discurso, a imagem tal como as demais formas de linguagem oferece lugar à interpretação. Há conforme formulou Pêcheux (1997, p. 17), “o acontecimento, no ponto de encontro de uma atualidade e uma memória”.

Trata-se de um gesto, produção de sentido, em que sujeito, espaço e a imagem se desdobram na sociedade em uma velocidade em que se constroem o diferencial no social. Uma busca incessante de um sujeito, de uma imagem, de um espaço. Há, nesse movimento, uma incompletude e que pelo funcionamento da linguagem, pode-se determinar formas distintas de se dizer, de se individualizar se, individualizar-se colocando como “uno” o diferente em distintas condições de produção. Porém, deve-se ressaltar que,

uma vez interpelado em sujeito, pela ideologia, em um processo simbólico, o indivíduo, agora enquanto sujeito, determina-se pelo modo como, na história, terá sua forma individual(izada) concreta: no caso do capitalismo, que é o caso presente, a forma de um indivíduo livre de coerções e responsável, que deve assim responder, como sujeito jurídico (sujeito de direitos e deveres), frente ao Estado e aos outros homens. (ORLANDI, 2001, p. 107)

Assim, o simbólico, o histórico e a ideologia são partes constitutivas do processo de interpelação do indivíduo em sujeito. O Estado, enquanto instituição, trabalha os modos de individualizar o sujeito de direitos e deveres. Ou seja, constituída a forma sujeito histórica, como fica o processo de individuação do sujeito em sua relação com o social? Para Orlandi (2010), pensar a individuação é importante, pois é este processo “que vai arregimentar, como, nesse social, essas

relações estão se dando, e esse indivíduo vai se identificar” (ORLANDI, 2010, p. 41). Nesse movimento de linguagem, deve-se observar, pelas distintas condições de produção, os modos como se constituem as relações entre sujeito e sociedade.

Concluindo

As análises nos permitiram observar os modos de significação do sujeito com o mundo. A mediação se dá pela linguagem e, nesse movimento de leitura, tem-se a noção de que os sentidos não são literais, sendo necessário questionar sua produção ao fazer intervir na linguagem a questão do político, do histórico que determinam o movimento dos sentidos.

Observar as charges dos cartunistas e as *selfies* que se dilatam na comunidade digital faz pensar na posição-sujeito, no modo de individuação do sujeito em relação a sociedade, nas redes sociais. Um espaço, um modo de leitura que nos faz pensar nas engrenagens em que um faz com o *smartphone* e o outro com o *grafite*. São sentidos opostos. Relações diferentes com o político e o social.

Dessa forma, no gesto de produzir a *selfie*, coloca-se em questão, no modo de individuação do sujeito pela espetacularização, o excesso como efeito do modo de o espaço ganhar significação na sociedade. Daí que a cartilha da nação Rússia, as charges fazem questionar o sujeito, diria, midiático, marcado pela relação com a imagem, em específico, a produção de *selfie*.

Há, no contemporâneo, uma pasteurização da própria imagem, uma relação narcísica de se autocontemplar cotidianamente na sociedade denominada globalizada. Uma autonomização do sujeito de se demarcar, individuar e se multiplicar nas/pelas redes sociais como estilhaço. Uma espécie de multiplicação de si pelo simbólico. Metaforicamente dizendo como se fossem pólenes, pequenas partículas ao vento se disseminando nas redes sociais, uma polinização, pulverização das imagens de si, em *selfies* na/pela mídia. Uma forma de individuação do sujeito no/pelo espaço virtual.

Em síntese, o sujeito busca pela imagem, o lugar perfeito para se fotografar, se colocar, postar, se individuar na/pela produção da *selfie*. Uma incompletude de sentidos, do sujeito, imagem e espaço no social.

Referências

- AUMONT, Jacques. **A imagem**. Trad. Bras. 13ª ed. Campinas: Papirus, 2008.
- BRASIL. Lei 9.504/97 Art. 88. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2014/normas-e-documentacoes/resolucao-no-23.399>. Acesso em 10 de agosto de 2015.
- BRASIL. ENEM 2014. Prova de Linguagem, Códigos e suas Tecnologias. Disponível em: <http://enem.inep.gov.br/>. Acesso em 10 de abril de 2015.
- BARTHES, Roland. **A câmara clara**: nota sobre a fotografia. Tradução de Júlio C. Guimarães. 9ª. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- DUKE, Eduardo dos Reis Evangelista. Charge de *selfie* do mendigo. **Selfie blog**. Disponível em: <http://www.selfieblog.net/artigos/7-charges-de-selfie/>. Acesso em 07 de julho de 2015.
- FLORES, Onice. **A leitura da charge**. Canoas: Ed. ULBRA, 2002.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France. Pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Bras. 21ª ed. São Paulo: Loyola, 2011.
- HAROCHE, C. **Fazer dizer, querer dizer**. Trad. Bras. São Paulo: Hucitec, 1992.
- HENRY, Paul. A história não existe? Em: ORLANDI, Eni. (Org.) **Gestos de Leitura**. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.
- MAIA, Frank. Charge sobre *selfie* na hora de votar. **Selfie blog**. Disponível em: <http://www.selfieblog.net/artigos/7-charges-de-selfie/>. Acesso em 07 de julho de 2015.
- NASCIMENTO, Gislaine Gomes. **Auto, foto e grafias**: a construção do autorretrato no Facebook. Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Artes. 2014.
- ORLANDI, Eni P. Formas de individuação do sujeito feminino e sociedade contemporânea: o caso da delinquência. Em: ORLANDI, Eni. (org.) **Discurso e Políticas Públicas Urbanas**: a fabricação do consenso. Campinas: Editora RG, 2010.
- _____. **Discurso e texto**: formação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes, 2001.
- _____. **Interpretação**: autoria leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 1996.
- _____. Efeitos do verbal sobre o não-verbal. **RUA**, nº 1, NUDECRI, Campinas, São Paulo, 1995.
- PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. Em: **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999.
- _____. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 2ª ed. Campinas: Pontes, 1997.

- _____. Discurso e ideologia. Em: **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. Bras. 2ª ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1995.
- PENATTI, Giovana. **Tecnoblog**. “Selfie” é eleita a palavra do ano pelo dicionário Oxford. Disponível em: <https://tecnoblog.net/145331/selfie-palavra-do-ano/>. Acesso em 10 de outubro de 2015.
- SAMAIN, Etienne. As imagens não são bolas de sinuca. Em: SAMAIN, Etienne (Org.). **Como pensam as imagens**. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.
- SBARAI, Rafael. “Selfie” é nova maneira de expressão. E autopromoção. **Veja Digital**, 23/11/2013. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/tecnologia/selfie-e-nova-maneira-de-expressao-e-autopromocao/>. Acesso em 07 de julho de 2015.
- SODRÉ, M. Liberdade de viver no espelho. **Estadão**, 20/09/2014. Disponível em: <http://alias.estadao.com.br/noticias/geral,liberdade-de-viver-no-espelho,1610001>. Acesso em 14 de junho de 2015.
- SONTAG, Susan. **Sobre fotografia**. Trad. Bras. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- SOUZA, Tânia Conceição Clemente. A análise do não verbal e os usos da imagem nos meios de comunicação. **RUA**, nº 7, NUDECRI, Campinas, 2001.
- VIEIRA, Neftaly. Charge de selfie de redação do Enem. **Selfie blog**. Disponível em: <http://www.selfieblog.net/artigos/7-charges-de-selfie/>. Acesso em 07 de julho de 2015.
- WILL, Leite. Charge da selfie do robô da NASA no Enem. **Selfie blog**. Disponível em: <http://www.selfieblog.net/artigos/7-charges-de-selfie/>. Acesso em 07 de julho de 2015.

Documentos consultados

- CAMPOS, Paulo. Selfie mata mais que ataque de tubarão. **Correio Popular**, Campinas, Grupo RAC, 22/09/2015. Disponível em: http://correio.rac.com.br/conteudo/2015/09/especial_correio/fikdik/384208-selfie-mata-mais-que-ataque-ataque-de-tubarao.html. Acesso em 29 de agosto de 2015.
- DURAN, J.R. Selfie. **O Estadão de São Paulo**, 23/11/2013. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,selfie,1099841>. Acesso em 08 de agosto de 2015.
- LE MONDE Fr. En Russie, “un selfie cool pourrait vous coûter la vie” M Blogs. 08/07/2015. Disponível em: <http://bigbrowser.blog.lemonde.fr/2015/07/08/en-russie-un-selfie-cool-pourrait-vous-couter-votre-vie/>. Acesso em 08 de agosto de 2015.
- OXFORD DICTIONARIES, Language matters. Disponível em: <http://www.oxforddictionaries.com/definition/learner/selfie>. Acesso em 11 de outubro de 2015.

MALAN, Cecília. Jornal Hoje. Vídeo/Reportagem. **Rede Globo**. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=H3wojkmfuTI>. Acesso em 27 de junho de 2015.

O RELATÓRIO DA COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE DE SC: O PAPEL DA MEMÓRIA E AS FORMAS DO ESQUECIMENTO¹

Andréia da Silva Daltoé
(Unisul)

Questões iniciais

*Quando a gente pensa, ou quando fala, ou quando
rememora é muito dolorido pra gente. [...]. Estou
aqui após algumas dezenas de anos porque
acredito que essa memória histórica da ditadura,
do passado, só tem valor se servir para
transformar o presente.*

Rosemery Cardoso
(Relatório CEV-SC, 2014)²

Em 24 de novembro de 2010, a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), órgão da Organização dos Estados Americanos (OEA) encarregado da garantia (ou efetivação) dos direitos humanos no continente americano, sentencia o Estado brasileiro a partir da ação representada por grupos que, há muito, já vinham lutando na justiça brasileira contra as violações de Direitos Humanos perpetradas pelo Estado durante o episódio conhecido como “Guerrilha do Araguaia” (1972-1975), ou o Caso Gomes Lund e Outros.

Conforme a Sentença³ da CIDH, o caso, único perante o Sistema Interamericano referente à ditadura militar no Brasil, “representa uma oportunidade

¹ Texto elaborado a partir das pesquisas que estamos desenvolvendo no Estágio de Pós-Doutoramento pelo Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), sob a supervisão da Profa. Dra. Eni P. Orlandi.

² O Relatório Final da CEV-SC está disponível no endereço eletrônico http://www.scc.sc.gov.br/?option=com_content&view=article&id=188&Itemid=344. Acesso em 24 abr. 2016.

³ Disponível em http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_219_por.pdf. Acesso em 10 set. 2016.

importante para consolidar a jurisprudência interamericana sobre as leis de anistia em relação aos desaparecimentos forçados e a execução extrajudicial, e a resultante obrigação dos Estados de fazer a sociedade conhecer a verdade, e investigar, processar e sancionar as graves violações de Direitos Humanos” (2010, p. 3). A CIDH vem, então, nos mostrar que o dever de julgar e punir as graves violações ultrapassa a dimensão territorial dos Estados, pois representa um crime contra toda a humanidade.

Embora trate dos desaparecidos políticos referentes à região do Araguaia/Tocantins, a presente Sentença alcança, de forma mais ampla, providências que o Brasil precisava e ainda precisa tomar em relação à dívida com seu passado, como é o caso que nos interessa aqui: o dever de criar uma Comissão da Verdade, juntamente com as demais obrigações do capítulo VII, item 3. *Garantias de não repetição* (2010, p. 103): a) Educação em direitos humanos nas Forças Armadas; b) Tipificação do delito de desaparecimento forçado; c) Acesso, sistematização e publicação de documentos em poder do Estado.

É assim que, sob a determinação da CIDH, a Comissão Nacional da Verdade (CNV)⁴ é criada no Brasil pela Presidente Dilma Rousseff, por meio da Lei nº 12.528⁵, de 18 de novembro de 2011, tendo poderes de, conforme a Sentença (2010, p. 106-107),

entre outras atribuições, solicitar qualquer informação e documento diretamente dos órgãos e entidades públicos, promover audiências públicas, determinar a realização de perícias e diligências e pedir o auxílio de entidades para tomar o depoimento de pessoas que guardem relação com os fatos e circunstâncias examinadas.

Como apoio técnico a todo este trabalho, a CNV convidou os estados brasileiros e a sociedade civil a também formarem suas comissões da verdade, o que se efetivou em várias partes do país de forma bastante positiva, pois, conforme o Relatório Final da CNV (2014), “a cooperação com comissões estaduais, municipais, universitárias e setoriais possibilitou a multiplicação de esforços em um país com a

⁴ Disponível em <http://www.cnv.gov.br/>. Acesso em 19 set. 2015.

⁵ Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm. Acesso em 14 set. 2015.

dimensão do Brasil, potencializando grandemente o alcance da atuação da CNV” (2014, p. 33-34). Ao todo, foram 43 acordos firmados de cooperação técnica com a CNV, e SC foi um dos estados que aceitou o convite, formando a Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wrigth, em 2013.

Precisamos destacar que a CNV, há muito reivindicada pelas vítimas e famílias de vítimas da ditadura e por segmentos da sociedade civil, chega aqui bastante tarde, principalmente se compararmos ao período das comissões da verdade implantadas nos países da América Latina que também viveram sob o mesmo regime – já na década de 80, Bolívia, Argentina e Uruguai as criaram. A demora não significa, porém, que, do início do golpe até hoje, a história tenha passado em branco: muito já foi dito, escrito e filmado sobre o período em importantes filmes, documentários, livros, pesquisas acadêmicas, relatórios organizados por movimentos que militam em prol dos direitos humanos, os próprios trabalhos da Comissão da Anistia, etc., tanto que, conforme Relatório Final (BRASIL, 2014), a CNV vem se somar “a todos os esforços anteriores de registros dos fatos e esclarecimento das circunstâncias dos casos de graves violações de direitos humanos praticadas entre 1946 e 1988” (BRASIL, 2014, p. 20).

Não é, portanto, a primeira iniciativa no sentido de reconstrução histórica da ditadura civil-militar, mas é a primeira vez que o Estado brasileiro abre um espaço legitimado no interior de suas instituições para se colocar como interlocutor de um passado que, inevitavelmente, o condena, reconhecendo a necessidade de reparação às injustiças sofridas pelas vítimas durante o período. Por isso, conforme Indursky (2014), cujas pesquisas nos levaram a este tema, apesar das limitações no alcance do poder da CNV, algo está mudando no cenário político brasileiro desde sua criação, uma vez que seus trabalhos vêm impedir que a violência de Estado praticada durante a ditadura caia no esquecimento. Para Indursky (2014, p. 232), “sua ação é de extrema relevância porque reintroduziu o debate sobre as torturas e mortes junto à sociedade brasileira, chamando a atenção, não apenas para o sofrimento das vítimas e seus familiares, como também para a impunidade dos torturadores”.

Portanto, apesar de tarde, apesar da atrofia dos 51 anos, a criação da CNV vem desempenhar um papel singular na busca pela reconciliação nacional, como

prescreve a Lei nº 12.528, ao construir um novo enredo no qual o Estado poderá imprimir, além das reparações que possam surgir do levantamento de informações⁶, um valor simbólico importante no reconhecimento que assume pelos graves crimes contra os direitos humanos cometidos em seu território. Há uma necessidade simbólica que passa pela palavra, o que será tomado pelas vítimas como a necessidade de um discurso de verdade, tal como sugere o título das comissões. É lançado sob os trabalhos da CNV, uma expectativa sobre a punição dos militares e membros da sociedade civil que cometeram crimes contra os direitos humanos, assim como tem feito a Argentina por exemplo; e, mais que isso, vemos funcionar aí o desejo de colocar algo no lugar desta espécie de lacuna da história e, quem sabe assim, diminuir a herança de impunidade que carregamos até hoje em relação às mais diversas formas de violência.

O caminho será longo ainda, portanto. Mesmo encerrados os trabalhos em 2014, os desafios da CNV continuam, tal como propuseram as 29 recomendações entregues à Presidência da República juntamente com o Relatório Final. De qualquer modo, o Relatório Final entregue, seja da CNV ou das estaduais, vem representar um efeito de fechamento, de conclusão, de completude de uma história que, conforme trazem as vítimas no Relatório da CEV-SC, seria passada a limpo: “a história, a partir de hoje, ela passa a ser outra” (2014, p. 70-71); “então, eu quero agradecer à Casa, aos peritos, à Comissão, porque agora, realmente, a gente pode contar a verdadeira história” (2014, p. 75). É justamente o poder atribuído às comissões da verdade, que nos motivou investigar a construção dessa nova narrativa materializada na forma de um relatório, para discutir como foi possível (re)construir, (res)significar, depois de meio século, a história, considerando, conforme Seixas (2004, p. 42), que a memória em si carrega o poder de visar, de algum modo, o controle do passado.

Se partimos, então, do pressuposto de que, segundo Orlandi (2014, p. 49), o fazer ciência não pode estar separado das conjunturas políticas e do modo como é afetado por elas, e tomarmos os pressupostos da Análise de Discurso (AD) de linha francesa, pretendemos problematizar, no Relatório Final da CEV-SC, as relações

⁶ Dizemos de uma reparação indireta, já que a CNV em si não tem esse poder. O material levantado por ela é que pode ser usado para este fim, por parte dos interessados ou do próprio Ministério Público.

de poder engendradas no movimento de forças entre o que se quer dizer e o que é possível ser dito; entre a vontade de verdade de uns e a vontade de esquecimento de outros. E assim nos perguntamos: se, durante a ditadura, era necessário encontrar, conforme Orlandi (2014, p. 46) um modo de dizer o que não poderia ser dito, como agora, em um sistema democrático, seria possível o *tudo dizer*? Como se organiza, em um documento final, a (re)elaboração dessa história? Como se dá a construção de uma ideia de verdade? De que verdade se trata? Se, conforme Orlandi (2014, p. 46), o sentido podia/pode ser outro, de que outro sentido estamos falando aqui? E, principalmente, como as vítimas se relacionaram com o *dizer a dor*, enfrentando o silêncio e o modo como o esquecimento constitui sua memória durante todos esses anos?

Para nós, tais questionamentos podem nos permitir olhar para o funcionamento da memória e do esquecimento e problematizá-los discursivamente, para além de um desejo cognitivo do sujeito que opta pelo que deve lembrar e o que deve esquecer, ou seja, para além de um suposto controle do sujeito em determinar o que recupera da memória e o que deixa cair no esquecimento. Para tanto, selecionaremos, dos depoimentos transcritos no Relatório da CEV-SC, as falas que trazem, na materialidade linguística, o jogo oscilante entre o esquecer/lembrar um nome (não só de pessoa, mas também de data, endereço, objeto), escolha esta que se deu pelos seguintes motivos: primeiro, chamou-nos a atenção o quanto dessa oscilação *esquecer/lembrar um nome* aparece em vários momentos dos depoimentos; segundo, pelo papel que assume a preservação de um nome, de uma identidade, em relação às práticas de tortura.

Optamos, então, por ancorar nessas marcas linguísticas nossa investigação sobre o funcionamento da memória e do esquecimento, buscando, desse modo, conforme Pêcheux (1997), problematizar os gestos de leitura do Relatório, o trabalho do político na língua. Assim, pensando o político enquanto funcionamento das relações de poder, queremos investigar o modo como nos relacionamos até hoje com os sentidos da/sobre a ditadura – tema, segundo Orlandi (2014), que continua sendo “um acontecimento discursivo imenso e assustador, em muitos sentidos” (ORLANDI, 2014, p. 45). E ainda porque, conforme a autora (2014), se o Estado administra o político, afetando a sociedade, as instituições e a maneira como

vivemos as relações de poder geridas aí, precisamos nos questionar sempre sobre que formas de censura ainda presidem o dizer e, principalmente, como resistimos: “onde há censura, há resistência” (ORLANDI, 2014, p. 45).

1. Sobre o Relatório Final da CEV-SC

A CEV de SC Paulo Stuart Wright inicia seus trabalhos em março de 2013 e entrega o Relatório Final em novembro de 2014, reunindo todo o levantamento de informações e depoimentos obtidos sobre presos, mortos, perseguidos e desaparecidos políticos em território catarinense. Importante destacarmos a decisiva colaboração que prestou à CEV-SC o Coletivo Catarinense Memória, Verdade e Justiça⁷, que, desde julho de 2011, já trabalhava, voluntariamente, pelo estabelecimento da verdade histórica e pelo reconhecimento público das arbitrariedades e crimes cometidos durante a ditadura em SC.

O Relatório é formado por 6 capítulos, organizados em 194 páginas, e, até a data de sua conclusão, apurou: 697 nomes de pessoas que sofreram lesões aos direitos humanos em SC por motivações políticas, no período de 1964 a 1988; 7 casos de assassinados e 3 desaparecidos políticos, entre estes, o que dá nome à Comissão, Paulo Stuart Wright, ex-deputado de SC, nascido em Joaçaba e desaparecido em SP; e, ainda, 7 casos de militares que sofreram repressão. Também foram levantados os grupos atingidos pela repressão em SC: Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Grupo dos Onze (brizolistas que se organizavam para defender o governo de João Goulart), Ação Popular (AP), Partido Comunista Brasileiro (PCB), bem como grupos da zona rural, grupos indígenas (Guaranis no sul e litoral, Kaikang e Xokleng no oeste), grupos sindicais (25 ao todo), grupos religiosos, educacionais e de gêneros (30 mulheres foram presas).

O presente cenário, desconhecido dos próprios catarinenses até então (não estudamos isso na escola), mostra a importância do levantamento de dados que a CEV-SC conseguiu, apesar, conforme entrevistas que realizamos com três de seus membros, da falta de apoio financeiro por parte do poder público do Estado, o que

⁷ Disponível em <https://coletivomemoriaverdadejusticasc.wordpress.com/>. Acesso em 10 abr. 2016.

dificultou as audições de muitos dos envolvidos nos locais onde moravam, ou mesmo a viabilidade para trazê-los até Florianópolis. Com muito esforço voluntariado dos membros, que dividiam seu trabalho com as atividades da Comissão, somando-se a alguma ajuda em combustível, alimentação e hotel por parte da Assembleia Legislativa do Estado (ALESC) e também da OAB/SC, conseguiu-se, dos 697 nomes levantados, ouvir apenas duas dezenas deles, cujas transcrições foram organizadas no Relatório da seguinte forma: 01 depoimento que trata da perícia sobre a morte do ex-prefeito Higino João Pio; 02 depoimentos por escrito; e demais depoimentos colhidos em audiências públicas, uma delas realizada em conjunto com a CNV.

A maior parte do Relatório Final é formada pela transcrição dos depoimentos das próprias vítimas à CEV-SC, que se dispuseram à construção de um enredo, que, conforme Herrera (2015, p. 86)⁸, está imerso a uma herança de horror, mas um horror que precisa ser escutado, chorado e dito, enfim, incluído na história. Para a autora, a experiência do testemunho, nesse caso, situa o sujeito nos limites da linguagem, do incompreensível, do inenarrável, marcando a narrativa pelo engasgo e mesmo pela falta de palavras (HERRERA, 2015, p. 89). Para nós, mesmo assim, esse discurso se diz, o que nos leva a lançar sobre ele uma leitura que considere suas condições de produção e o trabalho do silêncio, do esquecimento, das traições da memória, da dificuldade da palavra, enfim, que leve em conta o desafio das vítimas em se colocarem como testemunhas da própria tragédia anos depois, reelaborando tudo isso como uma narrativa outra sobre a história da ditadura para as gerações de hoje e de amanhã.

2. As formas do esquecimento no Relatório da CEV-SC

Entendemos que o Relatório da CEV-SC não trabalha como um exercício de resgate cognitivo da memória, como um retorno ao baú onde se armazenariam fatos escondidos no passado, trazidos ao presente pela vontade do sujeito. Em AD,

⁸ O texto de Herrera, *Enredos na transmissão: a construção do testemunho entre as gerações*, trata dos trabalhos realizados pelo Projeto Clínicas do Testemunho, um Projeto da Comissão de Anistia/Ministério da Justiça, que tem como objetivo a implementação de núcleos de apoio e atenção psicológica às vítimas e testemunhas dos traumas advindos da violência do Estado.

sabemos que não há o escondido da memória. Portanto, não estamos falando, conforme Indursky⁹ (2011, p. 71), de uma memória cuja regularização lhe comanda, permitindo que os discursos sejam retomados e repetidos à vontade do/pelo sujeito.

Nesse entendimento, a memória não pode ser tomada, conforme Pêcheux (2010), como uma memória individual, psicologista, “mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador” (PÊCHEUX, 2010, p. 50). No Relatório da CEV-SC, conseguimos observar esta articulação, a partir da qual as vítimas se inscrevem, ao mesmo tempo, como testemunhas e narradoras de si. Isso marca, porém, a dificuldade, segundo Pêcheux (2010), que vai da referência explícita da língua a tudo que toca a interpretação: discursividade, simbólico, simbolização. É justamente em relação a esta dificuldade que entendemos o desafio do Relatório: alcançar uma escrita clara e coerente, com começo, meio e fim, quando seu material é constituído pela dispersão dos sentidos que se deixam aprisionar e dos que escapam, bem como de palavras que vão continuar reclamando sentidos. Por isso, estamos considerando o trabalho da CEV-SC como um *acontecimento discursivo* (INDURSKY, 2015, p. 13)¹⁰, que vai se inscrever na tensão do que Pêcheux (2010, p. 50) traz como um duplo funcionamento: a) o acontecimento que escapa à inscrição, que não chega a se inscrever; b) o acontecimento que é absorvido na memória, como se não tivesse acontecido.

Pensamos o duplo funcionamento no Relatório do seguinte modo: referente ao primeiro, muito da história que envolveu a ditadura não chegou mesmo a se inscrever como *discurso sobre*. Por censura, por repressão, tal como Orlandi (2010), muitos sentidos não puderam fazer sentido dentro do político, ficaram “fora da memória, como uma sua margem que nos aprisiona nos limites desses sentidos” (ORLANDI, 2010, p. 66); referente ao segundo, consideramos que, diante do horror dos crimes de tortura, morte, desaparecimentos dos corpos, prisões ilegais, muitos lutaram para esquecer o passado, e muitos outros, diante da própria confrontação com a maldade humana, buscaram negá-lo.

⁹ Do texto *A memória na cena do discurso*.

¹⁰ No texto *Políticas de esquecimento X políticas de resgate da memória* (2015), Indursky considera a CNV como um acontecimento discursivo e é a partir daí que também pensamos a CEV-SC.

Esse duplo efeito traz consequências para o trabalho da CEV-SC: voltar a uma história marcada por lacunas, negações, silêncios e esquecimentos, e dar a ela uma nova elaboração, como se fosse necessário lutar para contornar o que Pêcheux (2010, p. 51) traz como “o incontornável da eficácia simbólica ou significativa” e colocar em jogo “a passagem do *visível* ao *nomeado*”. É assim que objetivamos pensar, a partir dos depoimentos das vítimas, o trabalho da memória discursiva como um acontecimento a ler que tentará reestabelecer os implícitos possíveis para a reconstrução da história. Para isso, levaremos em conta o alerta de Pêcheux (2010): “a questão é saber onde residem esses famosos implícitos, que estão ‘ausentes por sua presença’ na leitura da sequência: estão eles dispostos na memória discursiva como em um fundo de gaveta, um registro do oculto?” (2010, p. 52). E nós nos perguntamos: como o esquecimento se coloca nesta questão de Pêcheux? Vejamos as sequências:

SD1: A segunda prisão eu não lembro se foi 4 ou 5 de dezembro. (Julio C. Serpa, CEV-SC, 2014, p. 160).

SD2: [...] fiquei na casa de detenção de Florianópolis, fiquei num fosso, não me recordo quanto tempo, mas foi bastante porque saí de lá bem barbado e cabeludo.

(Edgar Shatman, CEV-SC, 2014, p. 165).

SD3: [...] voltaram para minha cela e imaginei que tinha chegado minha hora. A cela foi aberta e os dois homens entraram. Continuaram a me chamar de “comunistinha” e outras palavras que não recordo muito bem

(Pedro P. do Prado, CEV-SC, 2014, p. 175).

SD4: Não, andei interrogando, depois fui solto, e com o tempo eu fui esquecendo, não esquecendo inteiramente, eu nunca esqueço da cena na cabeceira da ponte, um dizendo para o outro: “qual seria é a sensação de um corpo jogado aqui? E o outro respondeu: só jogando.

(Salim Miguel, CEV-SC, 2014, p. 105).

SD5: O pior que eu tinha que eu levei pra lá porque eu achei que eles não iam me procurar lá, que eles iam me procurar na Trindade. Tinha levado tudo. Eu me lembro que era um documento que começava assim: “A Revolução na América Latina ou é a Revolução ou Será Caricatura de Revolução”, é a única coisa que eu lembro de ter naquele documento, não sei mais.

(Rosangela de Souza, CEV-SC, 2014, p. 130).

Aqui, podemos ver que os sentidos atribuídos ao esquecimento tomam a memória como o fundo de gaveta de que fala Pêcheux, como se o sujeito estivesse

lutando apenas com uma dificuldade mnemônica, seja pela idade, seja pelo tempo decorrido: *não lembro se foi 4 ou 5 de dezembro* (SD1); *não me recordo quanto tempo* (SD2); *palavras que não recordo muito bem* (SD3); *com o tempo fui esquecendo* (SD4). O esquecimento aí seria o responsável por tudo aquilo que ficou para trás, perdido. Todavia, pensar a memória nessa perspectiva, cujo entrave seria um esquecimento de fatos pontuais, é desconsiderar os mecanismos sócio-históricos e ideológicos que atravessam o dizer, bem como as condições de produção que marcaram o discurso no passado e no agora.

Em relação ao Relatório, o reestabelecido dos implícitos, no caso os pré-construídos da ditadura, não pode ser reduzido a informações trazidas à tona por uma memória intacta, pois, conforme Pêcheux (2011, p. 141):

[...] é forçoso [...] associar diretamente a memória ao organismo vivo, sob a forma de traços que constituem a inscrição individual interna de fenômenos exteriores a esse organismo (sob a forma de esquemas comportamentais e/ou operatórios reativáveis, de natureza mais ou menos complexa, que transitam desde o traço pontual do choque traumático até a construção ativa de uma ‘memória semântica’).

Não é do funcionamento de uma memória semântica, portanto, que estamos falando, mas de um funcionamento que, conforme o autor (2011), reporta “a um conjunto complexo, preexistente e exterior ao organismo, constituído por séries de *tecidos de índices legíveis*, constituindo um corpus sócio-histórico de traços” (2011, p. 142). Consideramos que, a partir daí, poderíamos pensar um funcionamento do esquecimento que pudesse ser compreendido como este *legível dos traços sócio-históricos* que envolvem a história da ditadura, acorando-se, no caso de nossa análise, na dificuldade marcada pelos verbos esquecer/lembrar, oscilando entre o que é possível dizer e o que não é. O esquecimento não seria algo que ficou para trás; ele produz efeitos na leitura que se pode fazer hoje. Ou seja, quando os sujeitos enunciadores trazem: *outras palavras que não recordo muito bem* (SD3); *com o tempo eu fui esquecendo* (SD4), o que aparece sob a marca do verbo esquecer funciona mesmo assim nesse discurso, não fica de fora: conseguimos deduzir que outras palavras viriam ao lado de *comunistinha* (SD3), não por uma memória semântica, que encadearia sinônimos, por exemplo, ou como um preenchimento do

implícito marcado apenas na língua. O implícito e o preenchimento que vemos aí é resultado do trabalho do esquecimento que se marca na língua, convocando a memória dos traços sócio-históricos do período da ditadura e só assim fazendo sentido. Trata-se, então, de uma memória que até hoje convoca os sentidos da censura, de coisas que não se pode dizer; e isso nos leva a compreender as formas do esquecimento na nossa pesquisa como um dos efeitos do trabalho do silêncio tal como nos apresenta Orlandi (2007), ou seja, as formas do esquecimento são resultado da “política do silêncio. Isto é, o silenciamento. Aí entra toda a questão do “tomar” a palavra, “tirar” a palavra, obrigar a dizer, fazer calar, silenciar, etc. (ORLANDI, 2007, p. 29).

Assim, estamos entendendo tal funcionamento como um esquecimento sócio-histórico, que trabalhará numa linha tênue entre os esquecimentos 1 e 2 que Pêcheux (1988) elabora a partir de Freud: o primeiro, da ordem do inconsciente e afetado pelo ideológico, nos dá a ilusão de estarmos na origem do dizer; o segundo, da ordem da enunciação, faz parecer ao sujeito que seu dizer é a realidade do pensamento, ignorando que o sentido sempre poderia ser outro. Os dois esquecimentos nos constituem sem que tenhamos acesso pleno sobre seu funcionamento e, portanto, também não têm a ver com uma falta de memória, mas com a constituição do sujeito do/no discurso, causando-lhe a ilusão do *eu sei o que estou dizendo, eu sei do que estou falando* (PÊCHEUX, 1988, p. 174).

Então, se os mecanismos de constituição do sujeito não podem ser tomados como totalmente desconhecidos a ele, estamos entendendo que, entre a origem do dizer sobre a ditadura (os sentidos que nascem em mim, como ilusão) e sua formulação (o simbólico que dá conta disso), é possível observarmos um esquecimento com o qual o sujeito precisará se haver, que não é nem o que se perdeu da memória, nem o contrário do que se consegue lembrar, mas um funcionamento titubeante dos sentidos que se marcam de algum modo na língua como efeito, no caso da ditadura, de: a) um esquecimento produzido socialmente, seja pelo próprio Estado, nas suas tentativas de *gerir nossa memória* (PÊCHEUX, 1997), seja por não ter se havido com a responsabilidade até hoje; b) uma necessidade de o sujeito negar a atrocidade incestuosa do Estado que, ao invés de

protegê-lo, o violentou; c) a culpa que carregamos por um passado cujos crimes continuam, na sua maioria, ainda impunes.

Nesse sentido, estamos compreendendo que o esquecimento possa ser lido, a partir de Pêcheux (2011, p. 142), como um *índice legível de um corpo sócio-histórico de traços*. Ou seja, um esquecimento que se marcará como um nó na rede, um empasse entre o que se julga apagado da memória, mas que também significa. Por esse motivo, somos levados a dizer que funciona no discurso que narra o traumático da ditadura um esquecimento de outra ordem, um esquecimento sócio-histórico que, para nós, se dá a ler como um *índice legível*, a partir das pistas deixadas pelas formas verbais lembrar/esquecer um nome. Assim, embora a confusão em torno do que se lembra e do que se esquece por parte das vítimas aponte para uma dificuldade de memória enquanto baú de lembranças, nós tomamos a relação titubeante da relação passado/presente como marca do esquecimento sócio-histórico. A consequência teórica é que, para além da operação cognitiva, podemos observar o ideológico trabalhando na língua pela via do que se diz sobre o esquecimento e do que ele mesmo produz como efeito para e nos sujeitos. Para nós, o esquecimento sócio-histórico marcará o trabalho da CEV-SC como um espaço discursivo não estabilizado logicamente, em que a condição essencial da produção e da interpretação que trabalha ali reside, segundo Pêcheux (2011, p. 145), “na existência de um corpo sócio-histórico de traços discursivos que constitui o espaço de memória da sequência”.

i. O esquecimento do nome próprio

Considerando que, para a AD, ideologia e inconsciente determinam o discurso do sujeito, aventuramo-nos aqui pelo texto de S. Freud *O esquecimento de nomes próprios (I)* (1987), cujo ponto de partida foi o desenrolar de uma conversa que o próprio autor teve com um desconhecido num trem que ia de Ragusa para Herzegovina. Em determinado momento, a conversa se encaminhou para o assunto viagens pela Itália, e Freud quis recomendar ao desconhecido que visitasse as obras do pintor italiano famoso, cujo nome não conseguiu lembrar. Ele enumerou Botticelli, Boltraffio e, mesmo sabendo que não seriam estes, não conseguia lembrar o nome do pintor italiano que, julgava, não deveria ter esquecido: tratava-

se de Signorelli. Freud passa, então, a refletir não só pela troca que fez, mas pelos sentidos dos nomes que associou ao pintor; depois, tenta relacionar o esquecimento a assuntos que precederam aquele momento. Para Freud, sua história particular o levou a, numa auto-observação, pensar com maior alcance o mecanismo psíquico do esquecimento temporário dos nomes próprios, em que a memória se recusaria a funcionar.

Por considerar que o esquecimento do nome Signorelli não poderia representar apenas um evento casual, o autor começa a fazer associações entre o episódio do esquecimento e o que havia vivido perto daquele período, que, segundo ele, teve a “capacidade de perturbar o pensamento subsequente” (FREUD, 1987, p. 20) e estava recalcado. Assim, Freud procurou investigar os motivos que poderiam levar alguém a esquecer um nome tão familiar, a ponto de serem “capazes de promover o esquecimento de um nome” (FREUD, 1987, p. 22-23). Para o autor, “é provável que o elemento suprimido sempre lute por prevalecer em algum outro lugar, mas só tenha êxito quando depara com condições favoráveis (FREUD, 1987, p. 23). Ou seja, em condições não favoráveis, aconteceria uma perturbação funcional, e no caso de condições mais favoráveis de reprodução, isso talvez não acontecesse. O autor vai se ater à relação entre o nome esquecido e o que foi lembrado para, a partir daí, estabelecer associações, com sílabas ou sequência de letras das palavras postas em jogo, que justificassem o esquecimento, admitindo, ao mesmo tempo, que não ousaria “afirmar que todos os casos de esquecimento de nomes devem ser classificados no mesmo grupo” (FREUD, 1987, p. 24).

Na análise que fizemos dos depoimentos das vítimas, vimos que é grande o número de ocorrências de esquecimento do nome, como observamos nas sequências anteriores e a seguir:

SD6: Nunca vi uma violência violenta, alguém que tivesse sofrido torturas a ponto de não aguentar na prisão, mas gente aparecer no dia seguinte todo marcado, por ter sido torturado, isso vi alguns, mas não guardei os nomes, mas foi um negócio de marcar a vida.

(Salin Miguel, CEV-SC, 2014, p. 104)

SD7: O outro eu não me lembro do outro, e depois caçando, encontrei e perguntei pra ele, se ele tinha guardado alguma coisa

a respeito daquilo [ameaça de ser jogado da ponte]? Ele disse: só a memória e ainda assim vai se esvaziando.

(Salin Miguel, CEV-SC, 2014, p. 105)

No caso das sequências 6 e 7, não necessariamente o sujeito enunciador lembrará o nome ali esquecido para que pudéssemos encontrar uma causa na relação silábica entre as letras de ambos, como realizado em Freud, bem como não se poderia buscar do depoente um fato anterior que lhe tivesse perturbado a memória. O que ele vivia era todo um pesadelo. Logo, vemos que o esquecimento do nome em Freud não dá conta do que observamos aqui, quando os nomes que, em SD6, foram esquecidos, significam no dizer marcas da censura daquele período, seja porque até hoje é difícil denunciar os agressores, seja porque, eles mesmos, muitas vezes, usavam nomes falsos nas práticas de tortura. É assim que o funcionamento do esquecimento nas duas sequências produz sentidos no discurso, marcados aqui pela dificuldade em nomear os torturadores.

Concordamos que, ao voltar à memória do passado, esse sujeito enunciador não estaria em condições favoráveis, nem ontem nem hoje; todavia a perturbação que observamos aqui é de outra ordem: aquela que coloca o sujeito em dúvida sobre o verdadeiro papel do Estado, aquela que joga com a relação do sujeito com um laço social desfeito. Por isso, estamos pensando não em motivos que levaram ao esquecimento dos nomes na fala dos depoentes, mas em determinações sócio-históricas, ideológicas e de condições de produção que determinaram isso. Vejamos outras sequências:

SD8: Eu não lembro, eu pessoalmente, deles terem me torturado mais ou menos porque era mulher ou porque era homem, acho que eles torturavam todo mundo igual. Recebi choque, recebi choque na vagina, recebi choque não sei, mas não era por perversão sexual que eles faziam, eu acho, porque na época nem na situação a gente podia detectar alguma coisa.

(Derlei C. De Luca, CEV-SC, 2014, p. 112)

SD9: Era sessões prolongadas, muito difíceis, eram coisas onde a gente lutava pela vida, esgrima, de tal forma o cérebro ficava tão concentrado naquela relação que eu não me lembrei de ter feito xixi, não lembrei nunca de ter ido ao banheiro para fazer coco, não tive sede e muito menos fome.

(Marlene de S. Socas, CEV-SC, 2014, p. 118)

As SD, retiradas dos depoimentos de 2 mulheres à CEV-SC, apontam para a complexidade do que é, ainda hoje, nomear a experiência de tortura, do quanto é difícil trazer tudo isso para o plano do simbólico, na luta por narrar o inenarrável. As titubeações *eu acho, não sei, eu acho* (SD8) marcam a confusão em, inclusive, saber se aquela ação era uma perversão sexual ou não. Possivelmente, nós afirmamos que sim, mas, no depoimento que se oferece a ler, as marcas na língua são apenas pistas das marcas inscritas no corpo e do corpo, que não emergem numa narrativa transparente e objetiva, mas atravessam a subjetividade do sujeito e indiciam a dificuldade para significar tudo isso. Volta com peso. Não se trata, julgamos, de o sujeito enunciador ter esquecido como aconteceu a tortura, ou o que ela representou no passado. O *eu não lembro, eu pessoalmente, deles terem me torturado mais ou menos porque era mulher* (SD8) representa, para nós, o legível do esquecimento sócio-histórico no titubeante trabalho da memória entre o que é possível falar sobre e o que não é.

Portanto, o esquecimento aqui precisa ser pensado não como um apagamento de uma cena anterior, mas como um funcionamento que está imbricado na relação do sujeito com o trauma, com o político, com a palavra. Mesmo no caso da SD9, em que parte da cena de tortura (as coisas que tinham a ver com as necessidades fisiológicas) parece esquecida, podemos nos perguntar: por que justamente algo que é tão do humano se apagou? O que isso fala do sujeito na situação de violência moral e física? Ancorados na pista de uma luta de *esgrima*, podemos dizer que tudo isso que parece esquecido para o sujeito enunciador da SD9 volta e se diz de algum modo. Para Conte (2014), sobre o trauma e uma sua tradução possível, a violência do outro sobre o sujeito “obstaculiza o processo simbólico e se inscreve como um excesso que não se retraduz, ficando o corpo refém dessas marcas” (CONTE, 2014, p. 87). Para nós, as SD têm apontado para esta espécie de obstaculização do *poder falar sobre*, mas também, como temos observado no material do Relatório, não impede o dizer. A língua dispõe de meios, insiste em se dizer, tornando a narrativa da dor possível.

Por isso, os depoimentos representam, para nós, um modo de resistência ao esquecimento da história, ao mesmo tempo que lidam com esse esquecimento que se atualiza no *poder dizer*. E é aí também que podemos observar o funcionamento

da censura, cujo conceito, segundo Orlandi (2007, p. 13), “se alarga para compreender qualquer processo de silenciamento que limite o sujeito no percurso de sentidos”. Para nós, o funcionamento do esquecimento faz trabalhar os sentidos da censura, como vimos nas sequências anteriores: o Brasil não puniu os torturadores e cada vez mais ficará difícil porque seus nomes não aparecem na história, não retornam do passado para a justiça do presente. Os arquivos das Forças Armadas continuam em sigilo de Estado. A censura continua, seja qual for o modo como se reveste de outras ameaças hoje.

ii. O esquecimento do nome como treino e a tortura

Esquecer nome, fisionomia, endereços era uma prática das organizações de combate à ditadura como forma de proteção e resistência. Era necessário decorar o endereço do *ponto* (nome dado aos lugares de encontro para discutir as ações de militância), e depois esquecê-lo. Conforme Silva (2011), em *Perda da memória*, representava uma espécie de “autoprogramação para esquecer tudo” (SILVA, 2011, p. 108). Também era necessário reconhecer certos companheiros para determinadas tarefas e depois esquecer seus nomes e fisionomias. Muitos eram levados até determinados lugares com vendas nos olhos para não identificar o trajeto percorrido. Tudo isso como uma estratégia de proteção para que, se presos e torturados, não entregassem seus companheiros. Neste caso, delatar um companheiro é revelar um nome. Vejamos o depoimento abaixo:

SD10: Durante muito tempo, depois de aparecer síndrome do pânico, enfim, fui ceifada de várias, coisas, eu tive dificuldade de memória, perdi uma época da minha vida 70%. Primeiro a gente aprendeu a esquecer, na época de militância nós éramos treinados para esquecer, a gente esquecia, e tinha que esquecer, até porque era ora gente não lembrar, e depois a gente queria muito, intensamente esquecer aqueles anos de tortura todo. Isso na cabeça de uma pessoa é muito pesado, a herança psicológica que ela tem desses anos é muito forte. Eu não sei da onde que a gente tira essa resistência de ainda hoje estar aqui, durante a vida toda continuar.

(Marize Lippel, CEV-SC, 2014, p. 143-144)

Podemos observar na SD10 o esquecimento tomado como regra a ser obedecida, um treinamento. O efeito de memória que podemos observar aqui é aquela que está subordinada à intenção do sujeito, considerando-se que seria possível controlá-la. No livro em que narra sua prisão, tortura e clandestinidade na luta contra a ditadura, De Luca (2002, p. 79), uma das ouvidas nas audiências da CEV-SC e também membro da Comissão, nos traz algumas dessas normas de comportamento da organização Ação Popular (AP), referentes aos casos de inquéritos e prisões:

1. Em caso de prisão de qualquer militante, o núcleo deve isolar tudo o que o militante preso saiba, como locais de reunião, depósito de material, etc.
2. [...]
3. As relações mútuas preso-militante estão automaticamente suspensas. Só com autorização o militante pode visitar um companheiro preso.
4. [...]
5. Negar manter relações com qualquer militante e conhecer os menos visados.
6. [...]
7. [...]
8. Negar conhecer militantes de outras organizações.
9. [...]
10. Tomar cuidado com espíões, traidores, delatores, microfones. Não comentar com outros presos sobre as suas atividades.
11. É preferível ser pego numa mentira que fornecer dados para os inquisidores.
12. Cuidado com as ciladas: “fulano já confessou”. “Possuímos provas concretas”. “Se não falar vai ser torturado”.
13. Falar sob tortura não é desculpa. É delação. Falar não impede tortura. A experiência demonstra que quem fala é torturado para falar mais.

(2002, p. 79)

Na mesma direção, as orientações de segurança, também conforme De Luca (2002), ordenavam que:

- [...] 3. Os encontros devem ser marcados preferencialmente entre um quarteirão e outro, caminhando; não tomar táxi de ponto; escolher ruas movimentadas.
4. Jamais procurar um companheiro que faltou ao encontro. [...]
7. Não ter ponto escrito. Guardá-lo na memória. Caso contrário, codificá-lo.

(2002, p. 72-73)

Como podemos observar, o conjunto de regras, tanto de segurança entre os integrantes durante as ações de militância, quanto de resistência durante os interrogatórios, passa pelo suposto domínio da memória e do esquecimento pelo sujeito, cuja vontade de controle transforma-se em regra de preservação da própria vida. Somos aqui afetados pela ilusão de que temos pleno domínio sobre a memória, do mesmo modo o esquecimento seria uma possibilidade com a qual se pode negociar.

Não estamos dizendo que isso não tenha funcionado, muitas pessoas se salvaram e salvaram seus companheiros justamente pela proteção de um nome que foi mantido em sigilo. Outrossim, sabemos que não se trata apenas de seguir um manual, as regras trazidas ali representam apenas parte de toda uma determinação ideológica que congregava os militantes em torno de um ideal comum, de uma missão maior. Seguir as regras era confirmar uma identificação plena do sujeito aos princípios da organização. O que queremos problematizar é que, a partir da AD, não se pode esperar que o funcionamento do esquecimento no discurso seja objeto de controle, pois, tal como o estamos observando no Relatório, por mais incorporadas que as regras das organizações fossem, havia sempre um espaço para o esquecimento do nome escapar, falhar e produzir sentidos para além da intenção dos militantes. Vejamos a seguir:

SD11: [...] por que a gente não era preparado pra aquele tipo de coisa, não éramos profissionais, caímos numa luta armada sem a devida preparação.

(Marlene de S. Socas, CEV-SC, 2014, p. 115)

SD12: [...] estavam sendo torturados e a tortura é uma arma realmente muito eficiente e rápida pra se conseguir informações, e é por isso que muita gente morre porque eles vêm com muita violência pra cima da gente, e eu fui entregue por esse companheiro que depois ele confessou: Marlene eu não resisti.

(Marlene de S. Socas, CEV-SC, 2014, p. 116)

SD13: Eu fui covarde e eu não consegui morrer pelo Marcos Arruda. Levei os policiais até o ponto de encontro e o Marcos se aproximou, e foi preso. [...] eu me senti incapaz de continuar a luta. Eu comecei a me sentir indigna de lutar, de participar da luta pelo povo brasileiro, contra a ditadura e pelo socialismo por uma revolução socialista.

(Marlene de S. Socas, CEV-SC, 2014, p. 115)

Nas sequências, é possível observar o quanto a vontade de esquecer os nomes para nunca os entregar sob interrogatório, sob tortura, era considerada um dever acima de tudo (morrer se preciso fosse), que jamais poderia ser violado. Para julgar-se nesse poder, é preciso, porém, ignorar o modo como o discurso atravessa o sujeito, bem como o modo como as condições de produção interferem no dizer: estamos falando de pessoas sendo interrogadas sob a ameaça de tortura, psicológica e/ou física, quando não torturadas: *uma arma muito eficiente e rápida pra se conseguir informações* (SD12). Ignorando a determinação de tais condições de produção no discurso, o sujeito de SD13 significa o fato de não ter preservado um nome como *covardia, indigna de luta*. Ou seja, caberia ao sujeito resistir diante de tamanha violência, do contrário, o peso do fracasso: *Marlene, eu não resisti* (SD12).

Questionando este poder do sujeito sobre a memória, a questão do *esquecer*, que teria a ver com a eficácia de um treinamento, e do *lembrar*, que apontaria para uma falha no processo, uma traição à causa, não pode ser pensada fora das condições perturbadoras da memória, um pouco ao modo do que traz Freud (1987, p. 20) em *O esquecimento dos nomes*, mas, mais que isso, fora das condições de produção da ameaça da tortura a partir da interpelação de um outro que joga com a destruição da subjetividade do sujeito, coisificando-o em sua condição humana. Não há *covardia* (SD13), há o trabalho da memória que se esburaca, nos trai.

Pensar o esquecimento desse modo implica, portanto, entender que, conforme Pêcheux (2011, p. 156), o sujeito deixa “de ser considerado como o eu-consciência *mestre do sentido* e seja reconhecido como *assujeitado ao discurso*”. Se, em qualquer situação, já é assim que se organiza nossa subjetividade, imagine-se como fica o suposto controle sobre o discurso quando se trata da experiência da tortura, cuja condição destrói o sujeito ao olhar do outro, degradando-o em condições não humanas. Pensamos que não se pode, desse modo, julgar que um chamado delator tenha entregue um nome por descumprir regras e ordens da organização de que fazia parte simplesmente. Para nós, o processo é de uma complexidade maior, afinal, conforme Pêcheux (2010, p. 56):

[...] uma memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de

divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos.

Na leitura do Relatório, buscamos levar em conta justamente as bordas, as margens, os deslocamentos, as contradições, o silêncio, no trabalho de construção do Relatório, pois consideramos que ele não pode ser compreendido como um compêndio de dados e depoimentos reunidos como que uma cópia do passado no presente. Não há essa volta linear, cronológica, mnemônica dos fatos pretéritos. Por isso, consideramos que entregar um nome ou não não poderia se reduzir à prova de uma convicção política; trata-se, antes, de uma situação adversa de discurso em que está em jogo a própria vida em ameaça, seja a sua, a de um companheiro, ou da própria família. Todavia, como somos todos nós tomados por esta vontade/ilusão de estar no controle de nosso dizer, já que a determinação ideológica não se dá a conhecer, parece não caber outro sentido para a delação de um nome na militância que não o de covardia, traição, fraqueza, apagando-se o fato de que o que segura o segredo de um nome é a própria vida. Esquecer um nome, portanto, assume um peso bastante grande na construção dessa história, o que vai produzir sentidos diversos ainda hoje. Vejamos a sequência a seguir:

SD 14: A moça morena é solta, levando na memória o nome de minha mãe e seu endereço. Peço-lhe por favor que escreva dizendo onde estou. Afirma ter contato no meio do movimento estudantil. Peço-lhe que faça chegar notícias à diretoria da UNE. Eles saberão onde e a quem informar. Mesmo que eu quisesse dar algum endereço em São Paulo, não poderia. Minha memória apagara todo e qualquer contato. No início foi um desligamento forçado, aos poucos fui esquecendo, talvez uma maneira de autopreservação, algum mecanismo psicológico que não entendo completamente. Telefones, endereços, nomes de pessoas vão se apagando. No futuro terei sérias dificuldades por causa disso. Mas neste momento acho ótimo não lembrar de nada. Na verdade, são sequelas dos choques elétricos.

(Derlei C. De Luca, CEV-SC, 2002, p. 102)

Aqui, observamos o funcionamento do esquecimento tomado como arma de proteção novamente, não só em relação ao que aconteceu com o sujeito enunciativo no passado, enquanto estava na prisão, mas também agora quando fala sobre. No episódio narrado, quando Derlei estava na prisão, entendemos que quanto menos o registro do nome aparecesse por escrito, mais protegida ela e sua família estariam,

assim, *moça morena, o nome da minha mãe, seu endereço, onde estou, notícias à diretoria da UNE, eles saberão, onde e a quem informar* são todas marcas de expressões vazias, cujo preenchimento deveria ser guardado na memória por ela própria e pela *moça morena* como uma prova de lealdade na militância. Passados tantos anos, vemos que a mesma vaguidade atravessa o tempo e vem se marcar no depoimento dado hoje, o que mostra que o Relatório não coloca em jogo apenas um antes, o antes mistura-se com o agora e significa o esquecimento como um vestígio da censura que ainda preside o dizer, significado pelo sujeito enunciador, porém, como alívio: *neste momento acho ótimo não lembrar de nada* (SD14). Tal mecanismo aparece para o sujeito como um empenho cognitivo, resultado de um esforço que deu certo, mascarando a ele as determinações ideológicas que o afetam e o quanto a questão do nome está imbricada na questão da tortura e da censura até hoje.

iii. O esquecimento do nome verdadeiro e o nome falso

Frege (1978), filósofo do século XIX, procurou levar seus estudos de lógica e matemática para compreender os sentidos da linguagem, ligando-a à noção de referencialidade e verificabilidade. Nele, a função do nome próprio assume um caráter fundamental, que não significa o nome de uma pessoa apenas, mas o nome que designar qualquer ser/coisa no mundo, ao qual se possa atribuir um sentido. O autor vai dizer que o nome próprio designa, então, um objeto singular no mundo, que poderia aparecer em diferentes referentes, mas denotando uma mesma referência. Assim, Aristóteles, o estagirita, o aluno de Platão, etc. designariam a mesma pessoa. Um nome próprio teria assim significado quando conseguíssemos alcançar, por meio de seu sentido, uma existência no mundo, esta é sua condição de verdade.

Trazemos o breve fragmento da teoria fregueana para problematizar a questão do nome próprio, pensando, aqui, os nomes de pessoas envolvidas na luta contra a ditadura quando usavam nomes falsos. Se para Frege, por exemplo, *Castro Alves* e *o poeta dos escravos* exprimem mais de um sentido para uma mesma referência, qual seja *Castro Alves*, estamos aqui nos questionando sobre como ficaria a questão dos codinomes utilizados pelos militantes envolvidos na luta

contra a ditadura e em clandestinidade? Não teria este nome falso referência no mundo? Não haveria para os nomes falsos uma referência fora do ficcional? Como se constrói essa dupla referência? Ou seriam dois referentes para uma única referência? Pensamos isso no Relatório.

No combate à ditadura, o nome falso era uma prática de proteção e de sobrevivência. Muitos militantes perseguidos assumiam uma outra identidade com os chamados *nome frio*, *nome de guerra*, *nome falso*, *nomes fantasia* etc., como observamos a seguir:

SD15: [...] eu não sabia nada que acontecia, porque minha colega Aparecida, disse: Bel, deixa comigo, eu vou assumir o que for necessário, você não sabe de nada, O Hugo já está relatando tudo, e não adianta a gente ficar ocultando o que ele falou, o que ele já sabe. Então eu tentei manter essa situação, mas tinha uma dirigente que tinha sido presa, que ela não falava nada, nem o nome dela, e eles queria saber quem ela era. O Hugo possivelmente sabia de onde ela era, tinha um nome, nome frio, e que ela era de Santa Catarina, e eu era de Santa Catarina. [...] Pra mim o pior momento foi quando eu fui acareada com a Clair, e eles pegavam a Clair e batiam a cabeça dela na parede e ela não abria a boca, e eles queriam que eu dissesse quem ela era. Eu também não sabia, eu falava o nome que eu sabia o nome frio.

(Maria Isabel C. Régis, CEV-SC, 2014, p. 146)

SD16: O nome de guerra era Cláudio, todo mundo falava com ele, chamava Cláudio. Você lembra o nome dele real? Ele morava em Florianópolis?

(Derlei C. De Luca, CEV-SC, 2014, p. 98)

SD17: [...] e eu tinha casado com o nome de Maria Muiza Vitali, tinha toda documentação bonita, certinha, casamento, tudo bonitinho, filho registrado. Eu era Maria Luiza Vitali, não era mais Derlei Catarina De Luca, mas tinha passado um engenheiro baiano [...] que ia para o Uruguai e ele foi preso. E ele quando foi preso, ele entregou essa casa onde eu morava em Londrina, dizendo que ali morava Derlei Catarina De Luca. Quando eles chegaram, encontraram Maria Luiza Vitali com toda a documentação bonita, certinha. Não me prenderam, levaram o marido para explicar se ele tinha uma amante chamada Derlei Catarina De Luca. [...] Pra ver que eles não tinham bola de cristal, e não tinha internet naquele tempo.

(Derlei C. De Luca, CEV-SC, 2014, p. 113-114)

A questão nos parece muito complexa. O militante com o nome falso constrói uma outra identidade, com novos documentos, e passa a tentar viver “normalmente” a partir daí, ou seja, busca construir uma nova referência no mundo com outro nome, ao mesmo tempo em que tenta apagar/esquecer os vestígios do

nome verdadeiro, sua outra referência no mundo. O segundo nome, o *nome frio*, procurará não estabelecer relação com o nome verdadeiro, será uma despista. Todavia, observamos aí uma divisão subjetiva inscrita no sujeito: ao mesmo tempo em que o segundo nome surge para proteger o primeiro, sobreviverá o militante à espreita de ser descoberto, logo, o nome falso, de certa forma, também busca não ter uma referência no mundo, precisaria passar despercebido na rua, desconhecido dos vizinhos etc.

Essa injunção à clandestinidade que habita o próprio corpo vai nos falar de um outro funcionamento do esquecimento, que tem a ver com a complexidade de o sujeito esquecer-se a si próprio e de desligar-se das marcas (nomes, endereços) que o identificam de algum modo. Steffen e Becker (2014) afirmam que o sujeito, ao assumir uma nova identidade, desautoriza sua condição anterior e, nesse caso, a lembrança da anterior deve vir junto com seu esquecimento, impondo, segundo as autoras, uma dupla imposição: “destruir fragmentos e histórias anteriores, apagá-los da memória e, ao mesmo tempo, não permitir que aconteça esse ‘suicídio psíquico’ de reduzir-se a um ‘não-ser’” (STEFFEN; BECKER, 2014, p. 124).

Sabemos que não se destroem as histórias passadas e nem se consegue apagá-las da memória como uma escolha, mas vemos na relação nome verdadeiro/nome falso um funcionamento do esquecimento que vai jogar com o modo como o sujeito precisa sobreviver e se defender das violências do Estado, ao mesmo tempo oscilando, usando palavras das autoras, entre um familiar que vira estranho e um estranho que precisa virar familiar. Com isso, sem que uma regra de verificabilidade verdadeiro/falso dê conta do processo, ao modo fregueano, julgamos que essa subjetividade dividida produzirá efeito no esquecimento, marcando-se na língua com a titubeante relação esquecer/lembrar um nome conforme os depoimentos: ora se lembra apenas do nome falso, ora se lembra apenas do nome verdadeiro.

Essa luta do sujeito, que é contra o que lhe ameaça, mas também contra ele próprio, porque sua memória pode, a todo tempo, o trair, configura-se na linha tênue entre o nome verdadeiro e o nome falso, cujas consequências são de diversas ordens. Vejamos:

SD18: [...] eu fui presa no dia 10 de maio, que era domingo dia das mães, e eu só fazer o fichamento em outubro, então de maio até outubro eu também poderia desaparecer em qualquer lugar, em qualquer porão que a minha família não iria saber, ninguém iria saber, o que aconteceu com a Marlene Socas, é claro eu fui presa com documentos falsificados.

(Marlene de S. Socas, CEV-SC, 2014, p. 121)

Na SD11, podemos observar o sujeito enunciador oscilando entre estar protegido pelo nome falso, ao mesmo tempo em que está ali ameaçado: se preso ou morto, ninguém *iria saber*. Conforme o livro *Habeas corpus: que se apresente o corpo* (BRASIL, 2010, p. 89), organizado pela Secretaria de Direitos Humanos, as autópsias adulteradas pelos técnicos dos IMLs legalizavam as mortes e confirmavam as versões dos órgãos de repressão. Com os documentos da necropsia lavrados em nome falso, os militantes eram enterrados como indigentes, mesmo sendo possível sua identificação. Em muitos casos, constava nos registros, conforme Brasil (2010, p. 89), apenas a letra “T” de terrorista, escrita em vermelho, ou mesmo a palavra “Subversivo”. Era assim que T, subversivo, comunista, guerrilheiro, etc. perdiam seu caráter adjetivo e acabavam nomeando os sujeitos, o que representava, na própria nomeação, a justificativa para os crimes de desaparecimento dos corpos. Se o nome verdadeiro era uma prova para encontrar os chamados subversivos e prendê-los, os nomes falsos também se transformavam em alvo, quando, aproveitando-se disso, os torturadores enterravam estes corpos em valas comuns. Ou seja, estamos percebendo o quanto do esquecer/lembrar um nome, seja este falso ou verdadeiro, diz muito mais do que um desgaste da memória ou de um treinamento bem-sucedido por parte dos militantes durante a luta contra a ditadura; fala do quanto as condições de produção, políticas, sociais e ideológicas estão aí imbricadas nessa forma do esquecimento do nome.

Alguns apontamentos finais

No Relatório, conseguimos levantar outras formas do esquecimento além das trabalhadas aqui, mas, por enquanto, consideramos que foi possível abordar parte dos nossos objetivos, problematizando a questão da memória e do

esquecimento numa leitura do material analisado que nos possibilitou pensar o funcionamento do político engendrado numa narrativa outra sobre a ditadura.

No movimento de retorno aos dados desse passado, vimos, então, que esquecer e lembrar não funcionam em oposição. *É preciso lembrar para não esquecer*, lema de muitas organizações que lutam pela causa, mostrou-se não tão simples assim. O dizer da história sobre a ditadura civil-militar no Brasil articula ainda hoje toda uma memória de medo, de censura, de horror, de culpa, de impunidade, o que vem pela memória e produz sentidos diversos, sem que tenhamos conhecimento sobre seu real funcionamento.

O que sabemos é que toda essa contingência não vai ficar de fora da narrativa sobre a ditadura a partir dos trabalhos das comissões da verdade, e, apesar da censura que preside o dizer ainda hoje sob inúmeras formas, que não a de um regime autoritário, institucional (se bem que mesmo esta continua produzindo seus efeitos), é possível dizer de outro modo, escrever e inscrever uma outra versão.

Segundo Galeano (2009, p. 215), “não há história muda. Por mais que a queimem, por mais que a rasguem, por mais que a mintam, a história humana se nega a calar a boca. O tempo que foi continua pulsando, vivo”. O espaço aberto pela CNV nos possibilitou refletir sobre uma história em movimento, considerando, a partir de Pêcheux (1988), que há sempre um já-lá, um antes no dizer, que vem pela memória, que traz as marcas de um tempo, e isso não é linear, nem cronológico, aparece, conforme o autor, “como um processo não-unificado, atravessado por desigualdades e por contradições” (PÊCHEUX, 1988, p. 275).

São estas contradições que intervêm no político e que permitem o espaço aberto dos sentidos outros. O Relatório da CEV-SC é um sentido outro, e vimos que isso não representou encontrar a verdade inteira do outro lado, o tudo que agora teria sido dito, o tudo que foi silenciado ou esquecido. Representou, antes, a possibilidade de, usando palavras de Gagnebin (2004, p. 89), abrir-se “aos brancos, aos buracos, ao esquecido e ao recalcado, para dizer, com hesitações e solavancos, incompletude, aquilo que ainda não teve direito nem à lembrança nem às palavras”. Foi pela via do esquecimento que tentamos mostrar um pouco disso funcionando, a partir da ancoragem marcada pelas formas verbais esquecer/lembrar, que

representaram, para nós, pistas da dificuldade entre o dizer/não poder dizer da ditadura.

Uma dificuldade que acabou tocando o quanto ainda somos afetados pela questão da censura, que, no material coletado e nos estudos que temos feito, vem se marcando de diferentes modos: no caso de SC, a falta de recurso financeiro para desenvolver os trabalhos da Comissão, a dificuldade em encontrar os registros de demissões de cunho político, a não digitalização de todos os documentos levantados pela Comissão e, portanto, sua não divulgação, etc.; no caso da CNV, a não colaboração das Forças Armadas em relação à abertura de seus arquivos, o tempo decorrido para análise das ossadas encontradas em valas comuns, a queima de muitos cartórios em regiões de guerrilha, etc.

Enfim, tantas outras formas de censura que confirmam o quanto temos ainda por percorrer no caminho de uma reconciliação com o passado, como preveem os objetivos tanto da CNV, quanto da CEV-SC. As comissões da sociedade civil que continuam seus trabalhos, mesmo depois da entrega dos relatórios, sabem disso e devem se lembrar sempre, conforme Orlandi (2007, p. 139), que o problema da censura não é “impedir a informação, mas evitar que haja o trabalho histórico do sentido e, conseqüentemente, da identidade dos sujeitos”.

Referências

- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório [da Comissão Nacional da Verdade]. Recurso eletrônico. Brasília: CNV, 2014.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. Habeas corpus: que se apresente o corpo. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.
- CONTE, Bárbara de Souza. Testemunho: reparação do trauma é possível? Em: SIGMUND FREUD ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA. Clínicas do testemunho: reparação psíquica e construção de memórias. Porto Alegre: Criação Humana, 2014.
- DE LUCA, Derlei Catarina. **No corpo e na alma**. Criciúma: Ed. do Autor, 2002.
- FREGE, Gotlob. **Lógica e filosofia da linguagem**. São Paulo: Cultrix, 1978.
- FREUD, S. **Obras Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1987.

- GAGNEBIN, J.M. Memória, história, testemunho. Em: BRESCIANI, S.; NAXARA, M. **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.
- HERRERA, Cristina. Enredos na transmissão: a construção do testemunho entre as gerações na clínica do testemunho? Em: SILVA JR.; MERCADANTE, I. **Travessia do silêncio, testemunho e reparação**. Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; São Paulo: Instituto Projetos Terapêuticos, 2015.
- INDURSKY, F. Políticas do esquecimento x políticas de resgate da memória. Em: FLORES, G.G.B.; NECKEL, N.R.M.; GALLO, S.M.L. (Orgs.). **Análise de discurso em rede**: cultura e mídia. Campinas: Pontes Editores, 2015.
- _____. Uma análise discursiva da lei de anistia e seus efeitos de sentido. Em: SIGMUND FREUD ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA. **Clínicas do testemunho: reparação psíquica e construção de memórias**. Porto Alegre: Criação Humana, 2014.
- _____. A memória na cena do discurso. Em: INDURSKY, F. *et al.* (Orgs.). **Memória e história na/da Análise do Discurso**. Campinas: Mercado das Letras, 2011.
- ORLANDI, E.P. Ciências da linguagem e política: anotações ao pé das Letras. Campinas, SP: Pontes Editores, 2014.
- _____. Maio de 1968: os silêncios da memória. Em: ACHARD, P. *et al.* **Papel da memória**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2010.
- _____. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- RELATÓRIO FINAL. Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wrigth de Santa Catarina, Florianópolis, novembro de 2014.
- PÊCHEUX, M. Leitura e memória: Projeto de pesquisa. Em: **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Textos selecionados por Eni Orlandi. Campinas: Pontes, 2011.
- _____. O discurso: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes Editores, 2006.
- _____. Papel da memória. Em: ACHARD, P. (Org.). **Papel da memória**. Trad. José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.
- _____. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1988.
- _____. Ler o arquivo hoje. Em: ORLANDI, E.P. (org.). **Gestos de Leitura**: da história no discurso. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.
- _____; GADET, F. A língua inatingível. Em: **Análise de Discurso – Michel Pêcheux**. [Textos selecionados por Eni Orlandi]. Campinas/SP: Pontes Editores, 2011.
- SEIXAS, Jacy Alves. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. Em: BRESCIANI, S.; NAXARA, M. **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

SILVA, J.F.P. Perda da memória. Em: FERRER, E. (Orgs.). **68**: a geração que queria mudar o mundo: relatos. Ministério da Justiça, Comissão de Anistia: Brasília, 2011.

STEFFEN, R.M.M; BECKER, Â.F. Clandestinidade e sobrevivência psíquica. Em: SIGMUND FREUD ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA. Clínicas do testemunho: reparação psíquica e construção de memórias. Porto Alegre: Criação Humana, 2014.

MANIFESTAÇÃO DIGITAL: “*UM MUNDO QUE NÃO ACABA NUNCA DE SE DIVIDIR EM DOIS*”

Cristiane Dias
(Labeurb/Nudecri – Unicamp)

Meu esforço e desafio, nesse trabalho, é reunir “espectros”: 1) o dos movimentos da cidade, os quais concebo a partir da definição proposta por Orlandi (2011, p. 4) de movimentos da sociedade como “práticas sociais que se instalam na cidade”, e 2) o do ensino, tomado como sistema político-ideológico e institucional de transmissão de coisas-a-saber.

1. Dos movimentos da cidade

“O irrealizado do movimento popular”, como diria Pêcheux (1990), irrompe no mundo contemporâneo por uma divisão dos sentidos de manifestação. No Brasil, e também no mundo, tivemos uma onda de manifestações, que começaram em 2011, e que tiveram a Internet, mais especificamente, as redes sociais, como forma de organização.

Tomarei, neste texto, como objeto de análise dos movimentos da cidade, três manifestações, ocorridas no ano de 2015, duas delas, no Brasil, e uma, na Espanha.

Em maio de 2015, a cidade de Madrid fez a primeira manifestação de hologramas da história. Contra a chamada lei da mordaza, que restringe assembleias e protestos em espaços públicos daquele país, os espanhóis mostraram ao mundo uma nova forma de mobilização política. Mostraram que, com poucos cliques, o mundo inteiro pode se manifestar apesar da interdição à manifestação. O real irrompe.

Já no Brasil, também em 2015, os professores da rede pública do estado do Paraná foram massacrados pela polícia ao se manifestarem em frente à Assembleia Legislativa contra o projeto de lei que alterava o regime próprio da Previdência

Social dos servidores estaduais daquele Estado. Ao invés de hologramas, os manifestantes ocuparam a rua de outra maneira.

Em outubro de 2015, estudantes foram às ruas em todo o Estado de São Paulo para se manifestarem contra o projeto de reorganização escolar que pretendia ampliar o número de escolas com ciclo único.

Três formas legítimas de mobilização política, que têm, de maneiras diferenciadas, sua organização no espaço digital. A primeira, através da convocação da “presença” virtual, por meio do envio de uma imagem. A segunda, embora organizada através da convocação via sindicato, teve também as redes sociais e a internet como lugar de ampliação dessa convocação e mesmo de ampliação da própria presença física dos professores nas ruas. Essa ampliação por replicação também ocorreu na manifestação dos estudantes no Estado de São Paulo.

Na manifestação de Madrid, o corpo ampliado realiza-se na rua pelo holograma, na de São Paulo e do Paraná, é a rua que amplia seu corpo social para as redes sociais.

Três manifestações que ocuparam a rua de formas diferentes.

Esse trabalho propõe uma reflexão sobre esses espaços distintos, mas constitutivos, de manifestação: a rua e o digital; tecnologias atravessadas por duas memórias (a metálica e a discursiva) produzindo um confronto com o real e um deslocamento da ordem da cidade e dos modos de estar na cidade.

Movimentos sociais e movimentos da sociedade

Penso que um primeiro desenvolvimento dessa questão diz respeito a uma distinção que deve ser claramente estabelecida, entre movimentos sociais e movimentos da sociedade. Orlandi (2011, p. 4) trabalhou sobre essa diferença, mostrando que

[...] os movimentos da sociedade ou na sociedade são inevitáveis e fazem parte da materialidade, do real da história social. Já os movimentos sociais são organizações que se formam, em certos momentos, visando certos objetivos, bem determinados na sociedade e na história.

Os movimentos sociais dizem respeito a uma ação social coletiva e organizada por um grupo, no interior de uma sociedade determinada e de uma luta de classes.

Para Alain Touraine (1992),

Um movimento social é ao mesmo tempo um conflito social e um projeto cultural. Isso se aplica tanto aos dirigentes quanto aos dirigidos. O movimento social visa sempre a realização de valores culturais ao mesmo tempo que a vitória sobre um adversário social. Uma luta reivindicatória não é nela mesma um movimento social¹. (p. 276)

Um movimento social não é uma corrente de opinião, já que ele coloca em questão uma relação de poder que se inscreve muito concretamente nas instituições e organizações, mas ele é o propósito de orientações culturais através das relações de poder e das relações de desigualdade.² (p. 279-280)

Em sua compreensão dos movimentos sociais, Touraine (1992), já em *Critique de la Modernité*, aponta para o cultural associado aos movimentos sociais. Em obras mais recentes, o autor fala da “escalada das reivindicações culturais”, ao lado do que ele chama “decomposição da sociedade” e “dessocialização”³, para Touraine (2006, p. 23), “falávamos de “atores sociais” e de movimentos sociais; no mundo em que já entramos, é de sujeitos pessoais e de “movimentos culturais” que deveremos falar o mais das vezes”. A mudança que vem ocorrendo no mundo e que já está posta pelo desenvolvimento das tecnologias digitais produz uma mexida nas instituições, nas organizações e na forma das lutas políticas, bem como no tipo de demanda que mobiliza os sujeitos a irem às ruas, a se mobilizarem juntos.

Desse modo, não são os movimentos sociais, que devem se definir no âmbito de uma experiência histórica específica, que estão em cena ou em questão na análise das manifestações que trago aqui, já que não é disso que se trata, mas de uma transformação da forma de manifestação política, que se constrói ao lado e

¹ Un mouvement social est à la fois un conflit social et un projet culturel. [308] Cela est vrai de celui des dirigeants comme de celui des dirigés. Il vise toujours à la réalisation de valeurs culturelles en même temps qu'à la victoire sur un adversaire social. Une lutte revendicative n'est pas en elle-même un mouvement social.

² Un mouvement social n'est pas un courant d'opinion, puisqu'il met en cause une relation de pouvoir qui s'inscrit très concrètement dans les institutions et les organisations, mais il est la visée d'orientations culturelles à travers des relations de pouvoir et des rapports d'inégalité.

³ Ver Touraine (2006, p. 23).

independentemente de uma organização centralizada, própria dos movimentos sociais. Desse modo, o que está em jogo nessa análise é o modo como numa sociedade do digital, conectada, as lutas empreendidas por emancipação, reivindicações ou direitos políticos se organizam na mesma relação de urgência e velocidade das redes digitais, atravessadas por uma relação contraditória entre a memória histórica e a memória metálica, que joga com a forma do esquecimento.

A partir dessa distinção de Orlandi (2011) entre movimentos sociais e movimentos da sociedade, esclareço que não estou aqui falando em termos de movimentos sociais, que, como vimos, ainda que rapidamente, se configuram de uma outra maneira, em condições históricas e políticas bem determinadas, mas situo as manifestações que ocorrem na cidade, como movimentos da cidade, de resistência a um modo de organização da cidade (que incide em sua ordem) considerando que “a cidade é a expressão das relações sociais de produção capitalista, sua materialização política e espacial que está na base da produção e reprodução do capital” (IASI, 2013, p. 41). Ao tomar as manifestações como “movimentos da cidade”, filiando-me ao pensamento de Eni Orlandi (2011), meu objetivo é tratar do confronto do sujeito com o real da sociedade e da cidade. Ou, em outras palavras, gostaria de pensar as manifestações como textualizações do político no movimento da cidade conectada, através da materialidade do movimento da cidade. Justamente, uma sociedade conectada, em todas as instâncias, na qual os sujeitos se relacionam e se movimentam por redes de conectividade.

Se, como afirma Orlandi (1996, p. 12), “a relação do homem com os sentidos se exerce em diferentes materialidades, em processos de significação diversos”, estou considerando as manifestações como processos de significação do sujeito e da cidade que se constitui pelo digital, nas condições de produção do digital. A cidade contemporânea, em sua “articulação” urbana, é digital, conectada. Essa articulação está aqui sendo pensada a partir dos termos de Pêcheux (1995), a saber, como um dos elementos do interdiscurso. Para o autor, a articulação, “*constitui o sujeito em sua relação com o sentido*, de modo que ela representa, no interdiscurso, aquilo que *determina a dominação da forma-sujeito*” (PÊCHEUX, 1995, p. 164, grifos do autor). O digital, então, seria um discurso-transverso do urbano, um operador de conexão entre elementos substituíveis. É preciso, aqui,

lembrar, com Pêcheux (1995, p. 166), “que o funcionamento do ‘discurso-transverso’ remete àquilo que, classicamente, é designado por *metonímia* [...]”. É ainda Pêcheux, sob pseudônimo de Thomas Herbert (1995), no seu texto *Observações para uma teoria geral das ideologias*, que fala da *dominância metonímica sintática* como uma das modalidades de funcionamento da ideologia. Para o autor, nessa modalidade, o “operador de conexão é pertinente” (HERBERT, 1995, p. 76). Nesta forma metonímico-sintática, “a ideologia é fundamentalmente um sistema de operações”, cujas “estruturas reais são as instituições e os discursos” (HERBERT, 1995, p. 78).

Assim, numa formulação de tipo: “x, então y”, como se daria a relação de articulação entre os elementos substituíveis: manifestação/cidade/digital, e que instituições e discursos constituem seu sistema de operações? Vejamos um exemplo de articulação possível:

“As manifestações na cidade se organizam *com* as redes sociais e tecnologias digitais, então, o digital é constitutivo de sua significação.”

ou

“A cidade se manifesta *com* o digital, então, este é constitutivo daquela.”

Esse modo de articulação significa um movimento da cidade que coloca em funcionamento o discurso de uma forma de manifestação e ativismo descentralizado, que se dá em grande parte, por redes de conectividade. Essas redes criam meios de compartilhamento que ocorrem por processos de identificação a lutas determinadas e formas de mobilização, muitas vezes, mais localizadas. Como, por exemplo, o #OcupeEstelita, organizado pelo movimento Direitos Urbanos e que produz um uso diferente ao do empreendimento imobiliário, típico da cidade neoliberal, do espaço do Cais Estelita, em Recife, promovendo e ocupando esse espaço com aulas, shows, assembleias etc. É um movimento de resistência ao desenvolvimento urbano neoliberal, que se dá por meio da produção de outros sentidos para o espaço.

OCUPE ESTELITA

5 POSTADO POR ADMIN - 23 DE SETEMBRO DE 2014 - DIREITO À CIDADE



O Ocupe Estelita surgiu como forma de resistência ao projeto Novo Recife, um grande empreendimento imobiliário na região do Cais Estelita. Organizada pelo movimento Direitos Urbanos, a ocupação teve seu primeiro grande ato em abril de 2013 e desde então o espaço tem sido palco de encontros periódicos para aulas públicas, shows, festas e assembleias. Arquitetos, urbanistas, comunicadores, músicos, artistas e outros profissionais colocam seus conhecimentos a serviço do movimento que propõe a reflexão sobre a cidade e o espaço público

Saiba mais:

<http://www.ocupeestelita.com.br>

<https://www.facebook.com/MovimentoOcupeEstelita?fref=ts>

<https://www.facebook.com/pages/OcupeEstelita/1447067488906490?fref=ts>

#ARTE #COLETIVO #CULTURA #ESPAÇO PÚBLICO #RECIFE

← POST ANTERIOR
OPA PARQUE AUGUSTA

PRÓXIMO POST →
I MAKE ROTTERDAM

SHARE Curtir 1 0 Tweetar Pin it Compartilhar 0

#arte
#coletivo
#cultura
#espaçopúblico
#recife

MAIS CASOS



OUTROS ASSUNTOS

#brasil #coletivo #cultura #debate
#democracia participativa #democracia deliberativa #educação
#ferramentas digitais #governocidadão
#informação #mobilizaçãocívica #mundo #solidariedade
#transparência

Imagem 1. Captura de tela em <http://sonhobrasileirodapolitica.com.br/2014/09/23/ocupe-estelita/>.

Raquel Rolnik (2013, p. 9), na apresentação do livro “Cidades Rebeldes”, afirma que a questão da reforma urbana foi abandonada pelo poder público no Brasil

em prol de uma coalizão pelo crescimento que articulou estratégias Keynesianas de geração de emprego e aumentos salariais a um modelo de desenvolvimento urbano neoliberal, voltado única e exclusivamente para facilitar a ação do mercado e abrir frentes de expansão do capital financeirizado, do qual o projeto Copa/Olimpíadas é a expressão mais recente... e radical.

Entretanto, continua a autora, o direito à cidade, não é da ordem do capital e do consumo. O direito à cidade diz respeito à urbanidade, à possibilidade de ir e vir, ao acesso a serviços públicos como educação, saúde e transporte, cultura. Mas na política neoliberal, é justamente esse direito que se quer apagar. Os movimentos da cidade, articulados ao digital, estão aí para atuar de modo localizado e disperso, em diferentes partes do Brasil e do mundo, mas cuja dispersão encontra unidade de sentido no digital.

Segundo Mestaoui e Kaci (2004, p. 285), podemos falar em uma “concepção de espaços híbridos”, que “não responde mais somente a restrições físicas, mas deve considerar sua *extensão eletrônica* no novo espaço tempo a que pertence”. Trata-se, para os autores, de uma “dupla arquitetura que integra uma outra urbanidade, um novo estrato na cidade como sistema de memória, uma urbanidade da mídia”. Um outro espaço para a política e as manifestações políticas.



Imagem 2. Captura de tela em <http://sonhobrasileirodapolitica.com.br/>.

Numa perspectiva discursiva, mas na mesma direção da hibridação dos espaços, penso num outro da cidade, um “fora que devora o dentro”, na expressão de Olivier Mongin (2005), o que tenho chamado cidad-e, uma fissura constitutiva

da palavra cidade, pelo digital como discurso-transverso, efeito de sustentação do urbano. Assim, pensar a cidad-e é considerar o processo histórico e ideológico de significação da nossa sociedade contemporânea, o modo como estamos nela, como significamos os espaços e somos por eles significados, o modo como somos individuados pelo Estado na forma do discurso da tecnologia. A noção de cidad-e busca levar em conta a constituição do espaço urbano pelo digital. Não toma a cidade e o espaço urbano como já significados pela tecnologia, mas os considera em seu movimento de significação pela tecnologia digital, naquilo que escapa a qualquer estabilização. No acontecimento da tecnologia no urbano.

O que estou tratando aqui como “movimentos da cidade”, a saber, as manifestações, são significadas pelo acontecimento da tecnologia no urbano: o digital.

Manifestações digitais

A manifestação de holograma ocorrida em Madri, em maio de 2015, contra a chamada lei da mordaza (*Ley Mordaza*), que restringe assembleias e protestos em espaços públicos daquele país, mostrou ao mundo uma nova forma de mobilização política.

El proyecto de ley de Protección de la Seguridad Ciudadana, de la mano de la Reforma del Código Penal y del Pacto Antiterrorista, supone un ataque directo a derechos constitucionales como la libertad de reunión, asociación o expresión.

Su objetivo no es “garantizar la seguridad ciudadana”, tal y como afirma el gobierno, sino reprimir el libre derecho a la libertad de reunión pacífica frente a la creciente ola de movilizaciones ciudadanas críticas.⁴

Organizada pelos militantes do grupo “No Somos Delito”, a manifestação contou com mais de 17 mil “pessoas”, que enviaram sua mensagem, sua voz, sua imagem, de diferentes países, através de hologramas.

⁴ Disponível em: <http://www.hologramasporlalibertad.org/#project>. Acesso 01 jun. 2016.



Imagem 3. Captura de tela do vídeo *Manifestación de hologramas contra la Ley Mordaza*, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=QnT-Az3kKlY>.

O grupo criou o site “Hologramas por la libertad”, através do qual cada um que desejar pode se transformar em holograma ou gravar sua voz de protesto contra a *Ley Mordaza*.

“Conviértete en holograma” é palavra de ordem da manifestação de Madrid, que ao mesmo tempo que convoca as pessoas para a manifestação, organiza o ato. Diferentemente de #VemPraRua, que convocou a população para a rua nas manifestações brasileiras de junho de 2013, contra o aumento da tarifa do transporte público, ou #VemPraLuta, que chamou às ruas os professores do Estado do Paraná, na greve de abril de 2015, contra o projeto de lei que alterava o regime próprio da Previdência Social dos servidores estaduais daquele Estado, ou ainda o #NãoFecheMinhaEscola, que marcou o movimento dos estudantes contra a reorganização escolar, levando-os à rua, o imperativo “Conviértete en holograma” convoca qualquer cidadão do mundo a vir para a internet e criar seu holograma, deixar uma mensagem por escrito ou pelo registro de voz e, com isso, se juntar à manifestação contra a *Ley Mordaza*.



Imagem 4. Captura de tela do site *Hologramas por la Libertad*:
<http://www.hologramasporlalibertad.org/>.



Imagem 5. Captura de tela do site *Hologramas por la Libertad*:
<http://www.hologramasporlalibertad.org/>.



Imagem 6. Captura de tela <http://www.hologramasporlalibertad.org/#project>.

“Aunque tengamos que convertirnos en hologramas, seguiremos protestando”.

Além do site, o grupo No Somos Delito também produziu vídeos “Hologramas por la Libertad”, como meio de convocar a população a se unir à manifestação.



Imagem 7. Captura de tela do vídeo *Hologramas por la Libertad*: <https://www.youtube.com/watch?v=7CwoNc8oFSA>.

“Se você é uma pessoa, não poderá se expressar com liberdade”.

Gostaria de me deter um pouco sobre essa formulação dita no vídeo. Ela traz, no que diz respeito ao sentido, aquilo que Pêcheux (1995) chamou de uma “mistura surpreendente de absurdo e de evidência”. Essa mistura se evidencia na introdução do sintagma determinativo pela conjunção “se” que coloca o equívoco para o sujeito pela possibilidade de uma relação causal, mas também condicional, do sentido, o que lhe dá a pensar, numa primeira instância, na existência da possibilidade de não ser uma pessoa, já que a condição para se expressar livremente é não ser uma pessoa. Eis um absurdo. O outro absurdo se produz pela evidência de ser pessoa, produzida pela relação causal introduzida pela conjunção “se”, que pode ser formulada da seguinte forma: já que você é uma pessoa [o que de fato, você é], não poderá se expressar com liberdade.

O que nos leva a uma primeira conclusão: pessoas não poderão se expressar com liberdade com a *Ley Mordaza*.

A identificação do sujeito como sendo uma pessoa (mistura de absurdo e evidência), lhe coloca no fora da relação com a liberdade de se expressar.

A liberdade é posta em questão pela chamada evidência “subjativa” (o fato de que eu sou eu ou o fato de que eu sou uma pessoa) que afeta o sujeito e nas quais ele se constitui (PECHEUX, 1995, p. 153), o *efeito ideológico elementar*. Ora, ao dizer: “se você é uma pessoa... ou já que você é uma pessoa...” numa relação de subordinação com “não poderá se expressar com liberdade”, se estabelece a iminência da impossibilidade de se expressar com liberdade, colocando em suspenso a constatação de que “claro que vocês, como eu, somos sujeitos... livres...”, que Pêcheux retoma de Althusser.

Porém, aprofundando um pouco mais a análise, podemos trazer a segunda formulação do recorte em análise:

Você só poderá fazê-lo se converter-se em holograma.

Coloca-se aí uma outra possibilidade para o sujeito, cuja condição é que ele deixe de ser pessoa e se converta em holograma. Uma relação possível com a liberdade de expressão e intervenção no real: converter-se em holograma.

Temos aqui uma articulação – que constitui o sujeito em sua relação com o sentido – entre o urbano e digital como determinante do sentido de manifestação. A discursividade digital funcionando como discurso-transverso. Não se trata de uma *substituição por equivalência ou simétrica*, nos termos de Pêcheux (1995, p. 164), de pessoa por holograma, na qual “os elementos substituíveis possuem o mesmo sentido” e podem ser sintagmatizados, trata-se, de uma *substituição por implicação ou orientada*, na qual os elementos substituíveis tiram seu sentido da própria perpendicularidade da relação. Há entre eles, referindo Pêcheux (1995, p. 165), conexão, “não é uma relação de identidade”.

Nesse caso, quando se diz “manifestação de hologramas”, o elemento substituível é “manifestação de pessoas”. Holograma seria, então, uma possibilidade de sentido para “pessoas”. Holograma “pertenceria ao discurso-transverso” de pessoa, encadeando em seu interior uma outra forma de manifestação. Um outro movimento da cidade. Um movimento prismático, no dizer de Orlandi (2003).

No meio da rua, carros, gentes, papéis, traços de trânsito, faixas, regras e asfalto. Canto-chão. Limite-solo. Não é o fragmentário, é o olho que se move em eu, em ônibus, em vendedor, [em holograma] em roupas e pessoas, e regras em muitas direções, multifacetando em ângulos, triângulos, multi-formas. Prismas. Essa é a ordem do urbano. O seu real. (ORLANDI, Verbeté ENDICI, 2015b)

Como podemos, então, pensar as “manifestações” na cidade a partir da tecnologia digital e dos dispositivos móveis? De que modo a tecnologia e seus dispositivos ocupam a cidade e aquilo que lhe é próprio, o(s) movimento(s), apropriando-se tanto de sua ordem quanto da organização desses movimentos, ‘perturbando’ o social e fazendo irromper o real da cidade, colocando em evidência, sua divisão?

Para continuarmos refletindo sobre essas questões, vejamos os efeitos de sentidos produzidos pela manifestação dos alunos no Estado de São Paulo, contra a reorganização escolar, e pelas manifestações durante a greve dos professores no Estado do Paraná, contra a mudança da lei da Previdência.

2. Do ensino

A LDB – Lei de Diretrizes e Bases, lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, traz a seguinte formulação em seu Título I, Da Educação:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Os movimentos sociais, as organizações da sociedade civil e as manifestações culturais, são significados nessa formulação do art. 1º da LDB, como sendo um lugar de desenvolvimento da educação. Pautada nesses termos da formulação da lei, lembro que, em abril de 2015, durante a greve dos professores do Estado do Paraná, que se manifestavam em frente à Assembleia Legislativa, os alunos foram convidados, através da divulgação pelas redes sociais, a vestirem seu uniforme e irem para a luta/rua para ter aula.



Imagens 8 (à esquerda) e 9 (à direita). Material produzido pela APP Sindicato, divulgado no Facebook (04/2015).

Luta e rua se substituem fazendo funcionar a memória das manifestações de junho de 2013, quando a palavra de ordem era “Vem pra rua”. Esse funcionamento faz com que, na imagem 8, a substituição de luta por rua e rua por luta, mantenha o mesmo efeito de sentido nas duas formulações, ainda que a palavra rua ou luta seja substituída. “A aula vai ser na luta” ou “vista seu uniforme e vem pra rua”. A perspectiva aí é de que a Educação, naquele momento de greve, só é possível pela luta, que tem seu lugar na rua, na ocupação do espaço público por meio da

manifestação. Mais do que isso, no deslocamento do sentido de ensinar para um outro espaço público – não institucionalizado: a rua.



Apesar da greve, professores da rede estadual de Cascavel fazem um 'aulão' na rua para os alunos que estão no terceiro ano do ensino médio.

APESAR DA PARALISAÇÃO

Professores em greve ministram aula na rua em Cascavel

Imagem 10. Captura de tela. Fonte: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/professores-em-greve-ministram-aula-na-rua-em-cascavel-cdd48yo3z1tpmabi1om51g4fq>. Acesso em 22 mai. 2015.

Aqui, a formulação retomada como “Vem pra Luta” já é uma deriva do slogan da própria greve dos professores do Paraná: “Eu tô na luta”. Rua aparece na formulação, na relação com aula: “a aula vai ser na rua”, produzindo uma mudança na filiação dos sentidos, inscrevendo o sentido de aula na relação com a resistência, permitindo que de deriva em deriva, o próprio sentido de “aula” seja ressignificado, não mais um lugar de passividade diante do saber, mas de luta em relação ao estabilizado da Educação.

Vem pra rua
Vem pra luta
Vem pra aula

Essa mudança na filiação de sentidos de aula encontra ancoragem no próprio discurso da LDB, no art. 1º “quando se refere aos processos formativos que se desenvolvem... na convivência humana...”.

A imagem 9 também textualiza um movimento que determina e significa a manifestação na rua na sua relação de constitutividade com a manifestação na rede, onde ela ocorre por meio de aglomerados de postagens, compartilhamentos de textos, links, memes etc. Na rua, é no aglomerado de pessoas, sujeitos da educação, que a manifestação se materializa. São duas formas, duas materialidades distintas, que deslocam o sentido da manifestação e da organização política dos sujeitos no movimento da cidade-e. A rede desloca e ressignifica a manifestação na rua, assim como o próprio movimento da cidade ressignifica o fazer do sujeito na rede social, dando voz ao sujeito da política, ao ato político, no sentido discursivo de ato, como intervenção no simbólico.

Nas manifestações dos estudantes no Estado de São Paulo, que ocuparam escolas contra o processo de reorganização previsto pelo governador daquele Estado, nos últimos meses do ano de 2015, o sentido da aula na rua ressoa novamente, colocando em questão a relação aula-rua-luta. Ou, mais especificamente, ensino-rua-luta.



Imagem 11. Captura de tela. Página do Facebook “Hoje a Aula vai ser na Rua”.
<https://www.facebook.com/hojeaulavaisernarua/>

Como um aviso deixado na lousa de uma sala de aula, essa imagem sobrepõe sentidos de três instâncias materiais que significam manifestação: a escola, textualizada pela lousa (aquilo que se quer ressignificar), sobre a qual se sobrepõe o digital, textualizado pela escrita digital em circulação na rede social Facebook (o

meio material) e que, por sua vez anuncia a mudança de lugar da aula, da educação, do aluno: a rua.

Essa mudança de posição significa uma filiação ao sentido político-ideológico de ensino na relação com as coisas-a-saber. É esse ponto que me interessa aqui, para pensar em que medida os “processos formativos”, significados pelos movimentos da cidade e organizados por grupos diferentes que se encontram identificados aos sentidos que organizam a manifestação, produzem um confronto do sujeito com o real da educação (seu impossível, aquilo que não pode ser simbolizado), sua espessura política e revolucionária.



Imagem 12. Folha de S. Paulo (14/11/2015).

<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1706690-reporter-da-folha-passa-quatro-dias-em-escola-invadida-e-relata-rotina.shtml>.

Espessura semântica que se estende para além das ruas, nas redes, estruturando-se em *hashtags*, *sites*, *fanpage*, aplicativos, redes sociais, hologramas, no funcionamento do digital.

O que faz com que esses movimentos se ressignifiquem em sua materialidade é o modo de seu funcionamento, determinado pelo digital. Essa materialidade diz respeito a “um processo de significação, ou seja, forma de existência histórica da discursividade e processo discursivo no qual se constroem as coisas-a-saber” (ORLANDI, 2012, p. 52).

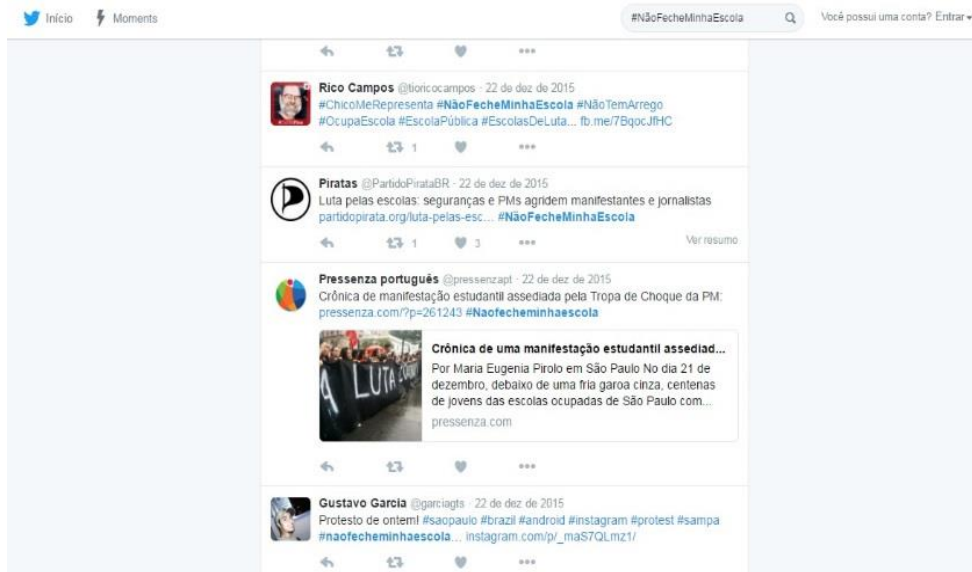


Imagem 13. Captura de tela do Twitter.

Fonte: <https://twitter.com/search?q=%23N%C3%A3oFecheMinhaEscola>.



Imagem 14. Bruno D'Angelo #sobreontem.



Imagem 15. Captura de tela do Facebook. Fonte: <https://www.facebook.com/naofecheminhaescola/>

Assim, considerados através de sua materialidade, não diremos que temos um “novo padrão de movimento social”, como acredita Castels (2013, p. 7), mas, como refere Orlandi (2012), temos uma conjuntura histórica que nos permite dizer outras coisas dos movimentos da cidade. Sentidos impensados em outras conjunturas, mas que hoje são simbolizados nas grandes manifestações de junho de 2013, que, no Brasil, tiveram como estopim o aumento da passagem do transporte

público, e cuja reivindicação inicial era o direito ao transporte público. Quanto à educação, embora as escolas tenham sido desocupadas pelos alunos e a proposta de reorganização tenha oficialmente sido retirada, as escolas e alunos continuam organizados em luta pela educação, como mostra a manifestação ocorrida em 31 de março de 2016, na cidade de Campinas, cuja palavra de ordem é, ainda, “a aula hoje é na rua”:



Imagem 16. Captura de tela. Fonte: <http://www.esquerdadiario.com.br/Centenas-de-professores-e-estudantes-realizam-grande-ato-em-Campinas>.

Se o direito à cidade diz respeito à educação, como “serviço público”, esse direito “tem de ser tomado pelo movimento político”, nas palavras de Harvey (2015), ou pelo “poder urbano”, que reside, segundo Pechman (2014), na capacidade de produzir relações, de acolher o conflito, de politizar as formas de convívio. Dessa forma, a relação de sentido estabelecida entre aula – rua – luta, vai produzindo, por “clivagens subterrâneas”, diria Pêcheux (2010), a politização das

formas de convívio, das formas de ensinar-aprender, tão controladas no espaço escolar, o que tem na violência nas escolas uma de suas expressões.

Levar a aula para as ruas dá sentido à luta. Põe em confronto sentidos do espaço que se quer ressignificar (a aula/a escola – a rua/o urbano). Criam-se outras possibilidades para o espaço (político) do ensino: a rua, a luta.

Assim, o vídeo do Juntos – movimento nacional de juventude, que surgiu no início de 2011, em São Paulo – está atravessado por essa discursividade e a partir dela, formula o seu dizer.



Imagem 17. Captura de tela do YouTube.

Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=9dkt2pZYrnM>.

“Neste dia a aula aconteceu nas ruas!”, dizer formulado na legenda do vídeo, está na relação com o interdiscurso, memória da greve, mas também dos movimentos de junho de 2013 e de outros ainda anteriores, nos quais ir pra rua ter aula é uma forma de manifestação que subverte o sentido estabilizado de ter aula, rompendo, assim, com o pré-construído de que “aula é na escola”. Levar a aula para a rua é produzir uma outra perspectiva para o sentido de aula, fazendo, assim, funcionar o político.

Nesse vídeo, esse sentido do político funciona, ainda, pela memória da luta pela liberdade durante a ditadura brasileira, evocada pela música de Geraldo Vandré, que marcou aquele período. Essa memória, porém, no vídeo, é atualizada pelo som do rap que revisita a música “pra não dizer que não falei das flores”, produzindo um rearranjo no sentido das manifestações, em outras condições de produção, em outra conjuntura política e com outros modos de organização.

Na manifestação por melhores escolas e contra medidas do governo, a rua é a escola e a manifestação é a aula, daí como diz o rapper: “hoje a rua é nós”, que subverte a língua, em sua organização, mas também a organização do espaço. “Hoje a rua é a escola”, “hoje a rua é a luta”, “hoje a aula é a rua”. Sentidos possíveis, circulantes e destruturadores da ordem, num período histórico em que a rua, o direito à cidade, não apenas no Brasil, como vimos, é cada vez mais regulado.

“O mundo não para de se dividir em dois”

Pêcheux (1990, p. 08), no texto “Delimitações, inversões, deslocamentos”, ao falar do espectro das revoluções que assombram a Europa e o mundo, alerta para os vários sentidos da palavra “espectro”. Um deles me interessa aqui, particularmente: “- o velho truque de fantasmagoria, destinado a produzir, para o público espectador, a ilusão de uma presença irreal, que se relaciona, em cena, com atores de carne e ossos”.

Esse espectro me interessa porque ele permite colocar questões acerca da manifestação de hologramas e da manifestação dos professores e estudantes. Seriam essas manifestações um truque de fantasmagoria? Uma presença irreal? Uma “Utopia realizada”? Uma “ilha experimental sitiada e defendida como uma fortaleza [...] o alhures realizado tomando a forma do ‘realizado alhures’” (PÊCHEUX, 1990, p. 14), produzindo fronteiras visíveis e ainda dividindo o mundo em dois?

Os conectados x os desconectados
As pessoas x os hologramas
O espaço urbano x o espaço digital
O movimento da cidade x o estabilizado do urbano
A escola x a rua

O conselho de Pêcheux (1990, p. 20) é que devemos “*desvizzualizar* os espectros” e devolver o que se deve ao invisível. Mas como fazê-lo num mundo de visibilidades?

E que efeitos esse “truque de fantasmagoria” do holograma poderia produzir, na medida em que o holograma representa a não-pessoa? Orlandi (2015, p. 192-193), trabalha a noção de pessoa em sua reflexão a respeito da “pessoa com deficiência”. Para a autora, “entre os juristas romanos passou-se a designar [pessoa] ‘ser que tem direitos e obrigações’”. Para Orlandi (*idem*), “temos assim, na pessoa, uma relação que se produz entre sujeito de direito e desigualdades sociais. Em alguns casos, intervém aí a resistência”. E a autora continua: “a noção de pessoa, entretanto, já vem pronta. Se é uma pessoa, logo um ser humano dotado de direito e de obrigações”. Dessa perspectiva, podemos compreender que se o sujeito, enquanto pessoa ou posição-sujeito pessoa (dotada de direito e de obrigações), não poderá manifestar-se, isso nos leva a interpretar que como pessoa, ele pode responder juridicamente pelos seus atos (pagar multa caso descumpra a *Ley Mordaza*, por exemplo), uma vez individuado pessoa sob a forma-sujeito capitalista. No entanto, enquanto holograma, a constituição da forma-sujeito capitalista perde seu estatuto, pois não encontra formas de individuação desse sujeito que se sustente no jurídico.

Eis um truque de fantasmagoria ou um encontro com o real?

Pêcheux (1990) nos instiga a perguntar “qual seria o destino político das resistências e das revoltas?”, Schaller (2015) dá algumas pistas: “é preciso reinventar o político e a política.” Seria, então, a manifestação de hologramas uma tentativa de reinvenção ou uma mostra visível do esvaziamento do político, um anestésico, uma revolta confortável, um novo tipo de língua de vento, um fantasma digital das mídias contemporâneas?

Para “mudarmos a base do mundo” e reinventarmos a própria democracia, o ensino, as organizações, devemos começar a compreender os movimentos da sociedade e da cidade, sejam eles movimentos de luz e sombra ou de pessoas, sujeitos de outro modo, individuados pelo digital. O digital, o uso da internet, dos aplicativos e dispositivos móveis criam outras possibilidades para o sujeito, outras formas de guerra, mas também de resistência, outras formas de controle por filtros

algorítmicos, mas também de denúncia. Outras formas de visibilidade, mas também de in-visibilidades ou des-visualidades. De luminosidades que projetam mundos em imagens tridimensionais na luta pela liberdade.

Referências

- CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Trad. Bras. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- HARVEY, David. A liberdade da cidade. Em: MARICATO, Ermínia *et al.* (Org.). **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013. p. 27-34.
- HERBERT, Thomas. Observações para uma teoria geral das ideologias. Trad. Bras. **Rua**, Campinas, n. 1, 1995. p. 63-89.
- IASI, Mauro Luis. A rebelião, a cidade e a consciência. Em: MARICATO, Ermínia *et al.* (Org.). **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013. p. 41-46.
- MESTAOU, Naziha; KACI, Y. Aït. Espace hybride: l'espace démultiplié par l'image et le temps. Em: KAPLAN, D.; LAFONT, H. (Eds.). **Mobilités.net: villes, transports, technologies face aux nouvelles mobilités**. Paris: FING-LGDJ, 2004. p. 285-288.
- MONGIN, Olivier. **La condition urbaine: la ville à l'heure de la mondialisation**. Paris: Editions du Seuil, 2005.
- ORLANDI, Eni. Linguagem e educação social: a relação sujeito, indivíduo e pessoa. **RUA** [on-line], n. 21, v. II, 2015a. Disponível em: http://www.labeurb.unicamp.br/rua/web/rua2/PDF/Revistas/4/revistaRua_4_37.pdf. Acesso em 01 jun. 2016.
- _____. Verbete "Prisma faces entrelaçadas". **ENDICI** [Enciclopédia Discursiva da Cidade]. Campinas: Labeurb, 2015b. Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/endici/index.php?r=verbete/view&id=23>. Acesso em 01 jun. 2016.
- _____. **Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia**. Campinas: Pontes, 2012.
- _____. Língua, comunidade e relações sociais no espaço digital. Em: DIAS, C. (Orga.). **E-urbano: sentidos do espaço urbano/digital** [on-line]. 2011. Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/livroEurbano/pdf/eurbano1.pdf>. Acesso em 01 jun. 2016.
- _____. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 2ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.
- PECHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. Trad. Bras. Em: ORLANDI, Eni (Orga.). **Gestos de leitura**. 3ª. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

- _____. **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Bras. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.
- _____. Delimitações, inversões, deslocamentos. Trad. Bras. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, n. 19, 7-24, jul./dez., 1990.
- PECHMAN, Robert. Quando Hannah Arendt vai à cidade e se encontra com Rubem Fonseca: ou da cidade, da violência e da política. Em: KUSTER, Eliana; PECHMAN, Robert. **O chamado da cidade:** ensaios sobre a urbanidade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p. 17-46.
- ROLNIK, R. Apresentação: as vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. Em: MARICATO, E. *et al.* (Orga.). **Cidades rebeldes:** passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013. p. 7-12.
- SCHALLER, Jean Jacques. Fabriquer de l'espoir au bord du gouffre. Conferência no **ENELIN 2015** [Linguagem, Tecnologia e Espaço Social]. UNIVÁS, Pouso Alegre, 21/10/2015.
- TOURAINÉ, Alain. **Um novo paradigma:** para compreender o mundo de hoje. Trad. Bras. Petrópolis: Vozes, 2006.
- _____. **Critique de la modernité.** Paris: Fayard, 1992.

NARRATIVAS EM DERIVA: ESPELHAMENTOS COLETIVOS NOS ESPAÇOS PÚBLICOS

*Flávio Rabelo*¹, *Bruna Reis*²
(LUME Teatro, Unicamp)

[...] o mundo não é receptáculo ou recipiente, mas tecido conectivo. O palco, matriz de conectividade, é corpo, é mundo, é mundo-corpo e corpo-mundo.
Eleonora Fabião³

Este texto pretende discutir alguns aspectos da experiência da ação performativa *O que você está fazendo agora [?]*⁴ – desenvolvida pelo Núcleo Fuga!⁵. Articulada entre a dança, a performance e o teatro, essa ação tem como dispositivos de criação procedimentos utilizados para fabricar enquadres poéticos que tencionem a relação entre Real e Ficcional, buscando abrir a escuta às

¹ Artista com experiência transdisciplinar; atuando principalmente entre teatro, performance, dança e intervenções públicas. Sócio-fundador do Cambar Coletivo (cambarcoletivo.com) e integrante do Núcleo Fuga!. Professor Pesquisador Colaborador do LUME Teatro/Unicamp. Doutorado em Artes da Cena (2014/Unicamp/Fapesp). Mestrado em Artes (2009/Unicamp/Fapesp). Graduação em Licenciatura em Artes Cênicas Teatro (2006/UFAL). Para mais, acesse www.flaviorabelo.com.

² Psicóloga e dançarina, doutoranda em Artes da Cena pelo Instituto de Artes da UNICAMP, mestra em Saúde Coletiva pela Faculdade de Ciências Médicas da UNICAMP e graduada em psicologia pela UNESP - Assis. É pesquisadora colaboradora da linha de pesquisa transdisciplinar de investigações do território híbrido teatro/dança/performance, coordenada por Renato Ferracini do LUME Teatro (UNICAMP), atuando como dançarina no Núcleo Fuga!

³ Conferir Referências: Fabião, 2010, p. 323.

⁴ Funções específicas de pesquisa/criação - concepção e desenvolvimento: Núcleo Fuga!. Direção Geral: Flávio Rabelo. Em Ação: Ana Clara Amaral, Bruna Reis, Camila Fersi, Dora de Andrade, Flávio Rabelo, Gabriela Giannetti e Roberto Rezende.

⁵ O Núcleo Fuga! é um dos grupos vinculado ao Laboratório Fuga, espaço de experimentação transdisciplinar que explora contaminações poéticas entre as linguagens do teatro, da dança e da performance, sob a coordenação geral de Renato Ferracini do LUME Teatro. Dentre as obras artísticas já realizadas neste laboratório destacam-se: 1) Fuga! (2007 - Prêmio Funarte Myriam Muniz); 2) Después (2013 - Prêmio Funarte Klaus Vianna). Atualmente os artistas pesquisadores do Núcleo Fuga! dedicam-se ao Projeto Casa que tem a intervenção “O que você está fazendo agora? como uma das ações em andamento.

dramaturgias instantâneas que o cotidiano oferece e (re)criar ações a partir do que já está acontecendo⁶.

Essa pesquisa artística está pautada na possibilidade de habitação de territórios transitórios de criação de comum entre público e artistas, a partir da resignificação do cotidiano como campo de acontecimentos, lugar de convocação do corpo e dos afetos, lugar de vida e de transformações constantes. Para tanto, apostamos na esfera das coisas efêmeras, insignificantes e irrisórias como espaços de potência criadora que escapam da ordem consciente e/ou da ordem das funcionalidades do dia a dia, que permitem desconstruir modos acomodados e automatizados de como se relacionar com o espaço urbano e os encontros que esses proporcionam; ativando outros fluxos, sensíveis, invisíveis, de intensidades outras, perfurando frestas de relações entre aquilo que vejo, digo, faço, penso, lembro e recrio a todo momento.

O que buscamos explicitar são entre-lugares, espaços inter-relacionais, territórios de interferência e produção subjetiva, mesmo que temporários, infames e fugazes. Desta forma, colocamos o corpo artista em xeque, acelerando tais fluxos e relações a partir dos dispositivos e procedimentos de criação adotados com o intuito de desacomodar, provocar e amplificar a relação com essa esfera do corpo em suas sutilezas e em seu contínuo movimento microscópico de recriar-se a partir daquilo que se dá no campo da experiência concreta do estar vivo. Ou ainda, como sugere Ana Godinho (2015), procuramos habitar este instante “*do que ainda não existe ao que já não existe mais*”⁷; campo das vibrações que a racionalidade do olhar funcional não captura.

Para tanto, seguimos contornando o grande tema geral – com a pergunta expressa no título da ação performativa: *O que você está fazendo agora [?]*; ou seja, uma investigação do cotidiano em suas ações menores, insignificantes. A partir do processo experimentado até aqui, algumas questões se colocam como disparadoras de outros desdobramentos para essa ação. Como podemos traçar dramaturgia a

⁶ Grande parte da apresentação realizada no FEVERESTIVAL 2015 (Festival Internacional de Teatro de Campinas) está disponível no link <https://youtu.be/P2Ck9c-tlnAk>. A ação ocorreu no dia 30 de janeiro de 2015; no Terminal Central de Campinas/SP. Imagens de Leonardo Lee.

⁷ Essa ideia foi abordada em palestra proferida no VI Seminário Conexões: Deleuze e Máquinas e Devires e... Para mais, acesse <http://seminarioconexoes.wix.com/conexoes>.

partir dos Programas Performativos? Ou seja, como pensar/criar dramaturgia como um sistema de dispositivos agenciados, porém, sujeita a toda ordem de interferências e, por isso, em constante fluxo de transformação.

Investimos na ideia de uma ação performativa apoiada em “Dramaturgias Instantâneas”, ou ainda, “Dramaturgias em Derivas” que se atualizam em fluxo constante, mesmo que estruturada em dispositivos fixos e preestabelecidos.

Delineando tais questionamentos de um ponto de vista prático, o ponto a ser decantado está diretamente ligado à relação com o espaço em que esta ação performativa vem se desenvolvendo: espaços urbanos de grande circulação (como terminais de ônibus urbanos e rodoviários), ou seja, espaços cotidianos de passagem, lugares temporários e provisórios. As ações têm explorado a reinvenção de ações e posturas cotidianas que habitam as paisagens de cada corpo. O que é habitualmente ordinário e repetitivo de forma desatenta, passa a ganhar contornos de ignições para elaboração artística.

Tais apostas se colocam enquanto premissas de um investimento ético e estético na micropolítica das relações humanas, naquilo que se dá no campo das micro-guerrilhas cotidianas que nos convocam a reinventar-nos diante das imprevisibilidades, dos acasos, das escolhas e das precariedades da vida comum. Aquilo que nos atravessa e nos transforma a cada dia.



Apresentação no dia 30 de janeiro de 2015, no Terminal Central de Campinas/SP, dentro do “Invasão Urbana” do FEVERESTIVAL 2015 (Festival Internacional de Teatro de Campinas).
Imagens de Maycon Soldan.

Sobre habitações transitórias: paradoxos e deslocamentos de escolhas cambiantes

Contra a certeza das formas inteiras e fechadas, o corpo cênico dá a ver “corpo” como sistema relacional em estado de geração permanente. O estado cênico acentua a condição metamórfica que define a participação do corpo no mundo. A cena mostra, amplifica e acelera metamorfose, pois intensifica a fricção entre corpos, entre corpo e mundo, entre mundos.

(FABIÃO, 2010, p. 322)

A partir dessa entrada, buscaremos refletir sobre a ideia de ação performativa e sua relação com Programas Performativos, a partir das premissas adotadas nessa pesquisa que toma o cotidiano como foco em dois desdobramentos: o universo da casa em seus movimentos íntimos e privados, e o universo da rua e dos lugares públicos de passagem, mais especificamente os terminais urbanos de ônibus. Assim, encontramos um paradoxo inicial deste lugar que buscamos habitar, pois se a casa tem os seus movimentos de intimidade, de pertencimento, como seria levar essa paisagem para o espaço público? Nós nos lançamos nessa questão, assumindo seus riscos, considerando tal paradoxo como disparador de possíveis deslocamentos. Assumimos, portanto, o terminal urbano, um espaço de passagem ou de pequenas esperas, como um espaço completamente impessoal e de anonimato, onde as relações indiretas predominam, apostando que possibilidades de criação de outros estados de presença possam surgir da tensão entre esses dois universos.

Tendo em vista tais características e as dificuldades inerentes a esse tipo de abordagem – podemos iniciar a problematização da noção dos limites entre público e privado, a noção de intimidade, a noção do espaço do outro, do campo relacional, questões que nos são caras por estarem no cerne das reflexões e das práticas relacionadas ao campo da performance e arte ou da arte da ação. Principalmente, no que se refere à articulação dos procedimentos criativos à própria vida do artista, assumindo que, muitas vezes, a preparação para as ações performáticas se dá no seu dia-a-dia, fora da sala de trabalho, no seu viver cotidiano, ou seja, trata-se, neste campo impreciso e arriscado, de assumir, cada vez mais, a prática do performer-

criador como um conjunto de práticas engajadas num certo modo de existir, que vai definindo ou que vai preparando o performador em ato, ampliando a concepção da própria arte e dos seus dispositivos para criar.



Apresentação no dia 30 de janeiro de 2015, no Terminal Central de Campinas/SP, dentro do “Invasão Urbana” do FEVERESTIVAL 2015 (Festival Internacional de Teatro de Campinas).
Imagens de Maycon Soldan.

Busca-se, portanto, invadir o cotidiano e, à medida que esse movimento se intensifica, alterar a própria vida em função da pesquisa. A pesquisa tem o caráter de intervenção no cotidiano, assim, também, como o próprio cotidiano interfere na pesquisa. O que, por sua vez, dispara processos que fogem da perspectiva exclusivamente cênica entrando em campos que são a transformação e a criação de outros modos de existência. Desconstrói-se assim, alguns padrões e protocolos comuns às artes cênicas (teatro e dança, numa forma mais convencional), onde há um trinômio básico que é constituído por: a fase de treinamento, a fase de ensaio e a fase de apresentação, considerando algo como uma forma final, arduamente polida e afinada como o final de um grande processo que passou por todas essas etapas. Há treinamentos específicos determinadas montagens, longos períodos de

ensaios e, num dado momento, apresenta-se um “resultado”, cada etapa posta no tempo separadamente.

Na perspectiva de trabalho do processo criativo que abordamos aqui, o que se pretende é deslocar esta lógica, intensificando estas três etapas juntas a cada momento. Então, toda ação é, ao mesmo tempo: treino, ensaio e apresentação. Ou ainda, por outro ângulo, passa-se a considerar todas as etapas como obra, abrindo o processo como obra e assumindo os riscos inerentes a isso, e ao mesmo tempo, potencializando esta relação entre arte e vida.

Procedimentos para tornar possível ou os “motores de experimentação”

A desmontagem do corpo cotidiano significa, no limite, tornar acessível a experiência da “não forma”. O corpo informe se mantém no fluxo contínuo de sensações, afetos, percepções, que aparecem e se dissolve incessantemente, sem querer agarrá-las ou rejeitá-las. A vivência desse fluxo exige o desprendimento progressivo do diálogo interior que compõe costumeiramente nosso teatro mental.

(QUILICI, 2015, p. 121)

Sendo assim, para tornar possível tais premissas na prática, lançamos mão de algo chamado de programas performativos. É a partir desta ideia dos programas performativos, e da escrita e troca deles, que encontramos meios mais claros para intensificar essa relação entre treino, ensaio e apresentação.

Para abordar o conceito de programa performativo, abriremos uma interlocução com Eleonora Fabião, que afirma que “muito objetivamente, o programa é o enunciado da performance: um conjunto de ações previamente estipuladas, claramente articuladas e conceitualmente polidas a ser realizado pelo artista, pelo público ou por ambos sem ensaio prévio” (FABIÃO, 2015, p. 4).

Os Programas Performativos podem ser compreendidos como um sistema de articulação das linhas da ação a ser executada, algo como um roteiro; ou ainda, pode ser concebido como um plano de guerra, posto que a performance através de seus modos de operação pode estar muito próxima, também, a práticas ativistas, em que elabora-se um plano, que geralmente apresenta altos graus de risco para ser

executado, estuda-se aquele plano, detalhando ao máximo as estratégias de execução, tentando ainda prever possíveis imprevistos; mas geralmente não há margem para ensaios. Há o planejar e a execução.

Desta maneira, podemos pensar os Programas como as estruturas previamente elaboradas do que se irá executar; contendo em si tanto a ideia de direções a serem seguidas, quanto a de movimento e experiência. Ou seja, há um traçado; mas há também previsto o vazio do ‘aqui e agora’ e o risco dos movimentos a ele inerente. Fabião (2015) destaca ainda a importância da objetividade nessa elaboração dos Programas. Em suas palavras,

[...] proponho que quanto mais claro e conciso for o enunciado — sem adjetivos e com verbos no infinitivo — mais fluida será a experimentação. Enunciados rocambolescos turvam e restringem, enquanto enunciados claros e sucintos garantem precisão e flexibilidade. (FABIÃO, 2015, p. 4)

Não podemos esquecer, contudo, que em se tratando do território de criação artística, toda objetividade precisa ser banhada nas ‘singularidades em jogo’ para que desta forma provoquem, como diz Fabião, “precisão e flexibilidade”. Então, estamos apostando na necessidade de uma certa dose de ambiguidade no enunciado dos Programas, para possibilitar que algo do outro (que irá executar a proposta) possa se expressar⁸. Ou ainda, consideramos que os enunciados dos Programas, por mais objetivos que sejam, sempre deixaram certos vazios que só em ato se revelarão. E isso sempre convocará dúvidas, levando o executor a se expressar através das decisões que será convocado a tomar.

Vale destacar, ainda, que por vezes a elaboração previa do que se irá fazer pode surgir apenas segundos antes do fato em si, visto que em se tratando também de *Performance Art*, abre-se muito espaço para os impulsos, acasos e para a espontaneidade. Por conta destes aspectos, os Programas geralmente costumam ser

⁸ Geralmente os Programas são criados pelos próprios artistas que irão executá-lo; mas há também a possibilidade de escrita compartilhada; onde em rede artistas trocam Programas como parte do desenvolvimento de pesquisas poéticas. No Brasil; nos últimos anos, esta prática vem sendo pesquisada e difundida por diversos artistas e coletivos; entre eles, o que mais influenciou as reflexões aqui apresentadas foi Cambar Coletivo. Para mais, acesse: www.cambarcoletivo.com.

refeitos e ajustados a partir do que já foi experimentado; e seus enunciados podem, inclusive, ser escritos após a execução da ação. De uma forma geral, o

programa é motor de experimentação porque a prática do programa cria corpo e relações entre corpos; deflagra negociações de pertencimento; ativa circulações afetivas impensáveis antes da formulação e execução do programa. Programa é motor de experimentação psicofísica e política. Ou, para citar palavra cara ao projeto político e teórico de Hanna Arendt, **programas são iniciativas**. (FABIÃO, 2015, p. 4)

Trata-se, portanto, de uma sistematização que se coloca no domínio da experiência. Por mais organizado que seja o Programa, ele só se efetiva na ação, que, por sua vez, é um saber da experiência, no qual apenas quando realmente se executa é que se pode compreender todo o seu movimento; suas linhas de estruturação e suas rotas de fuga. Desta forma, os Programas podem ser abordados como o território de composição das premissas que norteiam a ação, abrindo brechas e possibilidades inventivas para o “como fazer”, ou o “quando fazer”. Entendendo, contudo, que muitas de tais decisões só se apresentam no momento presente da própria ação. Há e haverá sempre um recriar dessas premissas em ato, em experiência.

Outro aspecto fundamental a ser levantado nessa perspectiva é o papel do corpo nessas decisões em ato, pois para que o estado de uma presença cênica se efetive passa a ser importante compreender o corpo como um território extremamente relacional. O corpo visto como espaço das micro-percepções, só existindo em relação. Um corpo a partir do que nos diz Espinosa (2011)⁹. Corpo não apenas humano, uma palavra, um afeto ou um pensamento podem ser chamados de Corpo em Espinosa. O Corpo seria, então, uma forma individualizada no espaço. Contudo, essa forma individualizada que se estrutura como um sistema dinâmico de extrema complexidade, “originária e essencialmente relacional” (CHAUÍ, 2011, p. 73), com movimentos internos e externos regidos por dois aspectos: ser constituído de outros corpos menores e coexistir com outros corpos externos.

⁹ Por sua vez, a noção de Corpo em Espinosa exerce forte influência na forma como Deleuze (2002) conceitua os Territórios. Para Deleuze, os Territórios preveem em seu agenciamento os movimentos constantes de desterritorialização e reterritorialização – sempre entre os fluxos das linhas molares; moleculares e de fuga.

Sobre o corpo em Espinosa, diz-nos Deleuze (2002, p. 1):

Como Espinosa define um corpo? Um corpo qualquer, Espinosa o define de duas maneiras simultâneas. De um lado, um corpo, por menor que seja, sempre comporta uma infinidade de partículas: são as relações de repouso e de movimento, de velocidades e de lentidões entre partículas que definem um corpo, a individualidade de um corpo. De outro lado, um corpo afeta outros corpos, ou é afetado por outros corpos: é este poder de afetar e de ser afetado que também define um corpo na sua individualidade. Na aparência, são duas proposições muito simples: uma é cinética, e a outra é dinâmica. Contudo, se a gente se instala verdadeiramente no meio dessas proposições, se a gente as vive, é muito mais complicado e a gente se torna então espinosista antes de ter percebido o porquê.

Nesse caminho de abordagem, por ser essa singularidade dinâmica e relacional, o corpo e a ideia de corpo se fortalecem no âmbito da densidade de suas conexões, passando a ser “mais forte, mais potente, mais apto à conservação, à regeneração e à transformação, quanto mais ricas e complexas forem suas relações com os outros corpos, isto é, quanto mais amplo e complexo for o sistema das afecções corporais” (CHAUÍ, 2011, p. 73).

A escolha da sobreposição dos espaços paradoxais de pesquisa (a intimidade da casa e o anonimato dos espaços públicos) surge como uma aposta nessa ideia na qual o território de potência para o corpo em arte seria o da ampliação dos graus de complexidade do sistema relacional no qual ele se insere. Buscando fugir dos lugares seguros, apostamos no desejo de criar tensões e aumentar complexidade nesse corpo que é o corpo da pesquisa, e ainda o corpo do processo de criação.

Podemos considerar, ainda, os Programas como provocadores. É para provocar e desestabilizar que eles surgiram e se instalaram nessa pesquisa. Sendo assim, as escolhas pelas premissas que o constituem, ou, quais são os procedimentos que o sustentam, se baseiam nesta perspectiva: quais são os lugares que nos colocam em xeque, possibilitando ao nosso corpo aberturas para estados alterados de percepção e presença?



Apresentação no dia 30 de janeiro de 2015, no Terminal Central de Campinas/SP, dentro do “Invasão Urbana” do FEVERESTIVAL 2015 (Festival Internacional de Teatro de Campinas).
Imagens de Maycon Soldan.

Entre os três procedimentos principais de nosso Programa (veja todo ele ao final do texto), o das Narrativas em Deriva (realizados em 3ª pessoa do presente) tem sido até o momento o mais vertical enquanto potencialidade para a desestabilização. A aposta nas narrativas passa pela ideia de narrar o que se vê, o que se sente e o que se percebe do outro, do espaço e das situações. E ainda, o que vejo, sinto e percebo em mim (narrador): o que me acontece enquanto memória, o que me acontece naquele instante em todos os campos perceptivos do corpo. Abrindo também margem para as associações e fabulações. Nessa premissa, pode-se inventar pequenas histórias ou narrar simplesmente tudo o que se percebe que está acontecendo com seu próprio corpo. Tudo o que está acontecendo neste fluxo constante de relação interna e externa do corpo, a cada “aqui e agora”. Sem esquecer-se do foco nas pequenas coisas; nos irrisórios detalhes do cotidiano que nos cerca.

Como uma mosca que em seu voo costura pontos e linhas entre situações sem coerência aparente, os artistas narram em deriva entre as premissas preestabelecidas e tudo o que o acontecimento oferece. Elas, as narrativas, se constituem em fluxo, transitando entre diversos apoios possíveis: entre o bocejo e

a passada da mão no cabelo da mulher de saia vermelha, a olhada de lado daquele senhor atravessando a rua e a criança que puxa o celular da mão do pai, enquanto a vendedora de recarga para celular bebe um gole de água... Detalhes enquadrados numa atenção que rastreia cada instante; espelhando sutilezas, ecoando formas e forças. Há, assim, uma não linearidade proposital, que desafia a necessidade de controle e sugere aos artistas uma abertura em seus campos perceptivos. É a partir daí que pretendemos acionar e tentar encontrar esse território de intensidade, esse território de presença relacional.



Apresentação no dia 30 de janeiro de 2015, no Terminal Central de Campinas/SP, dentro do “Invasão Urbana” do FEVERESTIVAL 2015 (Festival Internacional de Teatro de Campinas).
Imagens de Maycon Soldan.

Deste modo, aquilo que experimentamos a partir das narrativas está a todo o momento sendo atravessado por esses fluxos, que são reais, ficcionais, memórias, atualizações de memórias, recriações de memórias; e todo esse movimento intensivo acontece a partir do que se vive em ação. Nossa investigação com relação à memória é, portanto, em relação a esta memória criativa, atualizado a cada micro instante, expressando esse processo de recriação constante que já está acontecendo no corpo antes que a gente se dê conta dele. A atualização seria esse momento em que a percepção captura, em que o virtual se expressa. Percepção que não é apenas síntese de consciência racionalizada e normativa, mas um plano de abertura aos

movimentos imprecisos que o cotidiano esboça, ampliando seus limites a cada encontro. Para Quilici (2015), o desmonte do corpo cotidiano se dá pelas vias da criação de outras possibilidades de articular a percepção. Para tanto, o autor considera importante um exercício artístico, e ético-político, da faculdade da percepção.

Um perceber que não decodifica o mundo no sentido de sustentar o agir mecânico ou apenas funcional. Uma abertura que sustenta o momento de espanto e admiração diante daquilo que surge, que passa e desaparece. Um olhar que não quer prender as coisas numa representação que as fixa, não evita a impermanência dos fenômenos e possibilita a apreensão poética dos acontecimentos. (QUILICI, 2015, p. 143)

Importante salientar, que tal movimento se dá como estratégia do humano e não apenas do “ser artista”. A cada palavra, a cada pequeno gesto estamos todos sujeitos a essa dinâmica, que são pequenas atualizações, a partir de uma névoa de virtualidades presente, aqui, neste exato momento. A partir de todo o vivido, o não vivido, o que é lido e o que é não lido, enfim, muitas camadas de virtualidades que, quando se expressam se atualizam.

Com isso, podemos dizer que buscamos habitar, mesmo que temporária e fragilmente, esse estado de corpo desestabilizado. Nos colocamos em relação enquanto corpos que se propõem a ocupar, de fato, essa desestabilização para intensificar o fluxo e expressar o que já está acontecendo com todos nós. Buscamos apreender estratégias de ater àquilo que é o invisível. Aquilo que, aparentemente, é o invisível que está entre nós. Aquilo que você percebeu e que eu percebi, mas que nenhum de nós iria dizer. Ou aquilo que eu acho que eu percebi de você, mas que pode ser meu. Buscamos amplificar e dar visibilidade às zonas de intersecção entre os corpos presentes, trazendo diversas nuances das materialidades que nos habitam.

Assim a escolha por investir nas narrativas em derivas em relação ao espaço público nos interessa enquanto movimentos de contágio que possam acionar, também, memórias; ou quem sabe, deslocar de alguma maneira, também, a presença daqueles que nos acompanham nesse jogo.

Enquadrar, espelhar, ecoar: as premissas do contágio

A cena, portanto, não se dá “em”, mas “entre”, ela funda um entre-lugar.

(FABIÃO, 2010, p. 323)

Programa Performativo O que você está fazendo agora [?]

Título: “O que você está fazendo agora [?]”

Tema: a casa e suas danças íntimas e cotidianas.

Espaço: A ação é adaptável aos mais variados espaços não convencionais, abertos e ou fechados (espaços públicos ou de convivência).

Tempo: 3 horas de duração

Disparadores iniciais: Criar situações cotidianas para dançar; aproveitar as situações cotidianas para dançar e, ainda, provocar o olhar a perceber tais situações como dança. Como a sua casa dança? Quais e quantas danças o seu cotidiano revela e produz?

Considerações gerais: A ação se estrutura como um jogo de caráter duracional e itinerante, variando em fases de maior e menor visibilidade performativa; interferindo e recompondo o próprio cotidiano a partir de suas dinâmicas. Pode ser executado em espaços fechados (saguões, corredores e espaços de convivência) e em espaços abertos (privilegiando os terminais e pontos de ônibus; estações de metrô, rodoviárias, aeroportos).

Número de participantes: variável (já realizado com entre 3 e 9 jogadores)

Imagem Poética: Ela transforma o espaço o tempo todo. O tempo se torna espaço e o agora se desfaz em detalhes insignificantes. O todo vira a parte da parte do que o olhar alcança. Ela narra tudo que fazem, veem e criam: temporalidades sobrepostas que esboçam dramaturgias intermitentes, pequenos frames em constante reorganização. Montagem. Desmontagem. *Assemblage* em deriva disparada por memórias inventadas.

Instruções:

- Escolher 3 objetos de sua casa, com os quais tenha forte vínculo afetivo. Objetos portais. Objetos talismãs. Objetos esquecidos. Objetos oráculos. Objetos inventados. Os objetos têm que ter tamanho/formato/volume/texturas/cores variadas entre si.
- Visitar o local da ação.
- Escolher sequência do circuito para o tabuleiro.

O jogo é apoiado em três procedimentos:

1 - Apropriação e recriação de padrões de comportamento e movimentação cotidianos; levando-se em conta as especificidades do espaço escolhido para a ação. Tais padrões, após de detectados, são enquadrados, espelhados e ecoados pelos artistas. Deve-se levar em conta nesta Cartografia Corporal; elementos humanos e não humanos; animados e inanimados; a densidade do espaço; sua atmosfera; seu entorno; suas vias de acesso e rotas de fuga. Leva-se em conta também os próprios elementos internos do jogo; os outros jogadores e seus objetos e narrativas em deriva.

2 - Composições com objetos cotidianos. Instalar no espaço os objetos previamente escolhidos; compondo com as linhas; formas; volumes e vazios. A medida que vão sendo instalados; os objetos criam territórios narrativos; imagens que apoiam e disparam as narrativas em deriva. Tais composições se instauram pelo espaço como Assemblages itinerantes; sempre em fluxo de deslocamento.

3 - Narrativas em Deriva, na terceira pessoa do presente. O fluxo narrativo (oral e gestual) é disparado pelas Assemblages; por tudo o que é cartografado pelo corpo no espaço e por memórias e fabulações relacionadas ao espaço da casa; suas danças íntimas e cotidianas. As narrativas devem transitar entre os materiais sem linearidade e mantendo abertura para criação de diálogos; apoiando-se também no enquadrar/espelhar/ecoar.

Em resumo: Os 3 procedimentos: 01- Cartografias Corporais; 02 - *Assemblages* (troca de objetos de lugar; compondo arranjos temporários) e 03 - Narrativas em Deriva se expressam através de 3 vias de acesso:

enquadrar ações/pessoas/situações/atmosferas;

espelhar ações/pessoas/situações/atmosferas;

ecoar ações/pessoas/situações/atmosferas.

A relação e a dinâmica entre as 3 vias e os 3 procedimentos é aleatória e decidida em ato pelos jogadores. Mas 3 horas de jogo são divididas da seguinte maneira:

Primeira hora – infiltração solo no espaço.

Cada artista chega no espaço a seu modo e, bem aos poucos, vai começando a usar os procedimentos e as vias de acesso para estabelecer relações um-a-um com frequentadores/passantes. Priorizando ainda uma atitude mais discreta; mantendo o jogo mais invisível. Se começar a aparecer demais; diluir-se entre as pessoas; procurando outro ponto no espaço.

Segunda hora – Cardume.

Os artistas vão; aos poucos, chegando no local de encontro. Inicia-se o circuito de entrada e saída no cardume – área de jogo que se mantêm sempre em deslocamento pelo espaço; podendo; contudo se espalhar; diluir-se; ou concentrar-se. A depender do próprio desenvolvimento do jogo e dos meios encontrados para ocupar/habitar os espaços.

- Dentro do cardume: prioriza-se as *Assemblages* (com direito a 3 movimentos de troca de objetos) e as Cartografias Corporais.
- Fora do cardume: prioriza-se as Narrativas em Deriva e as Cartografias Corporais.

A sequência do circuito (dentro/fora) entre os artistas é definida previamente.

Terceira hora – aos poucos; o tabuleiro de desfaz completamente; volta-se para ações mais individuais até que os artistas deixem o espaço.



Apresentação no dia 30 de janeiro de 2015, no Terminal Central de Campinas/SP, dentro do “Invasão Urbana” do FEVERESTIVAL 2015 (Festival Internacional de Teatro de Campinas).
Imagens de Maycon Soldan.

Referências

CHAUÍ, Marilena. **Desejo, paixão e ação na ética de Espinosa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia** (v. 4). Trad. de S. Rolnik. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.
- DELEUZE, Gilles. **Espinosa: filosofia prática**. São Paulo: Escuta, 2002.
- ESPINOZA, B. de. **Ética**. Trad. Bras. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- FABIÃO, Eleonora. Programa Performativo: o corpo-em-experiência. **Revista Ilinx**. Lume/Unicamp, Campinas, n. 4, dezembro de 2013. Disponível em: <http://www.cocen.rei.unicamp.br/revistadigital/index.php/lume/article/view/276>. Acesso em: 29 jul. 2015.
- _____. Corpo cênico, estado cênico. **Revista Contrapontos**, vol. 10, n. 3, p. 321-326, set./dez. 2010.
- _____. Performance e teatro: poéticas e políticas da cena contemporânea. **Revista Sala Preta**, 2009.
- FERRACINI, Renato. **Ensaio de atuação**. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- GIL, José. Transcrição da Palestra proferida por José Gil. **Revista Ilinx**, Lume/Unicamp, Campinas, n. 1, 2012. Disponível em: <http://www.cocen.rei.unicamp.br/revistadigital/index.php/lume/article/view/116>. Acesso: 29 jul. 2015.
- _____. **A imagem-nua e as pequenas percepções: estética e metafenomenologia**. Trad. Bras. 2ª ed. Lisboa: Relógio d'água, 2005.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Produção de presença: o que o sentido não consegue transmitir**. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2010.
- LÉVY, Pierre. **O que é o virtual?** Trad. Bras. São Paulo: Editora 34, 1996.
- RABELO, Flávio. Afetos: a alegria do corpo em atrito na ação performativa. Em: KEFALÁS, Eliana; LIMA DE MORAES, Giselly; PEPE, Cristiane Marcela (Orgs.). **Leitura Literatura e mediação**. Campinas: Leitura Crítica, 2014.

FABRIQUER DE L'ESPOIR AU BORD DU GOUFFRE. CHANGEONS DE BOUSSOLE!

Jean-Jacques Schaller

(Université Paris 13 – Sorbonne Paris Cité)

Laboratoire Experice – le sujet dans la cité

Fabriquer de l'espoir au bord du gouffre, c'est imaginer, en suivant Luc Gwiazdzinski (2003, 2014), géographe des urbanités de la nuit, comment penser le fragile et l'incertain en vue d'une société vive.

L'idée même de progrès au sens où les découvertes de la science devaient apporter du même mouvement des améliorations concrètes dans la vie des êtres humains et leur perfectionnement moral, cette intention est en faillite. Reste que si l'idée de parfaire l'humanité est un naufrage, le progrès technique est devenue une sorte de ritournelle déclinée sous des formes multiples, qui aujourd'hui nous capture pleinement (!) et dont on peut aussi dire, par un débordement de l'incertain, qu'on n'y croit cependant plus, qu'on a perdu la boussole, le cap et les cartes de la "planéarité" comme le discute Gayatri Chakravorty Spivak (2014).

Peut-on se défaire de ce qui a servi de boussole depuis qu'il est question de modernité?

Le pouvoir de la boussole est encore au centre de l'expérience de sa perte, parce qu'il s'agit de se débarrasser de quelque chose qui nous tient, qui s'est insinué partout doucement et adroitement. Ce progrès en "voilà une croyance au sens plein que l'on peut trouver chez James: ce qui force à penser, suivre, sentir, expérimenter, toujours au cas par cas, toujours pris dedans, jamais par l'assignation d'un but qui donne légitimité et garantie" (STENGERS, 2012, 179).

Devons-nous définir, construire un autre instrument de navigation qui soit sensible à d'autres attractions? Dans une société en incertitude, comment pouvoir échapper à "tu affirmes cela, ou bien cela, ou bien cela, mais pas tout à la fois !"

(STENGERS, 2010, p. 4) et y substituer une suite jamais close de “et... et... et...” (STENGERS, 2010, p. 3). Nous sommes unis parce que nous sommes divisés affirmant “cette étrange unité qui ne se dit que du multiple” (DELEUZE; GUATTARI, 1980, p. 196) et dont on peut penser qu’elle anime tout mouvement émancipateur.

Nous allons proposer un assemblage, une imbrication entre Langage, Technologie, Espace social en partant de nos préoccupations de recherche actuelles qui portent sur le “le pouvoir d’usage”, le “pouvoir d’agir”, la “puissance d’agir”, le “travail de l’en-commun” des êtres humains, des acteurs, des individus, des personnes, des sujets; suite où derrière chacun des termes peut apparaître des domaines de connaissance.

Toutefois, comment convoquer **et** les sciences du langage **et** les sciences technologiques **et** les sciences sociales pour nous permettre d’imaginer un champ de débats, un champ de disputes entre nous?

Partons d’une déclinaison des sciences technologiques au travers les neurosciences cognitives. En suivant la définition qu’en donne Francisco Javier Varela, neurobiologiste et philosophe Chilien, elles appartiennent aux “sciences et technologies de la cognition [qui] sont un hybride de plusieurs disciplines : intelligence artificielle, linguistique, épistémologie, neurosciences, psychologie cognitive” (VARELA, 1989, p. 31).

Sujet parlant ou sujet cérébral?

Il nous fallait une signification plus en lien avec ce symposium et nous la convoquons à partir des travaux d’Alain Erhenberg. Dans un article intitulé : “le sujet cérébral” il interroge les neurosciences comme celles qui tentent de “se débarrasse[r] d’une subjectivité passant par le langage au profit d’une subjectivité cérébrale” (ERHENBERG, 2004, p.145). Ces travaux portent, comme il aime à le dire, sur “la société de l’autonomie-condition” (ERHENBERG, 1991, 1995, 1998, 2010, 2015). L’autonomie comme condition, c’est la capacité pour l’individu de disposer par lui-même des conditions de son indépendance lui permettant de se gouverner soi-même et d’agir par lui-même: saisir les opportunités de la vie sociale,

entrer en compétition comme en collaboration avec les autres en mobilisant son propre potentiel et en s'affirmant à travers la réussite de ses entreprises. C'est la souveraineté du *self*!

En suivant Ehrenberg, derrière cette société de l'autonomie généralisée, nous sommes dans une guerre des sujets.

Si la tension entre une conception de l'homme comme être corporel et cérébral et une conception adverse de l'homme comme être socialisé et parlant est traditionnelle en psychiatrie, un nouveau contexte s'est installé: la souffrance psychique et la santé mentale sont devenues les principaux points de repères de l'individualisation de la condition humaine dans la société de l'autonomie généralisée. Elles offrent un nouveau langage permettant d'exprimer les tensions sociales accompagnant ce régime normatif. (ERHENBERG, 2004, p. 131)

C'est la question de ce régime normatif qui est le cœur du sujet, le cœur de la guerre des sujets. Ce régime normatif est-il le produit d'une subjectivité passant par le langage ou / et d'une subjectivité cérébrale?

Dans la guerre entre partisans du "Sujet parlant" et partisans du "Sujet cérébral"¹, la pathologie mentale peut nous permettre de voir si nous pouvons échapper à l'incessant "ou bien; ou bien" et y substituer une suite de "et" pour produire de l'écart, de "l'entre" dans la question de l'individu, la question du sujet. Cela présente l'intérêt d'être dans le champ où la double constitution biologique et sociale de l'espèce humaine, la double constitution qui conditionne la possibilité de notre vie psychique, s'entremêle inextricablement.

Dans une dimension historique nous assistons un changement de notre rapport au trouble mental. Loin de se prêter à une montée en généralité psychologisante, ils imposent d'abord l'évidence d'un déplacement: la préoccupation psychologique est devenue un phénomène de masse. La maladie mentale n'est plus localisable dans les marges reculées de la société. Ce qui ne signifie pas que le fou ne garde pas son étrangeté inquiétante.

¹ Voir les débats entre des neuroscientifiques comme Jean-Pierre Changeux, *l'Homme neuronal*, Paris, Fayard, 1983. Marc Jeannerod, *De la physiologie mentale. Histoire des relations entre biologie et psychologie*, Paris, Odile Jacob, 1996. Gerald Edelman, *Biologie de la conscience*, Paris, Odile Jacob, 2000. Antonio Damasio, *l'Erreur de Descartes*, Paris, Odile Jacob, 2010.

Hier, la folie servait de révélateur, une logique sociale s’y déclarait, qu’on devinait à l’œuvre dans l’ensemble de la vie sociale: la normalisation des comportements, le micro-contrôle de toutes les déviations. En ce sens, *les murs de l’asile* (GENTIS, 1988) étaient un symbole des aliénations à abattre. Mais, au-delà du contrôle social, c’est la raison elle-même qui se trouvait au centre de l’investigation, de manière indirecte, à travers le traitement de son opposé. La folie donnait l’éclairage à contre-jour, sur nos espaces sociaux.

On assiste à un abandon du fou. La folie a perdu son pouvoir mobilisateur au profit d’autres souffrances (déviance, addiction, troubles de la personnalité) dans lesquelles elle se dilue.

D’une tendance séparatrice qui a présidé à la constitution de l’asile et du savoir psychiatrique au XIX^e siècle, nous sommes passés à une tendance intégratrice: réintégrer, réhabiliter le psychotique dans la cité. Le sujet n’est plus fou, il est handicapé. La psychose est domestiquée et non guérie. On ne s’inquiète plus des murs de l’asile mais d’une souffrance diffuse dans la société. La psychose est insérée dans un ensemble plus large et l’on en vient à une confusion entre “maladies psychiatriques” et “souffrance psychique”. La qualité de vie est devenue le maître mot dans le domaine de la santé mentale.

Dans la société libérale actuelle, la notion de santé mentale ne se réduit plus à ce qui relève de la psychiatrie ou encore de la psychologie mais prend en compte le bien-être en général qui devient un enjeu collectif.

Comment est-on passé de pratiques plutôt libertaires, voire opposées à la société de consommation, qui visaient l’épanouissement du soi [...] et la réconciliation avec le corps, à ce colossal marché de la performance individuelle qui s’est approprié, à l’inverse, l’idéal d’une surnormalité heureuse, et a ainsi psychologisé ‘l’idéologie de la réussite?’. (CASTEL P-H, 2004, p. 12)

Ainsi s’accroît le brouillage des frontières entre souffrance normale et souffrance pathologique. Mais, pour reprendre la question initiale, entend-on mieux les fous? On ne s’en remet plus seulement aux murs de l’asile mais la folie continue d’inquiéter, qu’elle soit en prison ou dans la rue. Au-delà des enjeux professionnels, cela reste une question politique et sociétale. Il reste la place pour un nouveau débat

qui ne laisse pas de côté les progrès épidémiologiques sur la maladie mentale, l'évaluation de ses conséquences sociales et les avancées des neurosciences et de la pharmacologie.

Aujourd'hui, les professionnels de la santé mentale, de la souffrance psychique s'affrontent à propos des nouvelles approches issues des neurosciences redéfinissant le trouble psychique comme une maladie du cerveau. Le programme de la psychiatrie biologique mobilise les budgets mais avec des résultats cliniques encore modestes. Comme le souligne François Gonon (2011), on constate actuellement que les neurosciences n'ont pas abouti à la mise en place d'indicateurs biologiques pour le diagnostic des maladies psychiatriques ni à de nouvelles classes de médicaments psychotropes. D'autre part, la recherche en génétique, avec l'analyse du génome tout entier d'un grand nombre de schizophrènes, n'a pas réussi à mettre en évidence des anomalies génétiques. Les gènes ne contribuent à leur étiologie qu'en interaction avec leur environnement. Il semble donc illusoire d'espérer découvrir une cible moléculaire spécifiquement responsable des troubles fréquents. Ce point continue à faire l'objet de discussions.

Et comme souvent, le débat théorique est véhément mais les pratiques professionnelles font preuve d'éclectisme.

Revenons à Ehrenberg (2004) et sa construction d'une anthropologie de l'individualisme.

Pour lui, "le programme fort des neurosciences met en relief trois enjeux, théorique, pratique et social. *L'enjeu théorique* est l'explication de l'esprit sur une base exclusivement matérialiste à partir du postulat que le cerveau est le 'fondement' de l'esprit" (EHRENBURG, 2004, p. 132). Cet enjeu hypothétique dans le contexte global où la souffrance psychique et la santé mentale sont devenues des soucis majeurs de nos sociétés, traversant l'entreprise, les relations de travail, le chômage, l'éducation, la famille, en fait aujourd'hui un "*enjeu pratique* clinique et thérapeutique: le rapprochement, la fusion, entre neurologie et psychiatrie" (EHRENBURG, 2004, p. 132), permettant de traiter les pathologies psychiatriques comme des problèmes neurologiques.

L'enjeu social se situe à la fois dans ces questions thérapeutiques et au-delà d'elles: dans quelle mesure la référence au cerveau

pour décrire et comprendre les comportements sociaux est-elle susceptible d'entrer dans le langage commun? Le cerveau peut-il être – et à quelles conditions – un objet d'identification, un moyen de se reconnaître comme agent social? Cet organe ne peut plus être considéré aujourd'hui seulement comme un objet scientifique et médical, il est aussi promu comme un acteur social. L'opinion est-elle sur la voie d'adopter l'idée que nos difficultés relationnelles et psychologiques ne sont pas personnelles, mais neurochimiques? S'agit-il d'une métaphore? D'une vaine proclamation à laquelle personne n'adhère vraiment? D'un nouveau langage de justification de nos actions susceptible de se diffuser socialement ? (EHRENBERG, 2004, p. 133)

Alain Ehrenberg (2015) dans un article intitulé *Se définir par son cerveau. La biologie de l'esprit comme forme de vie* souligne que le cerveau est passé au statut d'être, car seuls les êtres peuvent se mouvoir par eux-mêmes. Et, il va nous proposer de montrer cela à partir de “*cerveaux paradigmatiques* à la fois des neurosciences cognitives et de nos représentations de l'individu autonome d'aujourd'hui” (EHRENBERG, 2015, p. 73).

Ces cerveaux, il va les chercher au travers des situations neurologiques et / ou psychiatriques qui en sont pour lui l'illustration, tels les états autistiques dans leurs formes du syndrome d'Asperger c'est-à-dire un autiste de haut niveau, caractérisé par un déficit de compétences sociales et l'hypertrophie de compétences particulières.

Pensons à Rain Man (film de Barry Levinson avec Dustin Hoffman et Tom Cruise de 1988). Ehrenberg s'appuie sur l'histoire de Temple Grandin, diagnostiquée autiste à l'âge de quatre ans, professeure à l'université du Colorado, docteure en sciences animales et spécialiste de renommée internationale en zootechnie. Et nous pensons à nos rencontres avec Josef Schovanec, docteur de l'Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (EHSSS, Paris) auteur de *Je suis à l'Est* (PLON, 2012), toujours impressionné par son sens de la dérision manié sur le fil du rasoir, envers les autres vivant cette quotidienneté normative, et de lui-même, seul moyen pour lui de survivre à ce dont il échappe.

Temple Grandin

[...] n'a pas un cerveau, comme la plupart des gens, elle est son cerveau: il est non seulement une partie d'elle-même, il est une entité à laquelle elle s'identifie, un être-comme [...] Se définir à

travers le cerveau [...], c'est vivre en faisant entièrement sien le langage des neurosciences cognitives, c'est vivre grâce à ce langage. (EHRENBERG, 2015, p. 76-77).

Oliver Sacks (1996, p. 406) souligne que le parcours de Gradin montre:

l'autisme, tout en amenant à affronter des problèmes majeurs dans certains secteurs de l'existence, conférait aussi des potentialités extraordinaires, et socialement précieuses, en d'autres domaines – potentialités que l'individu autiste ne pouvait faire fructifier qu'à la condition qu'on l'autorise à être soi-même et à vivre son autisme.

Devenir soi en vivant son autisme comme un mode de vie, en suivant un chemin singulier et personnel, en étant soi-même non seulement malgré le handicap, mais grâce à lui pourrait-on dire.

La souffrance psychique ou cérébrale se conjugue entre deux pôles: d'un côté, la question de la guérison, du rétablissement, afin de mener la vie la plus accomplie malgré le mal; de l'autre, le nouvel individualisme de la singularité par lequel l'individu peut s'accomplir grâce au mal.

Soulignons que l'immense majorité des personnes atteintes d'autisme n'entre pas dans ce cadre et que le paradoxe est que

si le programme le plus ambitieux des neurosciences cognitives est de démontrer la puissance causale du cerveau, c'est la vie sociale qui décide de ce que celui-ci est capable de faire. De ce point de vue, le cerveau est peut-être moins la cause d'innovations ayant un impact sur la vie sociale qu'un potentiel que celle-ci active. (EHRENBERG, 2015, p. 81)

Il ne s'agit pas de dire que la santé mentale n'a rien à voir avec le biologique mais plutôt de dire que les maladies mentales sont à la fois biologiques, sociales et psychologiques. On est passé d'une psychiatrie sans le cerveau, à aujourd'hui une psychiatrie sans le psychisme. Les deux sont absurdes. Si un enfant est maltraité, abusé, son cerveau va en garder les traces, mais ce n'était pas son cerveau qui était malade au départ.

Certains voudraient faire de la psychiatrie une pure neurologie où le potentiel thérapeutique de la parole serait totalement négligé et aussi ignorés les

apports de la psychanalyse, de la psychopathologie, de la psychothérapie institutionnelle ou de la psychiatrie phénoménologique. Dès lors que l'on introduit

les neurosciences, vous changez complètement de référent. Lorsque je dis 'référent', je veux dire: les concepts directeurs d'un discours. Dans les neurosciences, il y a un objet de référence: le cerveau, sa structure, son organisation, ses fonctions. [...]. Dans ce discours, je ne rencontrerai jamais le mot 'représentation' [...]. Parce que le cerveau ne représente pas le monde, sinon en un sens tout à fait irréfléchi et impensé du mot 'représentation'. [...]. Et c'est donc dans le symbolique que se rejoignent le langage brisé des neurosciences et celui de la psychologie au sens le plus large du mot, incluant celui de l'inconscient, comme celui de la conscience et des représentations. (PAUL RICŒUR², 2015, p. 105)

Dire que la conscience ne se réduit pas au cerveau, c'est affirmer l'existence du psychisme, qui se construit dans la relation à l'autre. Le sujet humain appartient au langage, à la culture, à la relation. Reste que sans corps, il n'y a pas d'être humain, mais sans vie sociale, sans monde commun, il n'y a pas guère plus d'être humain.

Le langage: et cognition et communication et...

Nous allons renforcer cette proposition en convoquant un texte de Jürgen Habermas où, dans le cadre du discours de réception du prix de Kyoto (2004), il va retracer ses racines biographiques autour de deux des thèmes centraux de son œuvre à savoir l'espace public et la sphère publique politique. Ainsi de l'opération qu'il a du subir dès sa naissance, il affirme comme cela a "suscité en moi le sentiment d'une dépendance et ait donné sens à l'importance de notre rapport aux autres. Il est, en tout cas, certain que la nature sociale des êtres humains s'est par la suite trouvée au départ de mes réflexions philosophiques" (HABERMAS, 2015, p. 15).

² Entretien avec Paul Ricœur, réalisé en février 2003 par le psychanalyste italien Giuseppe Martini et publié en italien dans *Paul Ricœur e la psicoanalisi. Testi scelti*, a cura di D. Jervolino e G. Martini, Milan, Franco Angeli, 2007, p. 153-169. Weiny Freitas et Alberto Romele, chercheurs au Fonds Ricœur, ont préparé le texte français de cet entretien, avec l'aide de Catherine Goldenstein pour être publié dans la revue *Esprit*, "Psychanalyse et interprétation Un retour critique", 2015, décembre, p. 92-111.

Cela lui permet de rappeler la fameuse formule d'Aristote, selon laquelle l'homme est un animal politique, qui existe dans un espace public. Un animal qui développe les compétences lui permettant de devenir une personne grâce à son insertion originelle dans un réseau public de relations sociales.

Aucune autre espèce ne dépend comme l'homme d'une culture publique, intersubjectivement partagée par les congénères. Nous, humains, apprenons les uns des autres. Et cela n'est possible qu'au sein de l'espace public que produit un milieu culturellement stimulant. [...]. Que j'aie dû subir une nouvelle opération du palais à l'âge de cinq ans, c'est-à-dire à un âge où cette fois la mémoire est tout à fait en éveil, a certainement accentué cette conscience d'une dépendance profonde des uns aux autres. (HABERMAS, 2015, p. 15)

L'organisme du nouveau-né ne devient humain que par l'entrée dans des interactions sociales. Il ne devient une personne qu'en entrant dans l'espace public d'un monde social qui l'attend les bras ouverts. Or cette dimension publique que revêt l'intérieur de notre monde vécu – intérieur habité en commun – est à la fois interne et externe.

Ceci lui permet de dénoncer l'image cartésienne, que ressuscitent aujourd'hui les sciences cognitives, d'une conscience monadique se trouvant dans une relation opaque à son cerveau et à son génome et qui n'aurait de cesse de rentrer en elle-même nous fourvoie.

Je n'ai jamais bien compris pourquoi il faudrait que le phénomène de la conscience de soi soit quelque chose d'originnaire. N'est-ce-pas sous le regard d'autrui que nous prenons conscience de nous-mêmes? C'est dans le regard d'un Tu, une deuxième personne, parlant avec moi à la première personne que je prends conscience de moi-même non seulement comme d'un sujet éprouvant ce qu'il vit, mais encore comme d'un moi, d'un Je individuel. Le regard subjectivant d'autrui possède une force individuante. (HABERMAS, 2015, p. 16-17)

Habermas va poursuivre sa démonstration à l'aune de son propre handicap.

Je me souviens des difficultés que j'éprouvais lorsqu'il m'a fallu, alors que je nasonnais et articulais mal [...] me faire comprendre en classe. [...]. C'est lorsque la communication tourne court que l'on prête attention à la réalité d'un monde intermédiaire qui,

sans cela, passe inaperçu: celui des symboles qu'à la différence des objets on ne peut pas toucher. Dans ces échecs, le médium de la communication langagière s'impose alors véritablement comme l'assise de tout ce que nous avons en commun et sans quoi nous ne pouvons pas, même en tant qu'individus, exister. Nous nous trouvons toujours déjà dans l'élément du langage. Seuls ceux qui parlent peuvent se taire. Ce n'est que parce que nous sommes d'entrée de jeu liés aux autres que nous pouvons nous isoler. (HABERMAS, 2015, pp. 14-17)

Pour Habermas, le langage est encore trop souvent réduit à n'être qu'un médium de la représentation et de ne se voir étudier qu'à travers la forme logique des énoncés par lesquels nous nous référons aux objets et restituons les faits. Il insiste en affirmant:

le langage existe au premier chef pour communiquer et pour que chacun puisse prendre position par " oui " ou par " non " aux prétentions à la validité émises par autrui. Nous usons du langage à des fins plus communicationnelles que purement cognitives. Le langage n'est pas le miroir du monde; il nous permet d'accéder au monde. Ce faisant, il oriente toujours déjà notre regard sur le monde d'une certaine manière. Y est, en quelque sorte, inscrit quelque chose comme une image du monde. Mais, fort heureusement, ce pré-savoir dont nous héritons en acquérant une langue déterminée n'est pas établi une fois pour toutes. Sans cela, nous n'apprendrions rien de neuf au contact du monde et nous entretenons à son propos. (HABERMAS, 2015, pp. 17-18)

Processus de subjectivation

Derrière une subjectivité passant par le langage, il s'agit d'étudier les rapports entre les processus de subjectivation et les formes de domination qui aujourd'hui sous-tendent les logiques néolibérales.

Nous avons été habitués par la sociologie de Pierre Bourdieu (1980, 1993), et plus largement par une sociologie critique diffuse, à ce que les théories sociales servent d'instruments de dénonciation sans qu'y soient pour autant prises en compte les capacités critiques des agents.

Dans la veine biographique, comment à l'aune de ses processus de subjectivation l'individu se fait-il sujet? Ou encore, comment ne pas considérer que les subjectivités individuelles ne concourent pas autant à la construction des

significations de l'activité humaine qu'à ses orientations? Les singularités individuelles ne résident-elles pas dans ce processus? Ce dernier

se développe à travers la production de sens, [...], par des appartenances fondées sur des valeurs, des idéaux, des systèmes de sens et des pratiques: l'individu advient comme sujet en exerçant sa réflexivité, ses capacités critiques face aux significations qui lui ont été proposées pour se situer dans le monde, pour orienter son existence. (DE GAULEJAC, 2009, p. 143)

Jacques Hochmann (2015, p. 26) renforce cette optique narratologique:

ce qui est important, c'est la manière dont l'individu va se construire, en intégrant toutes les contraintes biologiques et environnementales qu'il subit, la manière dont il va aussi construire ce qu'on appelle sa maladie comme un discours sur lui, un récit de lui-même.

La fonction narrative peut parfois consister à épaissir, à augmenter l'opacité, à travers le langage. Ricœur (2015, p. 105-106) nous rappelle que

l'opacité première, c'est la souffrance elle-même, impénétrable au discours, la souffrance soufferte. Mais la conduite du deuil et le travail de mémoire [...] n'abolissent pas l'opacité. Ils révèlent une opacité beaucoup plus profonde, beaucoup moins émotionnelle – plus existentielle – dans le rapport de soi avec les autres, avec le monde et avec soi-même.

Faire apparaître son caractère énigmatique, son caractère profondément privé et finalement aux confins de l'indicible.

En suivant là encore Ricœur (2015, p. 107-108)

le narratif devrait être libéré aussi du préjugé qu'il n'y a qu'une histoire *vraie*. [...] j'ai développé l'idée qu'on peut raconter plusieurs histoires sur le même événement. [...]. [Le conflit] est dans le récit lui-même entre plusieurs possibilités narratives. La vérité ici n'est pas univoque. Raconter autrement est une possibilité fondamentale du narratif. Pour revenir à ma question de la souffrance supportable, le récit que je dirais *vrai*, c'est le récit par lequel je deviens supportable pour moi-même et pour les autres.

Nous sommes tenter de remplacer “vrai” par *juste* comme on peut parler d’une musique juste qui est dans le ton ; par une mise en récit au plus juste, au plus près de ce que l’on veut dire.

Nous pouvons prolonger cette réflexion en soulignant une ligne qui surgit de cette démarche narrative: l’en-soi; l’entre-soi; l’entre-autre. Dans une symétrie trop facile, ne s’agit-il pas d’une déclinaison d’une autre suite si construite qui est celle de l’intime, du privé et du public?

Cet intime dans son en-soi où peuvent se replier des savoirs insus que l’agir de l’écriture pourra permettre de révéler. De révéler en partie seulement car attention à la mise en totale visibilité, à la transparence...

Ce privé dans son entre-soi où l’on va pouvoir interroger les “allants de soi” (SCHÜTZ, 1987) comme les éléments de connaissance non questionnés, acquis et partagés, qui accompagnent nos faits et gestes quotidiens. Les “allants de soi” peuvent être considérés comme les coulisses silencieuses d’attentes réciproques traversant des situations familières. L’agir de l’écriture pourra-t-il ouvrir une brèche comme le construisait Garfinkel (2007) pour perturber nos routines et révéler peut-être l’arrière-scène des activités du quotidien. Peut-on ainsi insister sur les interconnexions entre les individus et tenter de lier le privé et le public, le proche et le lointain, les lieux de socialité comme la famille et les espaces plus complexes que sont les institutions. Reprendre alors un slogan des années 1960: “le privé est politique” et interroger l’entre autre pour inventer de l’en-commun.

Ce public dans son entre-autre peut-il se concevoir comme susceptible de produire de l’en-commun? En suivant Jullien (2012), faisons travailler des écarts entre ces autres, c’est-à-dire organisons du vis-à-vis entre eux, et ainsi ouvrons, produisons, inventons de “l’entre”, entre ces places. A la recherche d’une nouvelle boussole...

Vers un monde comme un? Vers un monde commun?

Sur cette question, nous allons mobiliser en premier Bruno Latour. Dans son *Manifeste compositionniste* (LATOURE, 2011), il nous invite à penser qu’il n’y a jamais eu de monde commun donné, mais qu’il importe de le composer, et de

s'inspirer des pratiques artistiques pour expérimenter ce travail de composition.

Il n'y a pas de monde commun. Il n'y en a jamais eu. Le pluralisme est avec nous pour toujours. Pluralisme des cultures, oui, des idéologies, des opinions, des sentiments, des religions, des passions, mais pluralisme des natures aussi, des relations avec les mondes vivants, matériels et aussi avec les mondes spirituels. Aucun accord possible sur ce qui compose le monde, sur les êtres qui l'habitent, qui l'ont habité, qui doivent l'habiter. Les désaccords ne sont pas superficiels, mais fondamentaux. [...]. Non, si nous mettons de côté ce qui nous sépare, il n'y a rien qui nous reste à mettre en commun. L'univers est un plurivers [...]. (LATOURE, 2011, p. 39)

Arrêtons-nous quelques instants sur cette notion de plurivers. Jean-Luc Nancy et Aurélien Barrau, dans leur ouvrage *Dans quels mondes vivons-nous ?* (2011), nous rappellent que le *plurivers* est une idée du philosophe anglais William James (1842-1910). Deleuze avait montré en 1953 dans *Empirisme et subjectivité* (2010) et plus tard en 1968, dans *Différence et répétition* (2011), que la “nature humaine” chez James, est le fruit d’une production et d’une création, contraction d’habitudes, synthèse provisoire de relations: le sujet de la connaissance est l’effet de l’imagination, de la croyance, de l’habitude, de sentiments et de passions. Le sujet de l’empirisme n’est nulle part enraciné une fois pour toutes, mais toujours en déplacement et mutation.

Etienne Souriau dans son livre *Les différents modes d'existence*, que Stengers et Latour vont faire rééditer en 2009, souligne que son “enquête n’a rien de systématique et d’a priori”. Il veut “dresser le tableau”, en évitant d’en déduire des modes d’existence: “Tentative trompeuse, fausse clarté”, affirme-t-il:

C'est pourquoi il nous faut résister vigoureusement à la tentation d'expliquer ou de déduire ces modes repérés d'existence. [...]. Sans doute il serait facile, avec un peu d'ingéniosité, d'improviser et de broser à grands traits une dialectique de l'existence, pour prouver qu'il ne peut y avoir que justement ces modes-là d'existence; et qu'ils s'engendrent les uns les autres dans un certain ordre. Mais ce faisant, nous subvertirions tout ce qu'il peut y avoir d'important dans les constatations ici faites. (SOURIAU, 2009, [1943], p. 161)

Ne s’agit-il pas “d’instaurer” laissant entendre que quelque chose doit être

construit, inventé, fabriqué. Cependant instaurer semble nous obliger à ne pas se précipiter trop vite sur l'idée que ce qui se fabrique serait totalement déterminé par celui qui assume de faire ou de créer une chose ou un être-sujet. Nous reprenons à Souriau (2009 [1939], p. 25) l'idée

que pour savoir ce qu'est un être, il faut l'instaurer, le construire même, soit directement [...], soit indirectement et par représentation, jusqu'au moment où, soulevé jusqu'à son plus haut point de présence réelle, et entièrement déterminé pour ce qu'il devient alors, il se manifeste en son entier accomplissement, en sa vérité propre.

Pour Souriau, l'enquête qu'il propose est bien empirique, en ce sens du moins qu'elle dépend du "terrain" et ainsi de *Vivre de paysage ou l'impensé de la raison* (JULLIEN, 2014).

Et dans la forme d'un monde commun à instaurer, qu'est-ce qui rend une personne capable de tenir? A quoi une personne tient-elle? Quelles sont les conditions propices qui rendent les personnes capables? Quels types d'épreuves les fortifient et quelles sont celles qui les mettent en péril? De quoi ont-elles besoin? Que demandent-elles? De quoi rendent-elles capables d'autres personnes et plus largement d'autres êtres-sujets? Qu'est-ce qui fait pour ces personnes, et pour ceux qui assument la responsabilité de leur complétion, un bon milieu (*umwelt*)?

Ne pas imposer des formes à un matériau inerte (la personne), mais au contraire à révéler les formes propres à ce matériau, à les accueillir, à les recueillir, à les "instaurer" au sein des *modes d'existence* pour suivre Latour (2012), afin qu'elles aient place au sein des régimes de vérité.

Aujourd'hui, s'agit-il de regarder en face les relations cyniques des logiques néolibérales ou doit-on préférer les mises à plat, le flexible, les identités connexionnistes, les arrangements, etc.? Encore ne faut-il pas renforcer le discours sur l'incontournable consensus autour de ce monde du nécessaire, et la mise en scène qui fait tenir pour inéluctable que "les choses sont comme ça". N'y a-t-il donc que cette unique construction du monde, où il n'existe pas de possible, pas de choix, mais seulement l'acceptation de la meilleure manière de gérer la seule logique du nécessaire? Ou au contraire, est-ce un premier moment d'émancipation, pensé comme une manière de vivre autrement dans le monde tel qu'il est, permettant de

remonter aux origines du différend et du dissensus?

On peut ainsi tenter, comme le proposent Deleuze et Guattari (1980, p. 13), de “penser par le milieu”, par le rhizome qui n’offre aucun point de vue unitaire privilégié. Une pensée du milieu – au sens de l’*Umwelt*, du monde environnant –, pour, là encore, tenter de définir autant de “mondes” plurivers.

En contre-point au concept de rhizome, Citton (2012) développe le parallèle avec le mycélium qui “fait apparaître un réseau dépourvu de centre, qui peut proliférer dans de multiples directions, sans devoir reproduire une forme préprogrammée” (CITTON, 2012, p. 230); ce “mycélium du sens qui sert de substrat commun (et communautaire) à nos gestes et à nos discours” (CITTON, 2012, p. 237).

Et ceci par une quête “descriptive” qui mêle l’expérience de l’intimité à celle de la distance, celle du connu à celle de l’inconnu, et qui veut redonner sens à la vie ordinaire.

Comment décrire? Comment raconter? [...] Comment lire les traces? [...] Comment saisir ce qui n’est pas montré, ce qui n’a pas été photographié, archivé, restauré, mis en scène? Comment retrouver ce qui était plat, banal, quotidien, ce qui était ordinaire, ce qui se passait tous les jours? (PEREC, 1980, p. 28-30)

Dans la situation où nous sommes d’avoir à re-comprendre ce que cela veut dire d’être sur Terre et de nous affronter à l’incertitude de ce qui nous arrive, ne faut-il pas (r)ouvrir les questions premières: dans quel monde voulons-nous vivre? À quoi tenez-vous? À quoi tenons-nous?

Peut être faut-il fouler le champ des possibles (LEFEVBRE, 1980), faire une “topographie du possible” (RANCIÈRE, 2008, p. 55) et s’engager dans une “prospectivité du présent” (HEURGON; LANDRIEU, 2003), afin de constituer des réseaux capables de décroiser nos manières de nous “adresser” pour produire de l’agir ensemble. Un agir ensemble qui ne serait ni le “projet” ni le “moi” mais plutôt le rassemblement des formes de transformations, telles que les offrent les forums hybrides et les failles, les interstices ouverts par les communautés de mouvement. À condition de contenir leur prévisible détournement “pédagogique”: les forums hybrides, prévient Isabelle Stengers,

ne valent que dans la mesure où les citoyens y gagnent les moyens de se mêler effectivement de ce qui ‘ne les regarde pas’. Contre toute référence lénifiante au dépassement des malentendus, il s'agit d'affirmer que ce qui compte est que les experts scientifiques et étatiques soient contraints à faire activement, douloureusement, le tri dans leurs prétentions à l'épreuve de la situation concrète (sociale, politique, économique, écologique, etc.) par rapport à laquelle ils affirment la pertinence de leurs savoirs (STENGERS, 2003, p. 50).

Pour cela il faut parfois laisser surgir des sortes de points aveugles, des formes de communauté d'épreuve avec les “sans voix”, les “sans part”, les “sans rien”, voulant s'éloigner des lectures menées en termes de “déficits”, de “vies de peu”; de cette expérience d'une commune humiliation de la non-reconnaissance, d'impuissance face aux décisions de ceux qui savent “nos besoins”.

Logique néolibérale et organisation versus l'en-commun

A un niveau fonctionnel, ceux qui savent “nos besoins” veulent transformer nos vies comme une petite entreprise, pour une course à l'efficacité. Suivons quelques instant la perspective de Thibaut Le Texier développée dans *Le maniement des hommes* (2015) où il souligne combien l'entreprise est devenue l'institution cardinale des sociétés occidentales. On recourt à des entreprises pour se vêtir, pour se déplacer, pour se nourrir, pour se loger, pour tomber amoureux même, pour communiquer... Les entreprises du net savent nos besoins (CARDON, 2012, 2015) par d'un côté, la promesse magnifique des big data, qui vont tout calculer, nous simplifier la vie, améliorer la démocratie, le marché ou la santé. [...]. Et de l'autre côté, les algorithmes, qui font planer le risque du retour du grand panoptique, de la domination, de la rationalité et du calcul.

Nous sommes comme le dit Le Texier, complètement imbibé par cette logique managériale. On va avoir tendance à gérer sa vie comme un patron gère son entreprise, appliquer à la sphère personnelle et à la vie privée des manières de faire, des manières de penser, des manières d'être qui viennent de l'entreprise privée. On va se fixer des stratégies, des objectifs. On va se doter d'indicateurs de performance, on va se mesurer grâce aux objets connectés, se noter, s'évaluer comme le fait un manager avec ses employés.

Etre efficace est devenu notre ADN, on la sent naturelle comme si on l'avait incorporé en nous... Nous sommes imbibé des trois E que sont l'efficacité, l'efficience, l'effectivité... c'est-à-dire les "valeurs" du progrès, de l'innovation technique, de la modernité, au plus loin de la loyauté, la justice, le respect, la liberté, l'indivisibilité de la personne humaine.

Pierre Dardot et Christian Laval (2009), dans *La nouvelle raison du monde; essai sur la société néolibérale*, montrent, en s'inspirant de la leçon foucaldienne (1978, 1980, 1988), que le néolibéralisme peut être interprété comme une forme de "gouvernementalité" qui affecte non seulement l'économie, mais aussi le droit, la politique et la morale ordinaire. C'est fondamentalement un système de normes qui instaure la mise en concurrence des agents et des institutions. "Comment faire intérioriser aux individus la pression externe de la concurrence de manière à faire de celle-ci la norme même de la subjectivité?" (DARDOT; LAVAL, 2010, p. 41).

Soulignons dès à présent des points de violence dans cette "fabrication d'une subjectivité comptable" (DARDOT; LAVAL, 2010, p. 45) – tout est dit dans cette admirable formulation – à travers la logique du "se vendre ou mourir" sur le marché du travail. Or, dans cette financiarisation de la société, la seule manière de résister, c'est bien autour de la qualité du travail... C'est ici que peut se construire la différence entre la bourse et la vie!

Dans son roman, *Brève attaque du vif*, François Meyronnis (2010) nous offre une lecture frontière pour vivre la vie ordinaire. Le vif, c'est cette expérience qui permet d'atteindre la "vie vivante" différente de la "vie courante" – dans nos termes, un éternel accommodement entre "vie normale" et "vie ordinaire" –. C'est une expérience, ce n'est pas un discours nous dit l'auteur. A partir du moment où cette expérience se déploie, des opportunités se présentent à nous, comme celles de traverser notre folie, notre "maladie d'homme normal"! Mort ou vif bien sûr! L'autre côté du vif, c'est cette existence en deçà de l'existence normale. C'est lorsque l'autre n'est plus rencontré par le seul biais de sa fonction qu'il met la personne en question. C'est une expérience qui permet de rejoindre la vie vivante mais qu'on ne peut faire que par éclair, d'où ce titre si évocateur de *brève attaque du vif*... C'est une circonstance qui nous saisit, ce n'est pas quelque chose que nous déciderions forcément d'accomplir dans la vie ordinaire. Cela suppose une sorte de

dé-subjectivation comptable, pour faire écho à ce qui a été dit précédemment, et c'est ici que peuvent apparaître la question des "Arts de faire" (DE CERTEAU, 1990) et des "Arts de vie" (RANCIÈRE, 2012).

Derrière les "Arts de faire", nous entendons les tours de passe-passe qui permettent de s'introduire par surprise dans un ordre. Ce sont, en suivant de Certeau, les milles manières de faire ensemble: tactiques, ruses silencieuses et subtiles, pratiques réfractaires, mécanismes de résistance, mobilités manœuvrières, trouvailles poétiques ou jubilatoires. Ce sont des opérations d'appropriation et d'émancipation. C'est l'art de combiner par le rite et le bricolage. C'est une forme de braconnage.

Derrière les "Arts de vivre", nous entendons l'existence de tas de vies qui se développent entre plusieurs mondes, des tas de vies qui mettent en commun leur désir de vivre une autre vie, qui "construisent des arts de vivre à la fois dans la précarité d'une condition et dans le luxe de la pensée" (RANCIÈRE, 2012, p. 295).

Comme le souligne Catherine Larrère (2015, p. 51),

c'est abandonner la prévision (régime de la modernité) pour la précaution (qui tient compte de ce qu'il y a de l'imprévisible qui peut surgir). [...]. Cela peut signifier qu'il faut se rendre disponible à la pluralité des éventualités, maintenir l'ouverture des possibles au lieu de céder à la sidération de la catastrophe.

Cela rejoint le livre de Jean-Marie Pelt et Pierre Rabhi, *Le monde a-t-il un sens?* (2015). Leur thèse souligne que le principe d'association l'a toujours emporté sur celui de la dissociation. Loin des récits d'invasions, de menaces, d'extrémismes, de totalitarismes, le récit politique doit porter cette nouvelle conception de l'être humain et donc du monde. C'est un récit fondamentalement politique car il ne se résigne pas à la violence, le signe même de la dissociation. Un projet démocratique, peut produire de l'en-commun s'il repose sur les capacités (SEN, 2000, 2010), inventées par la société civile à la mesure de ses tensions internes, et donc de ses nécessités politiques.

Comment favoriser une pratique d'action de transformation qui pose l'exploration du monde commun, l'apprentissage, l'expérimentation, la délibération, dans le respect de la pluralité? La prise en compte d'une pluralité

mouvante d'identités, d'intérêts, de logiques d'être dans la fabrication – au travers les tâtonnements de l'expérience –, “d'un espace commun, qui n'est pas alors conçu comme uniformisant et niveleur, apparaît au cœur du défi politique” (CORCUFF, 2002). Les questions afférentes au sens et à la valeur de l'existence débouchent sur le politique, si l'on entend “politique” au sens d'une tentative un peu folle pour créer un espace commun entre des êtres différents. “Alors que les politiques de la force nous orientent du côté d'une illusoire ‘maîtrise’ du cours du monde, à coups de ‘certitudes’, une politique de la fragilité s'ouvrirait à l'incertitude, à l'infini et à la singularité”.

Il nous faut, face aux enjeux du présent, construire “une boîte à outils” où, avec Deleuze, chacun d'entre nous puisse se la constituer car il s'agit de pouvoir comprendre les mondes pour les transformer en réinventant notre imaginaire politique.

Ce sont ces inventions qui creusent des interstices dans notre monde, le travestissent et le transforment afin de produire de nouveaux arrangements avec les biens communs que la logique néolibérale a usurpé. Comment agir l'impératif démocratique, si la forme qui devrait en constituer la norme, à savoir la relation d'égalité, est/semble impraticable? En faisant une “attache” de proche en proche, en construisant l'égalité au sein des différences de potentiel par d'autres modes d'adressage: faire des passes plutôt que marquer, ouvrir le jeu plutôt que se faire remarquer.

La pensée ne se déploie-t-elle pas dans les espaces interstitiels, créés par la pluralité des sens, la polysémie des mots, l'indétermination féconde de leur sens? Ne sommes-nous pas au cœur d'un dispositif de compréhension qui est celui de la traduction? Les acteurs (individuels et collectifs, humains et non humains) travaillent constamment à traduire leurs langages, leurs problèmes, leurs identités ou leurs intérêts dans ceux des autres.

La question de l'être-à-plusieurs et de l'agir-ensemble a pris depuis quelques années une expression nouvelle : comment se fabrique le commun?

Notre existence d'êtres-sujets se nourrit de communs qui relèvent de l'agir humain dans sa diversité culturelle. Notre existence est aussi structurée, orientée, alimentée par des communs institutionnalisés. C'est ces communs là qui a fait

l'objet des principaux débats générés par l'assaut néolibéral contre les diverses formes de service public. Et comme le rappelle Descola (2015, p. 19); "Le problème des biens communs n'est pas la propriété commune, c'est la définition des droits d'usage de cette propriété commune".

C'est ici que peut surgir le *comme-un*, l'*en-commun*. "L'ambition convergente de bon nombre d'interventions sera de faire voir, concevoir, sentir et mesurer la prégnance du *comme* qui travaille au sein de tout 'Un'" (CITTON; QUESSADA, 2011, p. 20). Dans l'*en-commun*, est mis l'accent sur ce *comme*, qui permet préciser la critique de l'*Un*, mais qui invite à ouvrir les agirs des compositions politiques nécessaires au prendre soin des communs.

Les arts politiques

C'est sur ce fond que peut surgir le pouvoir d'usage, le pouvoir d'agir, la puissance d'agir... Nous avons besoin des autres pour retrouver ce qui nous est commun. Qu'est-ce qui est commun en moi avec toi? Qu'est-ce qui fait que je peux ou veux vivre avec toi et avec les autres? Mais aussi qui est tu toi que je ne suis pas? Car c'est ainsi que l'on invente une humanité de la rencontre.

Qui n'a pas rêvé de réinventer sa vie, de transformer la réalité, de faire chanter le quotidien afin de donner sa chance aux mille et une créations de la vie ordinaire. Pour toute personne, "sa vie", c'est sûrement se reconnaître soi-même dans ce que l'on fait... Et plutôt que de parler de vie "réussie", formule trop ambiguë car aujourd'hui elle est souvent réduite à l'aune de la performance et du culte du héros, peut être vaudrait-il mieux en appeler à une vie décente dans une société décente, c'est-à-dire une société où les institutions n'humilient pas les personnes. "Ne touche pas à ma conduite... Écoute d'abord ce qu'elle tait" relève d'une question qui n'est pas prête de pouvoir être évacuée à coup de référentiels de bonnes pratiques. Que nous disent les personnes en souffrance sur notre fonctionnement sociétal? Quelles significations peut-on donner à leurs conduites, à leurs comportements, dont on sait que, même si nous n'arrivons pas toujours à les comprendre, ils sont là toujours pour nous avertir sur notre fonctionnement sociétal? Car qui n'a pas été traversé par l'envie à un moment ou à un autre de sortir

de la norme, qu'elle nous laisse en paix pour pouvoir commencer son travail à soi, vivre délivré des exigences de la conformation.

Nous avons en effet besoin de fabriquer de nouveaux récits qui en appellent à la Terre et à ses communs, autrement dit de nous risquer dans des narrations qui puissent accueillir des agitations transversales par la concomitance féconde de domaines de pensée habituellement séparés, restaurant ainsi la fraîcheur de l'inspiration initiale.

Revenons à Bruno Latour (2011) et sa proposition d'un travail de composition de l'en-commun.

La politique, s'est un peu trop simplifiée la tâche. Il y aurait des gens qui connaissent d'avance de quoi se compose le monde commun, et il suffirait de le faire advenir en éliminant peu à peu tout ce qui nous sépare, tout ce qui nous désaccorde. [...].

Évidemment, cela ne marche pas, puisqu'il y a autant de lois, autant de sciences, autant de mondes communs déjà là qu'il y a de métaphysiques en marche de par le monde. La politique [...] c'est un art, ou plutôt des arts, par lesquels on cherche à composer progressivement le monde commun. Il n'est pas déjà là enfoui dans une nature, dans un universel, dissimulé sous les voiles chiffonnés des idéologies et des croyances et qu'il suffirait d'écarter pour que l'accord se fasse. Il est à faire, il est à créer, il est à instaurer. Et donc, il peut rater. [...]. Rien d'inévitable. Rien d'inéluctable. [...]. Sans parler des conséquences inattendues de nos actions qui multiplient les hésitations sur le sens et le parcours de la composition.

Les arts politiques doivent hésiter, tâtonner, expérimenter, reprendre, toujours recommencer, rafraîchir continûment leur travail de composition. [...]. Il n'y a rien qu'on puisse transporter tel quel d'une situation à l'autre ; à chaque fois, il va falloir ajuster et pas appliquer, découvrir et pas déduire, spécifier et pas normer, décrire – avant tout décrire.

(LATOUR, 2011, p. 39-40)

Cette direction de pensée est renforcée par Yves Citton (2011b, n.p.) où il affirme que “si notre époque a besoin d'arts politiques, ce n'est pas pour que les politiciens soient de meilleurs rhéteurs, plus habiles à faire passer les mêmes pilules technocratiques, mais pour que la politique soit elle-même conçue [...] comme un art de composition imaginative du possible, au-delà de l'acceptation technocratique du donné”. Nous pouvons suivre encore Citton dans la présentation de son ouvrage *Gestes d'humanités: Anthropologie sauvage de nos expériences esthétiques*

(CITTON, 2012) où il développe que nos gestes en savent et en font plus que nous. Parce qu'ils se situent à l'interface entre nous et les autres, ils font émerger – à travers nous – des processus constituants qui dépassent nos intentions et notre rationalité conscientes. Parce qu'ils sont visibles à autrui, ils insèrent leur mouvement dans une dynamique collective qui déjoue les illusions de notre souveraineté individualiste. Il caractérise notre époque historique par une tension conflictuelle entre les programmations déshumanisantes qui la pénètrent toujours plus intimement (à grands renforts de machines informatiques et bureaucratiques) et les inflexions gestuelles qui constituent le réceptacle de nos humanités. Si nous devenons nous-mêmes en apprenant à habiter gestuellement ce qui nous occupe, alors c'est de ces gestes d'humanités que dépendent à la fois l'avenir de nos cultures et la poursuite de notre humanisation.

C'est une quête "descriptive" qui mêle l'expérience de l'intimité à celle de la distance, celle du connu à celle de l'inconnu, mais qui veut redonner sens à la vie ordinaire. C'est vouloir explorer les processus de construction des individus au sein de l'espace social, montrer comment les individus donnent une forme à leurs expériences, comment ils font signifier les situations et les événements de leur existence, comment ils agissent et se construisent dans leurs environnements historiques, sociaux, culturels, politiques. Et conjointement, comment les individus, par les langages culturels et sociaux qu'ils actualisent dans leurs expériences quotidiennes contribuent à faire exister, à reproduire et produire la réalité sociale.

Dans les arts politiques le personnage de l'artiste compte parfois autant que la personne de l'artiste; ce qu'il est compte autant que ce qu'il fait. Pourquoi un tel lien entre l'artiste et son œuvre? Parce que souvent un artiste c'est d'abord et avant tout une personnalité, une identité et aussi un jeu.

Sur l'identité, ce qu'on lui demande ce n'est pas seulement d'inventer un art mais aussi d'inventer un soi. Est-ce en cela que l'artiste se distingue désormais des êtres "ordinaires"? Dans le travail de tous les jours, on nous demande, on demande aux individus de se couler dans un moule, d'abdiquer leur part d'originalité, d'être en quelque sorte un être dans une vie quotidienne en dehors de tout processus de subjectivation. Chez l'artiste, au contraire, c'est la subjectivité qui mène la danse. Plus il exprime son être profond, plus il est soi-même, mieux il crée, mieux il

travaille... Comment cette subjectivité pourrait-elle s'exprimer mieux qu'avec son identité propre? L'artiste ne suit que lui-même, voilà pourquoi il n'y a pas à choisir entre sa vie et son œuvre. Sa vie, c'est son chef d'œuvre...

Devant un tel tableau, mobilisons Christiane Vollaire.

Si les artistes veulent être des transformateurs du champ social, ce n'est pas simplement en troquant les médiums traditionnels [...] contre les questions sociales, mais en faisant tomber les frontières de chacun de ces univers, en bousculant les paradigmes, en déployant le potentiel du "plurivers", d'où émergeront d'autres éléments, d'autres combinaisons de mondes communs. (VOLLAIRE, 2012, p. 236)

Cette préoccupation de recherche est la notre, au travers les "reportages" d'idées" comme ceux préconisés par Michel Foucault (1978, p. 706):

Il y a plus d'idées sur la terre que les intellectuels souvent ne l'imaginent. Et ces idées sont plus actives, plus fortes, plus résistantes et plus passionnées que ce que peuvent en penser les politiques. Il faut assister à la naissance des idées et à l'explosion de leur force: et cela non pas dans les livres qui les énoncent, mais dans les événements dans lesquels elles manifestent leur force, dans les luttes que l'on mène pour les idées, contre ou pour elles.

Pour fabriquer de l'espoir au bord du gouffre, changeons de boussole!

Références

- BOURDIEU, P. **Le sens pratique**. Paris: Minuit, 1980.
- BOURDIEU, P. (Dir.) **La misère du monde**. Paris: Seuil, 1993.
- CARDON, D. Google impose un monde. **Le monde de l'économie**, 19.12.2015.
En ligne: http://www.lemonde.fr/economie/article/2015/12/19/google-impose-un-monde_4835209_3234.html. Consulté Nov. 2016.
- _____. Regarder les données. **Multitudes**, n° 49, pp. 138-142, 2012.
- CASTEL P-H. Psychanalyse et psychothérapies: que sait-on des professions sur lesquelles on veut légiférer?, **Revue Esprit**, mai 2004, pp. 114-132.
- CERTEAU, M. de [1980]. **L'invention du quotidien**: Arts de faire. Tome 1. Paris: Gallimard, Folio, 1990.
- CHANGEUX, J.-P. **L'Homme neuronal**. Paris: Fayard, 1983.

- CITTON, Y. **Gestes d'humanités**: Anthropologie sauvage de nos expériences esthétiques. Paris: Armand Colin, 2012.
- _____. Arts politiques et fictions diplomatiques. **Revue des Livres**, n° 1, septembre, 2011, en ligne <http://www.revuedeslivres.fr/arts-politiques-et-fictions-diplomatiques>. Consulté Nov. 2016.
- CITTON, Y.; QUESSADA D. Du commun au comme-un. **Revue Multitudes**, n° 45, 2011, pp. 12-22.
- CORCUFF, P. **La Société de verre**: Pour une éthique de la fragilité. Paris: Armand Colin, 2002.
- DAMASIO, A. **L'Erreur de Descartes**. Paris: Odile Jacob, 2010.
- DARDOT, P. & LAVAL, C. Néolibéralisme et subjectivation capitaliste. **Cités**, 41, 2010, pp. 35-50.
- _____. **La nouvelle raison du monde**: essai sur la société néolibérale. Paris: La Découverte, 2009.
- DE GAULEJAC, V. **Qui est "je"?** Paris: Seuil, 2009.
- DELEUZE, G. [1968]. **Différence et répétition**. Paris: PUF, 2011.
- _____. [1953]. **Empirisme et subjectivité**. Paris: PUF, 2010.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mille Plateaux**: capitalisme et schizophrénie. Tome II. Paris: Editions de Minuit, 1980.
- DESCOLA, P. Humain, trop humain. **Revue Esprit**, décembre 2015, pp 8-22.
- EDELMAN, G. **Biologie de la conscience**. Paris: Odile Jacob, 2000.
- EHRENBERG, A. Se définir par son cerveau. La biologie de l'esprit comme forme de vie. **Revue Esprit**, janvier 2015, pp. 68-81.
- _____. **La Société du malaise**. Paris: Odile Jacob, 2010.
- _____. La guerre du sujet. **Revue Esprit**, novembre 2004, pp. 74-85.
- _____. **La Fatigue d'être soi** – dépression et société. Paris: Odile Jacob, 1998.
- _____. **L'Individu incertain**. Paris: Calmann-Lévy, 1995.
- _____. **Le Culte de la performance**. Paris: Calmann-Lévy, 1991.
- FOUCAULT, M. [1978]. La gouvernementalité. Cours du 1/2/1978. **Dits et écrits**, III, pp.12-29; Tome 2, pp. 635-657. Paris: Quarto Gallimard, 2001.
- _____. Les "reportages" d'idées. (Corriere della Sera, 12 novembre 1978). **Dits et écrits**, III, pp.12-29; Tome 2, p. 706. Paris: Quarto Gallimard, 2001.
- _____. [1980]. M. Foucault étudie la raison d'État. **Dits et écrits**, IV, pp. 37-41; Tome 2, pp. 856-860. Paris: Quarto Gallimard, 2001.
- _____. [1988]. La technologie politique des individus. **Dits et écrits**, IV, pp. 813-828; Tome 2, pp. 1632-1647. Paris: Quarto Gallimard, 2001.
- GARFINKEL, H. **Recherches en ethnométhodologie**. Paris: PUF, 2007.
- GENTIS, R. **Les murs de l'asile**. Paris: Petite collection Maspéro, 1988.
- GONON, F. La psychiatrie biologique: une bulle spéculative?, **Revue Esprit**, Novembre 2011, pp. 54-73.
- GWIAZDZINSKI, L. **La Ville 24 heures sur 24**: regards croisés sur la société en continu. La Tour d'Aigues: Éditions de l'Aube, 2003.

- GWIAZDZINSKI, L. Habiter la nuit urbaine. **Revue Esprit**, pp. 46-54, décembre 2014.
- HABERMAS, J. Espace public et sphère publique politique: les racines biographiques de deux thèmes de pensée. **Revue Esprit**, pp. 12-25, août-septembre 2015.
- HEURGON, E.; LANDRIEU, J. Des “nous” et des “je” qui inventent la cité. **Actes du colloque de Cerisy: Prospective d’un siècle à l’autre**, IV, La Tour-d’Aigues: Éditions de l’Aube, 2003.
- HOCHMANN, J. Les contestations de la psychiatrie. **Esprit**, pp. 19-27, Mars-avril 2015.
- JEANNEROD, M. **De la physiologie mentale**. Histoire des relations entre biologie et psychologie. Paris: Odile Jacob, 1996.
- JULLIEN, F. **Vivre en paysage ou l’impensé de la raison**. Paris: Gallimard, 2014.
- _____. **L’écart et l’entre**: leçon inaugurale de la Chaire sur l’altérité, 8 décembre 2011. Paris: Editions Galilée, 2012.
- LARRERE, C. Anthropocène: le nouveau grand récit. **Esprit**, pp. 46-55, décembre 2015.
- LATOURET, B. **Enquête sur les modes d’existence**: une anthropologie des Modernes. Paris: La Découverte, 2012.
- _____. Il n’y a pas de monde commun: il faut le composer. **Multitudes**, n° 45, p. 38-41, 2011.
- LE TEXIER, T. **Développer dans Le maniement des hommes**. Paris: La découverte, 2015.
- LEFEBVRE, H. **Critique de la vie quotidienne**. Vol. II. Fondements d’une sociologie de la quotidienneté. Paris: L’Arche, 1980.
- MEYRONNIS, F. **Brève attaque du vif**. Paris: Gallimard, 2010.
- NANCY, J.-L.; BARRAU, A. **Dans quels mondes vivons-nous?** Paris: Editions Galilée, 2011.
- PELT, J.-M.; RABHI, P. **Le monde a-t-il un sens?** Paris: Fayard, 2014.
- PEREC, G. **Récits d’Ellis Island**: histoires d’errance et d’espoir. Paris: Sorbier, 1980.
- RANCIERE, J. **La méthode de l’égalité**. Entretien avec Laurent Jeanpierre et Dork Zabunyan. Paris: Bayard, 2012.
- _____. **Le spectateur émancipé**. Paris: La Fabrique, 2008.
- RICŒUR, P. Psychanalyse et interprétation: un retour critique. **Esprit**, pp. 92-111, Novembre 2015.
- SACKS, O. [1995] **Un anthropologue sur Mars**. Paris: Le Seuil, 1996.
- SCHOVANEC, J. **Je suis à l’Est**. Paris: Plon, 2012.
- SCHÜTZ, A. **Le chercheur et le quotidien**. Paris: Méridiens-Klincksieck, 1987.
- SEN, A. **L’idée de justice**. Paris: Flammarion, 2010.
- _____. **Un nouveau modèle économique**. Développement, justice, liberté. Paris: Odile Jacob, 2000.

- SOURIAU, E. [1939]. **Avoir une âme**. Lyon: Annales de l'Université de Lyon, 2009.
- _____. [1943]. **Les différents modes d'existence & L'œuvre à faire**. Paris: PUF, 2009.
- SPIVAK, G. C. Enseigner les humanités. **Revue Philosophie magazine**, 2014. En ligne: <http://www.philomag.com/les-idees/enseigner-les-humanites-10643>. Consulté Nov. 2016.
- STENGERS, I. Rêver l'obscur, c'est justement défaire son opposition avec la lumière, **Multitudes**, n° 41, pp. 176-184, 2012.
- _____. Fabriquer de l'espoir au bord du gouffre. **La Revue Internationale des Livres et des Idées**, 06/05/2010. En ligne: <http://www.revuedeslivres.onoma6.com/articles.php?idArt=324&PHPSESSID=ecdd1f4ad1770868555c6a24dfcfefca>. Consulté Nov. 2016.
- _____. Penser la vie: le problème a changé. **Revue internationale de philosophie**, 241, 323-335, 2007.
- _____. Penser les sciences par leur milieu. **Rue Descartes**, 41, pp. 41-51, 2003.
- VARELA, F. J. **Connaître, les sciences cognitives, tendances et perspectives**. Paris: Seuil, 1989.
- VOLLAIRE, C. Lu, vu, entendu à propos de: Gaëtane Lamarche-Vadel, La gifle au goût du public... et après? [Paris: La Différence, 2007]. **Chimères**, n° 77, pp. 224-236, 2012.

O MOVIMENTO DOS SENTIDOS EM LIVROS DIDÁTICOS DE LÍNGUA INGLESA

Juliana Santana Cavallari
(Univás)

Introdução

Entendendo o livro didático (LD) como tecnologia de linguagem que produz e legitima o conhecimento a ser ensinado e aprendido, por meio de um conjunto de técnicas específicas que já se naturalizaram e que produzem sentido(s) na história, neste trabalho procuramos compreender o funcionamento de processos discursivos e de significação, por meio da análise de materialidades verbal e não-verbal de livros didáticos voltados para o ensino de língua inglesa (LI).

Como material de análise foram selecionadas algumas atividades e imagens retiradas de dois livros texto do aluno (*Student's book*), que compõem diferentes coleções. O primeiro material se destina ao ensino de inglês geral, isto é, busca desenvolver e consolidar a compreensão e produção oral e escrita dos alunos, por meio de funções sociais e estruturas da língua inglesa que são apresentadas através de atividades diversas como diálogos, exercícios estruturais, textos na língua inglesa etc. O segundo material busca promover o ensino de inglês para fins específicos, particularmente, para fins militares, retratando operações internacionais e exercícios militares. Vale destacar que nos materiais selecionados como objeto de análise, não nos detivemos ao conteúdo programático, do ponto de vista fonético, morfológico e/ou sintático, nem ao método que o material adota para ensinar a LI, mas sim ao modo como as materialidades verbais e não verbais, presentes nesses recursos didáticos, significam e produzem efeitos de verdade.

Ancorados no dispositivo teórico-metodológico da Análise de Discurso, buscamos observar, sobretudo no primeiro material, como se dá a produção de sentidos que nos remetem a discursos que já se fizeram memória, bem como a

representações estereotipadas de uma língua-cultura. A presença irremediável do equívoco e da contradição se mostrou mais recorrente no livro didático de inglês para fins militares que parece promover outro modo de inscrição do sentido na história, ao propor a imagem do soldado não como aquele que faz guerra, mas como alguém capaz de promover a paz, ainda que seja por meio da guerra. Em suma, procuramos observar, com base nos LD analisados, como os sentidos são produzidos nesses materiais, num movimento entre o mesmo e o diferente, a paráfrase e a polissemia.

Partindo do pressuposto de que o LD não é um instrumento linguístico neutro nem transparente, este estudo salienta a importância de se apropriar desse recurso, amplamente presente nas práticas discursivo-pedagógicas, e das tecnologias que atuam na produção do conhecimento ou das ‘coisas a saber’, sem perder de vista que o LD tem o poder de produzir e legitimar saberes não só sobre as línguas-culturas que se propõe ensinar, mas também sobre o sujeito de linguagem.

Alguns conceitos norteadores

Como já mencionado anteriormente, este estudo lança um olhar discursivo aos materiais didáticos abordados, salientando que, para além das competências linguísticas tradicionalmente trabalhadas nesses materiais, “o LD será sempre portador de formas de representar, de ver o outro, sua função, formas de ser e agir no mundo na/pela língua” (CORACINI, 2016, p. 28). Em outro estudo que se propôs a compreender como as verdades são discursivamente construídas nos livros didáticos para o ensino de línguas, Cavallari e Coracini (2016) chamam a atenção para o fato de o LD ser geralmente visto como um material que apenas apresenta e prioriza o conteúdo a ser ministrado e estudado, o que o transforma em um mecanismo poderoso e produtivo, no sentido foucaultiano de produzir um saber-poder, justamente porque aquele que o adota não costuma se dar conta dos aspectos históricos, sociais e ideológicos que o constituem.

Nesse prisma, Grigoletto (1999, p. 68) destaca que “o livro didático é concebido como um espaço fechado de sentidos, e é dessa forma que ele se impõe,

e é normalmente acatado”. Daí a importância de desnaturalizarmos o modo como o conhecimento é apresentado e construído nesses materiais, lembrando que os sentidos que resultam, inevitavelmente, de gestos de interpretação estão sempre abertos, graças à incontornável presença do equívoco, da falha e da contradição que atravessam o sujeito e a linguagem posta em funcionamento.

Faz-se necessário retomarmos, ainda que brevemente, alguns conceitos oriundos da perspectiva discursiva e que fundamentam a análise e considerações aqui propostas, tais como a noção de língua-cultura, ideologia, memória discursiva e tecnologia de linguagem.

Ao longo deste trabalho, com base nos estudos de Coracini, pensamos a língua sempre atrelada à cultura; por isso o emprego do termo língua-cultura. A referida autora propõe uma relação indissociável entre *língua-cultura*, pois entende que “é na e pela língua (que é sempre cultura) que nos constituímos sujeito. Ao nos submetemos à língua(gem), submetemo-nos à cultura que nos acolhe” (CORACINI, 2016, p. 27). Assim sendo, podemos dizer que qualquer formulação produz sentidos a partir de sua inserção em uma dada língua-cultura.

A noção de cultura, que incide diretamente no processo de ensino-aprendizagem de línguas, geralmente aparece associada aos hábitos, costumes, valores sociais, religiosos e políticos já estereotipados e imaginariamente estáticos de um povo, atribuindo certa identidade (leiamos unidade) à uma sociedade ou nação. Distanciando-nos desta concepção, entendemos a cultura atrelada aos conjuntos de procedimentos interpretativos, construídos social e discursivamente, que possibilitam determinadas interpretações e excluem outras. Temos, assim, a ideia de uma interpretação já-dada, pré-construída, como se nenhuma outra fosse possível. Em consonância com as afirmações anteriores, Jordão (2005, p. 30, grifo nosso) enfatiza que

sempre que se ensina língua se está ensinando cultura, uma vez que cultura é concebida não apenas como os costumes socialmente instituídos, transmitidos e partilhados, *mas principalmente como conjuntos de procedimentos interpretativos construídos socialmente, estruturas de pensamento que possibilitam e legitimam determinadas interpretações (e excluem possibilidades de elaboração de outras).*

Na relação significativa e constitutiva entre língua, cultura e ideologia, a ideologia não deve ser entendida, de acordo com a perspectiva discursiva, como ocultação da realidade, com vistas à manutenção do poder e de interesses da classe dominante, como prega certa compreensão da visão marxista, mas como algo inerente às práticas discursivas e que é essencial para a produção de sentidos e do efeito de evidência discursiva, uma vez que não há discurso sem sujeito, nem sujeito sem ideologia (PÊCHEUX [1975] *apud* ORLANDI, 1999, p.17). Discursivamente, segundo Orlandi (1997), a ideologia é uma necessidade da relação da língua com a história na constituição dos sujeitos e dos sentidos. Assim sendo, podemos afirmar que é a ideologia que determina e atribuiu determinados sentidos ao que é dito. Segundo a referida autora (1999), a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua. A língua é pensada como uma materialidade sempre sujeita a falhas e à equivocidade. É na relação entre língua-discurso-ideologia que buscamos compreender como os sentidos, bem como o efeito de evidência discursiva são produzidos.

Na busca do movimento dos sentidos produzidos nos/pelos materiais didáticos analisados, outro conceito basilar para a análise empreendida é o de memória discursiva. Segunda a leitura que Orlandi (1999, p. 31) faz de Pêcheux, “é aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente”, ou seja, a memória discursiva, o saber discursivo, sócio-historicamente construído e compartilhado, que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma de pré-construído, produzindo sentidos reconhecidos e mantidos na sociedade, pelo mecanismo da repetição.

Sobre a relação entre repetição e memória, Payer (2006, p. 38) postula que “a repetição domestica a memória, ao se dar como língua. O reconhecimento do mesmo (o repetido) cria memória na e para a língua, e daí para as imagens significadas, os sentidos, os percursos de sentidos, os discursos, enfim”. Nos materiais analisados, procuramos observar como a repetição, que retorna sob a forma de pré-construído ou já-dito, cria memória e (re)significa as representações de uma língua-cultura e do sujeito de linguagem.

Retomando o nosso objeto de análise, livros didáticos de LI, é significativo discorrermos sobre o que entendemos por tecnologia de linguagem. De uma

perspectiva da História das Ideias Linguísticas, Ferreira (2015), a partir da análise dos sentidos já cristalizados de ‘tecnologia’ no dicionário, destaca um modo específico de aceção de tecnologia, ligado ao campo das ciências exatas, que apaga outros campos do saber, como o das ciências humanas e da linguagem. Nas palavras da autora (2015, p. 80), “dentre as inúmeras e diversas tecnologias que o homem produz, muitas delas são tecnologias de linguagem, embora dificilmente nos damos conta desse fato e da dimensão de sua importância”. É necessário, conclui a autora (2015, p. 83), “conferir à linguagem o seu papel e poder fundador na produção de conhecimento, das tecnologias em geral e das tecnologias de linguagem em particular”. Partindo do conceito de gramatização de Auroux (1992), Zoppi-Fontana e Diniz (2008) abordam o processo de instrumentalização de uma língua através de gramáticas, dicionários, vocabulários, livros didáticos que funcionam como tecnologias de linguagem, exercendo uma função crucial e determinante na produção do conhecimento. Com base nos conceitos e considerações aqui arrolados, passemos à análise das materialidades postas.

Análise dos registros¹

A atividade de compreensão oral (*Reading*), reproduzida a seguir, foi retirada do segundo livro do aluno (*Student's Book*), da coleção “Gateways”, publicada por uma filial da editora Oxford University Press, localizada em Nova Iorque, segundo a ficha catalográfica do referido material. Trata-se de um livro adotado por alunos iniciantes ou falsos iniciantes (*false beginners*) que já tiveram algum contato com a LI. A atividade em questão se insere na primeira unidade do livro, intitulada “*Who Knows?*”, e tem como objetivo – segundo o manual do professor – oferecer uma revisão de estruturas básicas da LI e de funções sociais tais como: apresentar-se a alguém e trocar informações básicas e pessoais.

¹ Análises preliminares dos recortes apresentados neste estudo já foram publicadas em periódicos científicos da área.

4. The contestants on "Who Knows?" introduced themselves. Here's what they said.



Na atividade acima, há um apelo visual exercido pela imagem dos personagens que estão se apresentando. Essas imagens, além de captarem a atenção do leitor, possibilitam alguns gestos de interpretação. A primeira personagem a se apresentar, natural da Cidade do México, possuiu muitas semelhanças físicas em relação à última personagem, natural do Rio de Janeiro, o que reforça um equívoco muito comum, sobretudo entre os norte-americanos que acreditam que os latino-americanos falam a mesma língua, no caso: o espanhol, e que, conseqüentemente, carregam os mesmos traços culturais, ideológicos e, até mesmo, semelhanças físicas. O nome atribuído à personagem brasileira, *Wilma Spano*, materializa tal equívoco. Ao trazer o outro (o estrangeiro ou falante não nativo da LI), justamente para ratificar o imaginário de inglês como língua global, que une diferentes povos

e nações, alguns equívocos e posicionamentos estereotipados irrompem na materialidade verbal e não-verbal do recorte abordado acima.

Na fala dos personagens que se apresentam ao aluno-leitor, chama a atenção o fato de os dois primeiros personagens, aparentemente de origem bem distintas, praticarem e reforçarem características e hábitos tipicamente norte-americanos. Apesar de o LD trazer, ao longo das atividades propostas, personagens de origens e culturas distintas, o faz de modo bastante estereotipado e simplificado. A estrutura familiar da primeira personagem (*Elena Morales*), por exemplo, segue um padrão atualmente considerado como ideal, em especial para a classe média, isto é: dois (2) filhos, de preferência um casal (um menino e uma menina), em uma família na qual a mulher também trabalha e é profissionalmente reconhecida, pois exerce uma profissão de prestígio social (advogada, no caso).

A visão estereotipada de outros povos e nações – atrelada à memória discursiva que evoca o mesmo e vem restabelecer os ‘implícitos’ ou os pré-construídos, segundo Pêcheux (1999, p. 52) – também se faz presente na apresentação da personagem brasileira. Trata-se de uma bela mulher cuja profissão é ser modelo internacional e que mora no Rio de Janeiro, cidade considerada como sinônimo ou capital do Brasil. Como não poderia deixar de ser, dentro de uma visão estereotipada, reforçada pelo uso da expressão (*of course*), a personagem em questão adora ir à praia e dançar, ou seja, se dedica ao lazer e não ao trabalho árduo, lembrando que o Brasil é imaginariamente representado pelo restante do mundo como um país festivo, país do carnaval, repleto de belas mulheres e de belezas naturais. Também salta aos olhos o nome bastante americanizado atribuído ao namorado da personagem (*Roger*) que não condiz com os nomes de origem brasileira.

A apresentação do personagem japonês retrata a aculturação sofrida por ele que parece supervalorizar aspectos e valores da cultura alheia (norte-americana, no caso), em detrimento de sua própria cultura de origem, embora, segundo sua apresentação pessoal, ele ainda more e trabalhe em Osaka. O personagem em questão, além de ser professor de inglês, pratica atividades de lazer tipicamente americanas, tais como jogar golfe e apreciar baseball.

Nas apresentações dos personagens acima, de modo geral, mesmo quando o livro didático se propõe a dar visibilidade ao *estrangeiro*, o faz de modo *estranho*, simplista e equivocado, pois é a língua-cultura do falante nativo que prevalece e é reforçada. São os sentidos de globalização, de eliminação de fronteiras, de internacionalização que são postos em funcionamento na atividade abordada, legitimando o lugar da LI como língua internacional, de união etc., ainda que, para isso, seja necessário igualar/homogeneizar diferentes povos e culturas.

Partindo das considerações acima e das noções que permeiam o processo de ensino-aprendizagem, observamos que o LD de LI textualiza muito mais do que as estruturas e funções sociais a serem adquiridas pelo aluno. Para que a prática pedagógica se torne mais significativa e problematizadora, faz-se necessário desnudar o modo como determinados efeitos de verdade são construídos, a fim de se (des)construir sentidos já naturalizados e/ou estereotipados.

O segundo material analisado, que materializa, de modo singular, o movimento polissêmico dos sentidos, é da editora inglesa Macmillan, que, em 2004, lançou a coleção *Campaign: English for the military*², na qual explora e oferece conteúdos de inglês geral e específico, dentro de um contexto predominantemente militar, particularmente relacionado a operações internacionais de manutenção da paz e de assistência humanitária e a exercícios militares envolvendo tropas da ONU e da OTAN. A editora disponibiliza, além do livro texto utilizado pelo aluno (*Student's Book*), os seguintes recursos: CD de áudio para as lições, livro do professor, livro de exercícios com CD de áudio, gramática e dicionário de termos militares.

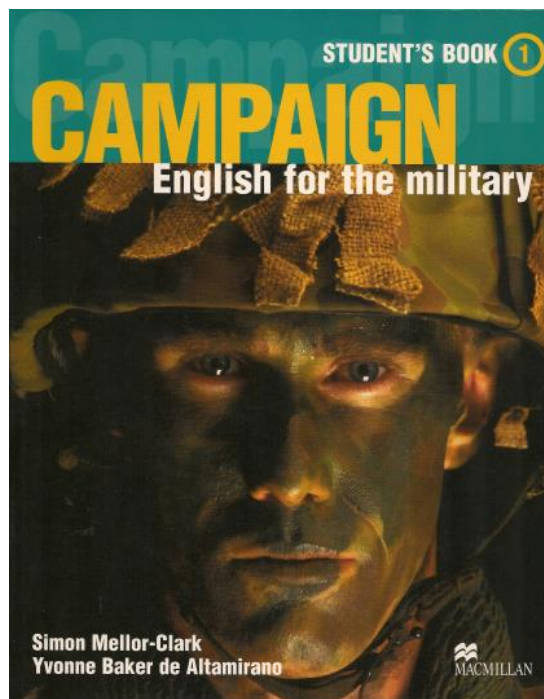
Após uma breve análise das instruções metodológicas e do material didático como um todo, percebemos que a obra possuiu um forte apelo intercultural, por explorar diversos contextos e situações que envolvem diferentes países, sotaques e culturas, em que a língua inglesa é o “traço de união” que habilita as tropas a atuarem cooperativamente, sob a égide da ONU ou da OTAN, empregando uma terminologia militar padronizada, em operações militares internacionais.

² Este mesmo material já foi objeto de análise da dissertação de André Marcelo de Souza de Araújo, desenvolvida sob minha orientação. Recomendo a leitura integral da dissertação que está disponível *on-line* e cujo título é “As formas do silêncio em um material didático de inglês para fins militares”.

Toda a coleção foi estruturada com base na escala de proficiência linguística denominada NATO STANAG 6001 (North Atlantic Treaty Organization – **STAN**dardisation **AG**reement). Os STANAGs foram criados pela OTAN, a fim de regularem equipamentos, procedimentos, táticas, treinamento e tudo o mais que possa afetar o modo como as forças de diferentes países irão, conjuntamente, trabalhar em operações e exercícios que requerem o uso da língua inglesa. A editora apresenta essa escala de proficiência linguística como uma vantagem para o usuário do livro, pois enfatiza sua equivalência aos níveis de proficiência de exames reconhecidos pela Comunidade Europeia, como o *Common European Framework* e o *Cambridge ESOL Examinations*, legitimando, portanto, a metodologia empregada no material analisado.

A coleção *Campaign* já obteve o reconhecimento de duas importantes instituições britânicas responsáveis pela difusão da língua inglesa, o *British Council* e a *English Speaking Union*. De acordo com a editora, o texto integral do livro foi analisado por oficiais dos exércitos americano, britânico, francês e espanhol, com vasta experiência em operações internacionais, fornecendo uma reflexão precisa e atualizada da vida militar e da linguagem utilizada nesse contexto. Trata-se de uma condição de produção relevante, já que reforça a importância e abrangência do material em questão, atribuindo-lhe legitimidade. Selecionamos, para este estudo, algumas imagens e atividades presentes no primeiro livro texto do aluno que faz parte da coleção anteriormente descrita.

Ao longo de todo o livro, destacamos o esforço empreendido, através de determinados procedimentos discursivos e visuais, para silenciar as contradições que inevitavelmente afloram de um material didático para fins militares, tais como: “paz x guerra”, “cooperação x imposição”, “imperialismo x colonialismo”. A capa do primeiro livro da coleção ancora alguns gestos de interpretação.



Neste material, observamos a presença de discursividades que colocam em funcionamento a expansão do inglês, aqui utilizado para fins militares, como algo natural e benéfico; logo, livre de conflitos. O título da obra, *Campaign*, apesar de também ser um termo militar, parece reduzir os vestígios de guerra e de intervenção militar, produzindo efeitos que se aproximam da cooperação, de uma ação conjunta que se distanciaria da belicosidade. Este título também nos remete ao discurso publicitário e nos leva a questionar a natureza da campanha que o material estaria promovendo. Seria uma campanha para legitimar intervenções militares na/pela expansão da língua inglesa? O subtítulo *English for the military*, ao mesmo tempo que produz um sentido de urgência e de universalidade da língua inglesa, também aponta para a popularização do ensino de inglês para fins específicos, conferindo ao livro a característica de material inovador “feito sob medida” para as demandas militares.

Se, por um lado, o título e subtítulo da obra atribuem efeitos de cooperação à atividade militar, a materialidade não-verbal faz alusão ao lado operacional dos conflitos armados, ao trazer a imagem de um militar circunspeto, equipado e camuflado. Essa aparente contradição, contudo, é habilmente silenciada, se

considerarmos as formações imaginárias do público ao qual o material se destina. O soldado retratado na imagem reúne e reproduz características comuns entre os soldados dos exércitos atuais, particularmente aqueles de países vinculados à ONU e à OTAN, seja pelos aspectos materiais (equipamento, uniforme, camuflagem) seja pelas características pessoais (seriedade, foco, autoconfiança). Sentidos profissionalmente compartilhados e valorizados entre integrantes de forças militares, segundo Castro (2004), tais como disciplina, coragem, destemor e valentia, produzem identificação no público-alvo, por meio das materialidades e discursividades em funcionamento no material didático analisado.

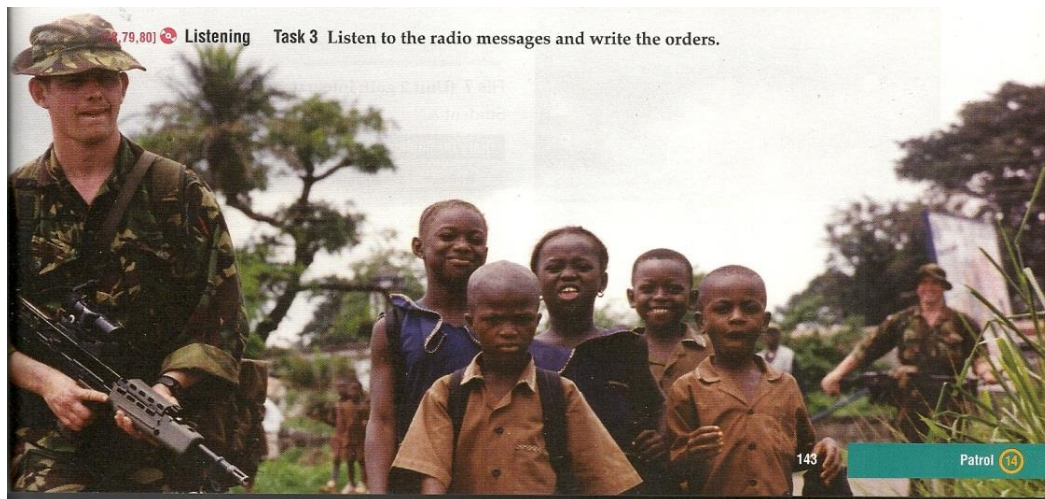
Para que os discursos de cooperação, neutralidade e urgência da língua inglesa para fins militares produzam os efeitos desejados, os sentidos que vinculam as operações armadas a instrumentos de poder e de imposição pela força, pelo confronto e pela guerra são silenciados ao longo do material. Para tanto, uma das técnicas empregadas é a forte e recorrente presença de imagens que retratam militares apoiando, física e/ou emocionalmente, jovens e crianças em contextos de intervenções capitaneadas pela ONU ou pela OTAN. Na esteira de Zoppi-Fontana e Diniz (2008, p. 112), podemos afirmar que a materialidade significativa parece produzir “uma ruptura de processos de significação, fazendo intervir o diferente”. Em outras palavras, produz-se um sentido para *soldado* diferente daquele do senso comum, segundo o qual o soldado é geralmente associado à guerra, à morte, à tristeza, destruição etc. Busca-se criar uma imagem de soldado *justo, paciente, sensível e tolerante*, tal como materializam os adjetivos destacados na atividade de preenchimento de lacunas reproduzidas a seguir.

We are United Nations peacekeepers

Task 1 Match the words with the sentences.

fair patient sensitive tolerant

- 1 Respect people's rights and opinions.
- 2 Be careful with people's feelings.
- 3 Wait, and don't complain or get angry.
- 4 Treat all people the same.



Devido à contradição que emana das imagens que retratam a relação *guerra* X *criança*, o emprego recorrente dessas imagens poderia ser considerado, a princípio, como uma estratégia inapropriada para um livro didático para fins militares, tendo em vista que tais materialidades evocam memórias e posicionamentos conflitantes como: morte X vida, destruição X esperança, maldade X pureza, força bruta X fragilidade. Contudo, o material não só apazigua essas contradições como também as utiliza para potencializar os efeitos de sentido que resultam da associação das operações militares internacionais ao aspecto humanitário. Para tanto, como podemos ver no exemplo a seguir, transforma-se o

“guerreiro” em “mantenedor da paz” (*peacekeepers*), ainda que seja por meio da guerra e com a arma em punho.

Na imagem que, não por acaso, ilustra a atividade de preenchimento de lacunas, podemos observar que o militar que aparece em primeiro plano não carrega armamento nem equipamentos pesados, mas uma garrafa de água, e parece caminhar despreocupadamente, o que, em linguagem militar, equivale a dizer que está “fora de situação”. Acompanha-o um grupo de crianças que aparentam estar tranquilas entre amigos, mesmo estando em uma situação vulnerável de possível intervenção militar. Há um sentido de proteção e respeito mútuo produzido na/pela cena retratada; não há hostilidade e as crianças parecem se sentir seguras na presença de um soldado que as protege. Na imagem seguinte, embora o soldado retratado em primeiro plano esteja com a arma em punho, o clima ainda é de tranquilidade e descontração. A maioria das crianças aparece sorrindo, bem como o soldado que está ao fundo.

Trazendo as afirmações de Dias (2013, p. 56), que trata da relação entre corpo e máquina, para pensar nosso objeto de análise, podemos afirmar que há outras técnicas em funcionamento no LD para fins militares: talvez “estejamos lidando com um equívoco ou com uma mudança de sentido na história, por meio de um outro modo de inscrição do sentido na história”. Busca-se um outro modo de inscrição do sentido de *soldado* e de *operações militares* na história, mas isso não se dá sem falhas, estranhamento, contradição, equívoco e, sobretudo, denegação, como na atividade que apresenta os adjetivos que caracterizariam não mais aquele que faz guerra, mas sim o “soldado da paz”. O possível e o impossível de ser dito, o desejável e o indesejável convivem nessas formulações.

Notamos uma tentativa de suspensão, apagamento ou recalçamento dos sentidos que *ser soldado* geralmente evoca, por meio da denegação. Nega-se a imagem do soldado como aquele associado à guerra para reafirmá-lo como guerreiro da paz. Segundo Freud (2006 [1925], p. 265-266), a negativa ou denegação “constitui um modo de tomar conhecimento do que está recalçado; com efeito, já é uma suspensão do recalque, embora não, naturalmente, uma aceitação do que está recalçado”. Assim sendo, algo que deveria permanecer recalçado vem à tona na materialidade linguística, mas permanece apagado, silenciado ou

disfarçado, por meio da negação. Nas palavras de Freud (*idem*, p. 265), “o conteúdo de uma imagem ou ideia reprimida pode abrir caminho até a consciência, com a condição de que seja negado”. Vale ressaltar que não é necessária uma marca linguística da negativa, na formulação posta, para que haja denegação. Na atividade que descreve o soldado da paz, por exemplo, a denegação se dá como efeito da tentativa de apagamento dos sentidos que *ser soldado* historicamente evoca. É como se os adjetivos empregados para descrever o soldado produzissem um efeito de antonímia, mesmo que a ideia inicial da atividade proposta seja encontrar sinônimos para os adjetivos destacados, de modo a reforçá-los. Substituindo-se “guerreiro” por “soldado da paz”, com seus atributos de *justiça, tolerância, paciência e sensibilidade*, busca-se atribuir um novo papel às forças armadas e, conseqüentemente, à língua inglesa no contexto militar internacional.

Algumas considerações

Este estudo não tem a pretensão de criticar, acusar ou desqualificar o modo como o conteúdo programático é apresentado nos LD, mas sim de compreender como os discursos funcionam e produzem sentidos. Para sair do efeito de evidência discursiva, faz-se necessário mexer na rede de filiações dos sentidos sócio-historicamente compartilhados e já naturalizados.

Diferentes técnicas ou procedimentos discursivos funcionam nos materiais abordados. No primeiro, o mecanismo da repetição, que cria memória na/para língua, produz o reconhecimento do mesmo e de representações estereotipadas do outro (estrangeiro), embora a repetição esteja sempre tangenciando o novo, o possível, o diferente (o sentido outro). O mesmo e o diferente constituem o movimento dos sentidos que emanam dos materiais analisados. No segundo material, mais especificamente, há uma tentativa de mudança de sentido na história, fazendo intervir o diferente, ao se distanciar do discurso do senso comum. As discursividades que nos remetem à igualdade, cooperação e neutralidade produzem e introduzem um novo sentido para as operações militares internacionais e para o inglês como língua global.

Por fim, ressaltamos a importância de se apropriar do LD e das tecnologias que atuam na produção de conhecimento, lembrando não se tratar de um instrumento linguístico neutro, uma vez que o LD possui o poder de produzir e legitimar saberes não só sobre as línguas-culturas que são abordadas, mas também sobre o sujeito de linguagem. Não se trata de banir o uso deste importante recurso didático do processo de ensino-aprendizagem, mas de promover uma prática docente e discente mais problematizadora dos processos de significação. Para tanto, estabelecer uma relação menos ingênua com as materialidades postas nesses materiais se mostra imprescindível.

Referências

- CASTRO, Celso. **O espírito militar**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- CAVALLARI, J.S.; CORACINI, M.J.F.R. (Orgs.) **(Des)construindo verdade(s) no/pelo material didático**: discurso, identidade, ensino. Campinas: Pontes, 2016.
- CORACINI, M.J.F.R. Pobreza e marginalidade em livro didático de Francês como Língua Estrangeira: entre o poder e a discriminação. Em: CAVALLARI, J.S.; CORACINI, M.J.F.R. (Orgs.) **(Des)construindo verdade(s) no/pelo material didático**: discurso, identidade, ensino. Campinas: Pontes, 2016. p. 25-56.
- DIAS, C. Sujeito digital: sentidos de um novo paradigma. Em: GUIMARÃES, Eduardo (Org.). **Cidade, linguagem e tecnologia**: 20 anos de história. Campinas: Labeurb, 2013.
- FERREIRA, A.C. O papel fundador da linguagem na reflexão sobre conhecimento e tecnologia. **Entremeios** [Revista de Estudos do Discurso], vol. 11, 75-98, jul.-dez. 2015.
- FREUD, S. [1925] A negativa. Em: **O Ego e o id e outros trabalhos** (1923-1925). vol. XIX. Rio de Janeiro: Imago Editora, 2006. p. 265-269.
- JORDÃO, C.M. Agir brandindo a espada e fomentando o caos? A educação em tempos pós-modernos. Em: GIMENEZ, T.; JORDÃO, C. M.; ANDREOTTI, V. (Orgs.) **Perspectivas educacionais e o ensino de inglês na escola pública**. Pelotas: Educat, 2005.
- ORLANDI, E.P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.
- _____. Nota ao leitor. Em: PÊCHEUX, M. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Trad. Bras. Campinas: Pontes, 1997.
- PAYER, M.O. **A memória da língua**: imigração e nacionalidade. São Paulo: Editora Escuta, 2006.

- PÊCHEUX, M. Papel da memória. Em: ACHARD, P. *et al.* **Papel da memória.** Trad. Bras. Campinas: Pontes, 1999. p. 49-58.
- ZOPPI-FONTANA, M.G.; DINIZ, L.R.A. Declinado a língua pelas injunções do mercado: institucionalização do Português língua estrangeira (PLE). **Estudos Linguísticos**, São Paulo, 37 (3), 89-119, set.-dez. 2008.

Livros Didáticos Analisados

- FRANKEL, I.; KIMBROUGH, V. **Gateways** (Student's Book 2). Oxford University Press, New York, USA, 1998.
- MELLOR-CLARK, S.; ALTAMIRANO, Y.B. **Campaign:** English for the military (Student's Book 1). Oxford: Macmillan, 2004.

DOMÍNIOS REFERENCIAIS NA TECNOLOGIA DOS INSTRUMENTOS LINGUÍSTICOS DIGITAIS

Luiz Francisco Dias
(UFMG)

Introdução

Estudamos a constituição de textos livres na web, especificamente a Wikipédia e o Dicionário InFormal, ambos abertos à participação dos usuários na elaboração de verbetes. Discutimos o caráter tecnológico da enciclopédia e do dicionário digitais, os quais serão abordados como instrumentos linguísticos.

Analisamos tanto as normas e instruções de participação do usuário na elaboração e envio de verbetes, quanto aspectos da enunciação desses verbetes, naquilo que se apresentam como construção de sentidos e compartilhamento de saberes enciclopédicos e lexicográficos.

Sustentamos nossa abordagem no conceito de tecnologia que formulamos com fundamento em Pascal (2000). A perspectiva de tecnologia intelectual desenvolvida por ele adquire um viés de tecnologia social no nosso estudo. Acreditamos que a análise dos domínios referenciais, que sustentam a enunciação dos instrumentos linguísticos na web, revelam os traços da tecnologia que determina o modo específico de existência desses novos instrumentos na ordem do espaço digital.

Para isso, vamos inicialmente apresentar três conceitos de tecnologia intelectual. A seguir, apresentaremos os fundamentos do conceito de tecnologia utilizado no nosso estudo, que será exemplificado por duas tecnologias no campo dos domínios territoriais e das práticas religiosas cristãs. A seguir, passaremos à análise da tecnologia e dos domínios referenciais que especificam os dois instrumentos linguísticos, seguida das reflexões conclusivas sobre a especificidade deles na contemporaneidade.

1. Tecnologia intelectual: três abordagens

O conceito de tecnologia intelectual ganhou impulso através do antropólogo Jack Goody, na década de 1970, quando divulgou o resultado de suas pesquisas sobre o papel da escrita em sociedades antigas. A sua tese básica propunha que o advento da escrita permitiu a criação de listas, e elas marcaram os primeiros usos da escrita. A criação de listas, seja de itens, seja de tarefas, foi essencial na organização complexa do Estado como também na definição de esquemas classificatórios mais consistentes. Ela facilitou a constituição de meios de organizar a informação, incrementando novos modos de pensar e de desenvolver atividades cognitivas, e teria sido um instrumento privilegiado de gestão dos grandes estados da Mesopotâmia e do Egito antigo. Dessa forma, ela teria proporcionado eficiência no monitoramento de bens e de pessoas, facilitando tarefas de contar, delimitar terrenos, determinar direitos, estabelecer impostos, e assim por diante. A técnica da distribuição espacial da informação, ainda segundo Goody (1979), ganhou um forte incremento com a escrita, constituindo numa tecnologia intelectual decisiva, pois a constituição de listas possibilitou operações de armazenamento de informação, bem como reagrupamento, classificação, contabilização e comparação de objetos listados. Estaria se efetivando nessa distribuição espacial da informação uma “inteligência de gerenciamento”.

Com base em Goody, Auroux (1992) desenvolveu a concepção segundo a qual a elaboração de gramáticas constituiu-se numa tecnologia importante, possibilitada pelo advento da escrita, particularmente pela possibilidade da distribuição espacial da informação. Tendo em vista esse modo de distribuição, situar unidades da fala em lista permitiu um olhar metalinguístico sobre elas, no sentido de se estabelecer um método de classificação e assim vislumbrar a lógica do seu encadeamento.

Para Levy (1990), por sua vez, a tecnologia intelectual está centrada no desenvolvimento de uma rede heterogênea de interfaces, ligadas por uma dinâmica hipertextual em constante evolução. Essa hipertextualidade seria a caracterização geral de uma dinâmica da conexão entre extratos de informações, dados,

concepções, etc. Em suma, a tecnologia intelectual é abordada como uma “engenharia do conhecimento”.

Alguns anos depois, Pascal (2000) defendeu a tese segundo a qual o elemento central numa concepção de tecnologia intelectual seria a “conversão das dimensões”, a qual seria alcançada pelas tecnologias intelectuais através de um dispositivo que regula a estruturação de espaços e tempos próprios, em função de um incremento de eficácia. No entender de Pascal, um exemplo dessa conversão de dimensões seria o livro. Ele combina materiais (papel e tinta – e couro, eventualmente) com representação (texto ou imagem), e gradualmente foi sendo estruturado por cortes tipográficos (parágrafos), advindo a numeração (de páginas ou de parágrafos), a introdução de títulos e subtítulos, a constituição complexa da autoria e da figura do editor, a divisão em capítulos, o estabelecimento de notas, bibliografia e índices. Este conjunto de reguladores – ferramentas na ferramenta – proporcionou uma manipulação mais simples e mais produtiva do livro, que, dessa maneira, passa a comportar (daí o termo conversão) um complexo de dimensões, proporcionando, por exemplo, múltiplas “entradas”. Ele conclui afirmando que uma tecnologia intelectual não permite somente gerir um estado dado e passado de objetos enumeráveis, mas também antecipar novos estados, novos quadros situacionais, ou mesmo inventar uma complexidade no jogo das dimensões. A tecnologia intelectual não permite somente o surgimento e a definição de objetos, como também de projetos.

Como vimos, mesmo que sucintamente, a tecnologia intelectual é concebida a partir dos referenciais, seja de uma razão gráfica, seja de uma dinâmica do conhecimento, seja da dimensionalidade de tempo e espaço.

Vamos tentar agora desenvolver uma perspectiva na qual possamos abordar a tecnologia como tecnologia social. Ao mesmo tempo, não queremos perder de vista a formulação que os autores que acabei de citar deram para a tecnologia intelectual, principalmente a de Pascal, que tem como referencial a dimensionalidade do tempo e do espaço.

Além disso, vamos nos aproximando do lugar teórico em que trabalhamos, que é a semântica, lugar em que podemos transitar com relativo conforto por um tema tão instigante e desafiador, que é o da tecnologia social.

2. Tecnologia, técnica e instrumentos tecnológicos

É muito comum expressarmos admiração por um novo aparelho de celular ou modelo de carro, utilizando a expressão “nova tecnologia”, mas há pouca clareza quanto aos seus contornos referenciais: trata-se da técnica ou da aparelhagem que sustenta o objeto? Mesmo que estejamos nos referindo à técnica, estamos recorrentemente associando-a a uma instrumentação. Precisamos então formular uma diferenciação que nos parece decisiva. Trata-se da distinção entre *tecnologia*, *técnica* e *instrumentos tecnológicos*.

A tecnologia se sustenta em dois conceitos basilares: a mobilidade e a agregação. O conceito de *mobilidade* é determinado pelo referencial da ultrapassagem, da transposição de limites e limitações. Estão presentes aqui os traços básicos do conceito de tecnologia intelectual formulado por Pascal (2000), fundamentado na busca de novos arranjos dimensionais no tempo e do espaço. Portanto, o conceito de mobilidade situa a tecnologia na exploração de dimensões, na prospecção de novas concepções, na abertura de novas possibilidades de olhar a relação entre objetos e situações. Por sua vez, a *agregação* é determinada pelo caráter social e histórico da tecnologia. Apesar de envolver um exercício intelectual, a tecnologia é dependente de uma comunidade de admissão das prospecções de mobilidade. A alcançabilidade das transposições é de ordem histórica, e necessita de assento social. A tecnologia tem um fundamento agregativo. Ela é, portanto, constitutivamente persuasiva. Daí falarmos em tecnologia social.

A técnica, por seu lado, tem relação com as configurações de alcance da mobilidade tecnológica. Ela é constituída por padrões, modelos, esquemas, cuja recorrência baliza, dimensiona e ao mesmo tempo produz as condições de visibilidade da mobilidade. Os instrumentos tecnológicos, finalmente, explicitam a eficácia da mobilidade. Tornam-se objetos de valor social, instrumentos de ordem política. Na nossa concepção, a tecnologia é concebida enquanto fundamento das técnicas, isto é, ela se constitui na dimensão daquilo que motiva a existência das técnicas. Os instrumentos tecnológicos, por sua vez, se constituem como aquilo que as técnicas permitem projetar como prática de otimização.

Vamos tentar elucidar um pouco mais esses conceitos, refletindo brevemente sobre a tecnologia nos domínios territoriais e nas práticas religiosas cristãs.

Nas guerras do mundo antigo, um dos instrumentos tecnológicos que adquiriram relevância histórica foi a *catapulta*. A tecnologia é parte integrante das guerras de domínio territorial, e ela possibilitou a criação desse instrumento tecnológico, que representou um avanço nas conquistas territoriais. Um dos fundamentos da guerra está no avanço de domínios. Isto é, a guerra de conquista se sustenta, do ponto de vista semântico, na pertinência do acionamento do outro. A tecnologia básica da guerra é a agregação de forças coletivas no sentido de uma mobilidade no alcance da mudança de domínio. A técnica consiste numa organização eficiente desse alcance. Diferente das armas de arco e flecha, o instrumento catapulta produziu uma antecipação eficiente de combate no domínio do inimigo antes mesmo da chegada do guerreiro, através da sua capacidade de destruir barreiras à distância, redimensionando o tempo e o espaço da investida na direção ao outro lado.

No âmbito das religiões, desde a existência do Cristianismo, a ressurreição adquire destaque. Um dos grandes potenciais da longevidade do discurso cristão está justamente no fato de que Deus se encarnou em homem, produziu a ressurreição de Lázaro e ele próprio ressurgiu dos mortos, demonstrando que qualquer homem pode ser beneficiado do mesmo feito, desde que cumpra as suas leis. Essa mobilidade era inconcebível no mundo pagão, dada a natureza dos deuses do mundo antigo. Ao produzir um lugar de agregação entre Deus e os homens, e com isso conceber uma mobilidade para depois da morte corporal, em direção à vida eterna, a ressurreição tornou-se uma tecnologia de grandeza incomensurável. Com a ressurreição, não se nega que haverá uma morte, mas projeta-se uma nova dimensão temporal e espacial, através de uma mobilidade não corporal, em que a vida adquiriria outro patamar de existência.

A técnica da ultrapassagem, na mudança do corpo para a alma, a configuração imagética dos lugares de céu, inferno e purgatório constituem-se em ancoradouros conceituais da tecnologia da ressurreição. Se, na tecnologia da guerra, a catapulta, na condição de instrumento do avanço, torna-se obsoleta, na tecnologia

da ressurreição, não há instrumentos tecnológicos associados às técnicas, favorecendo ainda mais a longevidade da tecnologia. Mesmo os não católicos atualmente são afetados por ela, quando se busca uma consolação para uma perda de vida, vislumbrando, mesmo que remotamente, alguma forma de mobilidade, que ultrapasse o caráter estático e assustador da morte. A ressurreição tem projeção de futuro, tendo em vista que projeta rompimento de limites, projeta o homem para um depois, mesmo que se assente na fé.

3. Fundamentos tecnológicos da Wikipédia e do Dicionário InFormal

Com base nessa concepção de tecnologia, que é constitutivamente social, dado o conceito de agregação que o sustenta, vou me concentrar a partir de agora em dois instrumentos linguísticos, concebidos como instrumentos tecnológicos, abordando aspectos da tecnologia que os sustenta. Estamos nos referindo a uma enciclopédia e a um dicionário, ambos disponíveis na internet: *Wikipédia* (www.wikipedia.org) e *Dicionário InFormal* (www.dicionarioinformal.com.br). O conceito de “instrumento linguístico” foi desenvolvido por Auroux (1992; 1998). Trata-se da conformação de um saber sobre os nomes, constituindo as enciclopédias e dicionários, e sobre a estruturação das línguas, constituindo as gramáticas, em forma de instrumentos regulares de uso.

3.1. Wikipédia

A Wikipédia, criada em 2001, surgiu na web não só como uma enciclopédia de acesso gratuito, mas também como uma obra aberta à criação e edição de novos verbetes pelos usuários. Ela está “disponível em mais de 270 línguas, e dispõe de mais de 100 mil colaboradores voluntários em todo o mundo” (NUNES, 2011). Está entre os 10 sites mais acessados do mundo, com mais de 400 milhões de visitantes por mês. Em dados do 1º semestre de 2015, a Wikipédia, se impressa, teria 7.473 volumes de 700 páginas cada.

Ao acessar a página eletrônica da Wikipédia em língua portuguesa, encontramos a seguinte saudação: “Bem-vindo(a) à Wikipédia, a enciclopédia livre

que todos podem editar”. Vamos abordar o funcionamento enunciativo do slogan “a enciclopédia livre que todos podem editar” em dois aspectos, observando os traços da tecnologia que sustenta o instrumento linguístico.

No que se refere ao primeiro aspecto, afirmar a liberdade de uma enciclopédia é temporalizar as enciclopédias tradicionais numa posição histórica do “outro lado” (não livres), concebendo uma modernidade no espaço enunciativo das enciclopédias onde estaria a Wikipédia, e onde não estariam as convencionais. Essas nasceram no domínio da edição impressa, e o seu uso dependia de uma aquisição das obras em valores comerciais, mas isso não era concebido como fator de limitação de liberdade. Portanto, não havia uma cisão nesse espaço enunciativo, e é justamente por essa cisão que as enciclopédias convencionais são concebidas como “não livres”. Assim, a ideia dos lados onde se aloca um objeto no tempo não é cronológica, pois a concepção de “não-liberdade” veio da criação da Wikipédia no início dos anos 2000 na direção do passado. Afirmer o caráter livre de uma enciclopédia constitui um índice de acontecimento enunciativo, na medida em que a pertinência da memória de enciclopédia é tematizada e captada na construção nominal “enciclopédia livre” sob a forma de uma distinção. Em outros termos, afirmar o traço livre desse instrumento é uma forma de distingui-lo dos convencionais, associados à memória de “enciclopédia” (sem o determinante “livre”).

O outro aspecto está relacionado à segunda perspectivação que se instala no slogan como acréscimo ao determinante “livre”: “que todos podem editar”. Essa sentença com valor de adjetivo afirma outro traço de distinção em relação às enciclopédias convencionais, que é a liberdade de edição por parte do leitor. O acontecimento enunciativo que se constitui com esse slogan também projeta a cisão entre a Wikipédia e as enciclopédias convencionais, que se mostram fechadas para a edição do leitor. A cisão abertura/fechamento se coloca numa dimensão em que a inovação tecnológica da Wikipédia produz as condições para a técnica da intervenção dos leitores na constituição do corpo enciclopédico. Isso fez com que produzíssemos um olhar “motivado” pela Wikipédia para espaço de produção de enciclopédias anterior a ela, concebendo as enciclopédias convencionais como “fechadas”. No acontecimento enunciativo do slogan, os traços de memória do

núcleo “enciclopédia” comparecem na atualidade do enunciar tendo em vista a formulação do encaixe de dependência “que todos podem editar” como articulação na construção nominal, produzindo um passado pela afirmação de uma dimensão de contemporaneidade para a Wikipédia. Cria-se assim um lugar tecnológico para ela, tendo em vista essa nova dimensão, nascida da ruptura, a partir da cisão.

A abertura para a edição é reforçada em uma das páginas nos domínios digitais da Wikipédia:

Wiki é uma coleção de muitas páginas interligadas e cada uma delas pode ser visitada e *editada* por qualquer pessoa. O que torna bastante prático, a reedição e futuras visitas. *Você* pode editar esta página, clicando no separador no início da página (ou no link do fim da página, dependendo do modelo que estiver usando). É isso aí...

Por exemplo, esta frase que agora está a ler foi acrescentada por alguém que a editou. Wiki é hoje em dia a forma mais democrática e simples de qualquer pessoa, mesmo sem conhecimentos técnicos, contribuir para os conteúdos de uma página Web.

(http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikipédia:O_que_é_um_wiki)

Nesta mensagem aos usuários, a sugestão de abertura é enfatizada por termos como “qualquer pessoa”, “todos”, “qualquer um”, “alguém”. Efetivamente, a abertura à edição apresenta esse alcance? A página eletrônica *Desciclopédia: a enciclopédia livre de conteúdo* ironiza a Wikipédia quanto ao alcance dessa abertura. Lá encontramos o seguinte, sobre “qualquer um”:

Qualquer um é a base da criação da humanidade. Todos viemos de qualquer um e vamos para qualquer um quando morremos. Todos são qualquer um, menos eu, Chuck Norris, você e ninguém.

(http://desciclopedia.org/wiki/Qualquer_um)

Certamente, a abertura para a edição não se sustenta sem contornos. Há injunções à entrada do leitor na categoria de wikipedista, isto é, aquele que edita verbetes no Wikipédia. Além da injunção ao domínio da sintaxe wiki, os wikipedistas são submetidos a uma hierarquia, pois há vários tipos de usuário sustentados por *status* específicos no âmbito dos direitos à intervenção no texto enciclopédico. Elaboramos um resumo dessa hierarquia em Dias (2011, p. 278):

os *anônimos* são “usuários que editam sem estarem registrados”, e “não podem usufruir do direito ao voto nas decisões da comunidade”. Aos *reversores*, possibilita-se “reverter edições rapidamente”. Já os *reversores globais* são “usuários dignos de confiança e que lhes dá a possibilidade de efetuar reversões velozes de vandalismo ou de spam em todos os projetos da Wikimedia”. Seguem-se os *eliminadores*, que são “wikipedistas que tem as funções de eliminação e restauração de artigos/páginas”. Função muito importante é aquela desempenhada pelo *administrador*, que é um “membro da comunidade conhecido e digno de confiança”.

Esses são alguns dos tipos de usuário descritos nas páginas técnicas da Wikipédia. As construções nominais que comportam as funções dos usuários da Wikipédia revelam os diversos recortes na relação entre o traço de memória básico de *usuário*, isto é, aquele que usa, e os vieses de atualidade que se instalam na enunciação: “não registrados”, “com permissão”, “dignos de confiança”, “com funções de eliminação e restauração”, “membro da comunidade conhecido”. Nesses vieses de atualidade incidem os determinantes de uma hierarquia no âmbito da composição propriamente dita da Wikipédia.

Dessa maneira, o mundo dos wikis se constitui no próprio exercício de liberdade. Como todo exercício, ele enfrenta a injunção ao modo de execução. A verdadeira liberdade não seria aquela que existiria livre do seu exercício? Sem exercício, não há materialidade da liberdade, e, no âmbito dessa materialidade, constituem-se as hierarquias e o controle da edição. É nesse lugar que se constituem as técnicas determinadas pela nova tecnologia.

Essa “produção” enunciativa de um passado pela cisão entre “livre” e “não livre” é determinante para se compreender a relação entre tecnologia, sociedade e linguagem. Nessa concepção, uma nova tecnologia explora as virtualidades daquilo que se pode localizar, balizar, aproximar, afastar. Como vimos, a tecnologia está sempre apontando para um deslocamento, em mobilidade, para algo que está aí, mas que pode estar em outro lugar, em outro modo. Ela avança ao nos fazer conceber aquilo que nós sentimos ser o mais adequado possível. E hoje estamos tão acomodados com a Wikipédia que, em geral, não vislumbramos algo mais adequado do que ela para agregar informações em formato enciclopédico. Esse é o efeito da inserção agregativa da tecnologia na dimensão da contemporaneidade.

3.2. Dicionário InFormal

O Dicionário InFormal abriga atualmente cerca de 466.000 entradas. Como diariamente são criadas novas entradas, esse número apresenta variações positivas de forma constante. Na página de entrada do Dicionário, encontramos a seguinte saudação: “O **dicionário** de português gratuito para internet, onde as palavras são definidas pelos usuários. Uma iniciativa de documentar on-line a evolução do português. Não deixe as palavras passarem em branco, participe definindo o seu português!”.

Na relação com a saudação ao usuário da Wikipédia, no Dicionário InFormal, o adjetivo “gratuito” ocupa uma posição paralela a “livre”. Nesse aspecto, “gratuito” produz uma especificação do traço de “libertação” do mercado editorial, o qual também pode ser captado no slogan da Wikipédia, em relação a livre, como vimos acima. Esse é o primeiro índice de pertinência enunciativa na mobilidade que fundamenta essa tecnologia.

O segundo encontra-se na conclamação ao usuário para definir “o seu português”. Temos aqui marcas específicas da cisão que caracteriza a mobilidade dessa tecnologia. Nos dicionários convencionais, nascidos em geral sob a ordem de uma autoria consagrada (Aurélio, Houaiss, Caldas Aulete), as definições não são associadas ao usuário, mas à língua, embora se explicita, em certos casos, as circunscrições regionais ou sociais de um vocábulo. No Dicionário InFormal, ao contrário, não há uma ancoragem no saber do dicionarista e de seu grupo, consagrado socialmente, e nem numa metodologia calcada na lexicografia acadêmica. Nessa direção, o dicionário InFormal funciona de alguma forma como um agrupamento ordenado das definições dos usuários. Nos dicionários convencionais, a língua portuguesa estava “subjacente” ao alcance do saber do dicionarista; ao passo que, no Dicionário InFormal, ela é posta em cena na dispersão da autoria dos verbetes, tendo em vista a heterogeneidade das formulações de definição que as palavras recebem. O quadro a seguir apresenta o convite ao usuário para se apresentar como autor de verbebo:



Quadro 1. Apelo do Dicionário InFormal para o exercício da autoria.

A entrada no espaço de produção de definição, indicado no quadro reproduzido acima, conduz o leitor aos espaços da formulação da definição, com uma solicitação de objetividade, e da exemplificação. Leva também à indicação do nome/apelido, bem como da cidade e do estado em que mora. Por fim, somente após a validação de um e-mail apresentado pelo usuário, ele conseguirá enviar o verbete produzido, após a leitura do seguinte aviso: “a definição pode ser editada e se tornará propriedade do Dicionário inFormal”.

Na medida em que é recebido nos espaços digitais classificatórios, segundo a ordem alfabética, a definição pode se constituir como unitária, em caso de inserção de uma nova palavra, ou se situar em relação de “concorrência” com outras definições, caso seja direcionada para um vocábulo já existente. Nesse caso, a posição em que ela estará na hierarquia das definições numeradas de uma mesma palavra dependerá de um índice de avaliação dos leitores. Vejamos abaixo três definições de verbetes do Dicionário InFormal, nos quais aparecem os índices de avaliação (“curtidas”) dos leitores.

Significados de Sofrência :

1. Sofrência 👍 753 sobe, 84 desce 🗨️

Por **Jessé** (MG) em 05-10-2010



Mistura de sofrimento + carência = SOFRÊNCIA.
 Ato de sofrer por amor ou pura dor de cotovelo.
 Sofrer continuamente...

*Poxa, hoje estou numa sofrência...
 Já não aguento mais todo dia essa sofrência...*

Compartilhar **Incorporar** 📌 enviar nova definição 🖼️ enviar nova imagem 🚩 denunciar abuso

Quadro 2. Uma das definições de “sofrência” no Dicionário InFormal, acessada em 16/10/2015.



Na definição de “sofrência” do quadro 2, classificada e posicionada em primeiro lugar no quadro de definições, temos uma palavra que ainda não pode ser encontrada nos dicionários convencionais. Essa posição privilegiada se deve à franca preponderância da avaliação positiva (índice 575, acima à direita), em relação à avaliação negativa (“84 desce”). Já no quadro seguinte, temos algo diferente:

6. Tsunami  5 sobe, 13 desce 

Por **Foley** (RJ) em 01-11-2010

Aquele que pega muita mulher.

*O cara foi para Salvador no Carnaval e pegou 77 mulheres. Um verdadeiro **Tsunami!***

10. Tsunami  7 sobe, 27 desce 

Por **aparecido raimundo de souza** (ES) em 15-03-2011

Mulher cheia de onda, devastadora, indomável, aberração da natureza em relação a sexo,

*“...A mulher, na cama, era impossível de ser controlada, parecia uma **tsunami** que entrava corpo adentro e devastava por onde fosse passando. Foi assim em relação a mim. Me devastou, me desconstruiu, me pos a pique, destruindo a minha base forte e me nocalteando...”.*

in “Coração selvagem” de Izidoro Nascimento - Romance de contos ficcionais página 64 e 66 Editora Livro Novo São Paulo 1ª edição março de 2010.



Quadro 3. Duas das definições de “tsunami” no Dicionário InFormal, acessadas em 16/10/2015.

Essas duas definições se situam em posições inferiores numa relação decrescente, tendo em vista que não são favorecidas pelos indicadores de recepção na cor amarela, no alto à direita do espaço da definição.

Já no quadro 4, a seguir, a apresentação de uma palavra de uso mais amplo demonstra o alto índice de posicionamentos dos leitores, com larga aceitação da primeira posicionada e um equilíbrio na relativamente baixa aceitação da definição situada em oitavo lugar.

Em que sentido esse espaço tecnológico do dizer público e instrutivo do dicionário informal descentra lugares de autoria? Assim como na wikipedia, esse instrumento linguístico não apresenta os referenciais básicos da autoria nos dicionários convencionais, relativos à edição e aos aparatos da impressão. Esse descolamento de uma temporalidade editorial, de um volume, das páginas, de um lugar na estante, é algo de uma nova mentalidade, isto é, da nova visão de espaço, em que o limite se constitui com novos referenciais, particularmente o referencial



das reações do usuário, das curtidas, das indignações e das aprovações seletivas e dispersas.


1. Democracia  1097 sobe, 213 desce 

Por [Adelson Mendes de Assis](#) (SP) em 06-01-2008

S.f.(a)
1-Forma de governo em que o povo elege livremente seus representantes e exerce a soberania do Estado mediante um sistema partidário pluralista, com liberdade de imprensa, de manifestação, de associação e de organização política e respeito aos direitos civis e individuais do cidadão.
2- Estado que adota essa forma de governo.

*"Democracia é oportunizar a todos o mesmo ponto de partida.Quanto ao ponto de chegada depende de cada um.
(Fernando Sabino)
O Brasil é uma **democracia**.*

Compartilhar [Incorporar](#)  enviar nova definição  enviar nova imagem  denunciar abuso

8. Democracia  55 sobe, 53 desce 

Por [Nelson Francisco](#) (SP) em 04-10-2010

Modelo político adotado por uma etnia ao qual concede liberdade da palavra e comportamento de igual direito para todos.

A eleição é verdadeiramente uma festa de uma nação e preserva os direitos de todos, assim como a oportunidade de escolher os seus governantes, onde UM PALHAÇO SE INSCREVE E MILHÕES DE IDIÓTAS ESCOLHEM ELE .

Quadro 4. Duas das definições de “democracia”. Dicionário InFormal. Acesso em 16/10/2015.

O caráter tecnológico do novo dicionário está na agregação do disperso em outra dimensão de autoria, constituída em comunidades, longe dos referenciais da erudição. As técnicas que sustentam essa tecnologia envolvem a facilidade de trânsito de respostas a uma definição, de forma a classificá-la e lhe proporcionar visibilidade no espaço comunitário e gratuito. Assim se produzem os meios da mobilidade característica dessa tecnologia. Trata-se da mobilidade própria de uma contemporaneidade que se edita em tempo quase real, cujas vozes sobre o significado se balizam pela recepção.

Considerações finais

A constituição dos instrumentos linguísticos, na condição de instrumentos tecnológicos, é avaliada pela pertinência nos referenciais. Há uma sintaxe e um hierarquia wiki que balizam a entrada na “liberdade” da escrita, bem como os gestos de autoria. Quanto ao dicionário, há lugares de recepção interna do usuário, através

das curtidas, constituídos como parâmetro que aproxima ou afasta os gestos de autoria.

Vimos que a mobilidade que marca essa tecnologia nos dois instrumentos linguísticos se assenta em um deslocamento do exercício do dizer enciclopédico e do dizer lexicográfico, em sentido amplo, saindo dos espaços controlados por uma ordem comercial, e chegando aos espaços cujos controles se dizem livres dessa ordem, das formas marcadas, mas que, no exercício da autoria, encontram os controles inerentes ao próprio exercício da escrita, seja pelos marcos da hierarquização na comunidade editora, seja pelos marcos da recepção dos próprios usuários.

Dissemos que o conceito de tecnologia se ancora na relação entre agregação e mobilidade. Nos dois instrumentos linguísticos que acabamos de analisar, a tecnologia que os sustenta comporta uma agregabilidade em torno da tarefa de criação coletiva e consumo ampliado e sem custos da enciclopédia e do dicionário, corroborado pelo gigantismo dos números. O rompimento do regime de autoria, da edição centrada, da comercialização constituem lugares de mobilidade para novas práticas na relação com a escrita, com uma discursividade que pouco distingue produtor de entrada de verbetes e leitor. Nessa tecnologia, há, portanto, novos movimentos nos espaços de enunciação do conhecimento enciclopédico e do conhecimento sobre a significação na língua. Produz-se assim uma inquietude constitutiva na raiz dessa tecnologia, tocando na característica do político nos dias atuais: as enunciações de inclusão e de exclusão estão em constante submissão aos espaços digitais do partilhar e do repartir (BALDI, 2013).

Por fim, podemos afirmar que há um efeito de positividade na tecnologia que sustenta os dois instrumentos linguísticos que analisamos, no sentido de que ela constitui lugares de futuro. A tecnologia é argumentativa por excelência.

Referências

- AUROUX, S. **La raison, le langage et les normes**. Paris: PUF, 1998.
- _____. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.

- BALDI, V. Velocidade *on air*: o tempo da ubiquidade e a fábula da horizontalidade. **Revista de Comunicação e Linguagens**, Lisboa, v. 45, 2013.
- DIAS, L.F. Os sentidos da liberdade no mundo *wiki*. Em: SCHONS, C.R; CAZARIN, E.A. (Orgs.). **Língua, escola e mídia**: entrelaçando teorias, conceitos e metodologias. Passo Fundo: Ed. da UPF, 2011. p. 273-287.
- GOODY, J. **La raison graphique**. Paris: Minuit, 1979.
- LEVY, P. **Les technologies de l'intelligence**. Paris: La Découverte, 1990.
- NUNES, E.C. Livre e colaborativa, Wikipédia comemora seus dez anos. **Portal Terra** [Internet], 2011. Disponível em: <http://tecnologia.terra.com.br/noticias/0,,OI4890488-EI12884,00-Livre+e+colaborativa+Wikipedia+comemora+seus+dez+anos.html>. Acesso em 18 de março de 2011.
- PASCAL, R. Qu'est-ce qu'une technologie intellectuelle? **Communication et langages**, Paris, n. 123, p. 97-114, 2000.

O CORPO NO DISCURSO DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA: A LÓGICA DO *PLUG AND PLAY*³

Paula Chiaretti
(Univás)

*Somos criaturas brutas, apenas semi-acabadas
quando nos falta alguém mais sábio, melhor do que
nós mesmos, para ajudar-nos no aperfeiçoamento da
própria natureza, débil e falha.*

Personagem Victor Frankenstein, de Mary Shelly, em
Frankenstein

Esse trabalho integra a pesquisa que venho desenvolvendo com objetivo de compreender as práticas atuais de subjetivação a partir do nó entre corpo, sentido, discurso e sujeito. Esse nó justifica a eleição dos materiais aqui presentes e os recortes de análise que possibilitam compreender modos como essas práticas são significadas na atualidade. Essa relação (corpo-sentido-sujeito), por sua vez, se justifica, pelo corpo teórico, a Análise de Discurso, que é convocado para compreensão acerca da constituição de sentidos nos recortes analisados.

Corpo e discurso

Articular corpo e discurso permite uma nova compreensão sobre o corpo e seus processos de significação. Segundo Orlandi (2016), enquanto objeto empírico, o corpo é carne. No entanto, como materialidade que produz sentidos, o corpo não é transparente. O modo como ele se constitui a partir da interpelação ideológica produz um corpo significado. Nessa direção, pode ser considerada ainda a proposta

³ Trabalho apresentado no Simpósio “Diversidade e diferença em suas múltiplas manifestações: sujeito, corpo, linguagem”, coordenado por Juliana Santana Cavallari (Univás).

de Leonel (2010, p. 1), segundo a qual se compreende “a passagem da carne ao corpo como efeito do discurso”.

Compreender como o corpo é significado a partir de diferentes espaços permite uma aproximação à relação sujeito/corpo/linguagem/sociedade. Considerar o corpo dessa forma permite ainda compreender

como, em sua materialidade, os sujeitos textualizam seu corpo pela maneira mesma como estão nele significados, e se deslocam na sociedade e na história: corpos segregados, corpos legítimos, corpos tatuados. Corpos integrados. Corpos fora do lugar. O comum, o normatizado, o hegemônico. (ORLANDI, 2016, p. 87)

O corpo significado, entendido aqui como uma *formulação*, como uma tentativa de construção que produza um efeito de homogeneidade – efeito de texto (corpo) homogêneo (CARROZZA; LAMBERT, 2016, p. 1059) –, pode então ser aproximado do discurso. Essa aproximação permite pensar o corpo não mais como um elemento empírico ou abstrato, mas como materialidade específica. Desta maneira, a proposta é passar da compreensão do corpo como “biológico, natural, segmentável, controlável e transparente” (HASHIGUTI, 2007, p. 2), para um lugar de opacidade. Ainda de acordo com Hashiguti (2007), o corpo está sujeito a gestos de interpretação, que o descrevem e o qualificam. Assim, diferentes espaços e práticas simbólicas produzem diferentes “corpos”. O corpo deve ser entendido, portanto, nessa relação com aquilo (conhecimentos, técnicas, instrumentos etc.) que o circunscreve, o descreve e o interpreta. Entende-se, a partir da perspectiva teórica da Análise de Discurso, que o conhecimento sobre o corpo é produzido a partir de distintas práticas discursivas, as quais, por vezes, concorrem umas com as outras. É nessas práticas discursivas que os sentidos do corpo são constituídos. A partir daí, os diferentes conhecimentos sobre o corpo administram e modelam como é e deve ser um corpo em um determinado momento histórico. Isso significa que essas práticas constituem os sentidos tanto a respeito do funcionamento quanto da estrutura dos corpos.

Vale apontar aqui que minha pesquisa é também resultado de um percurso. Durante a iniciação científica no Departamento de Psicologia da Universidade de São Paulo, eu desenvolvía uma pesquisa em Percepção Visual do Espaço. Nessa pesquisa empírica, os participantes eram orientados a observar um alvo a 5, 10 ou

15 metros de distância, vendar os olhos e caminhar até a metade do percurso, ou, ainda, indicar a metade da distância entre eles mesmos e o alvo por meio de uma ponteira que se movimentava do observador em direção ao alvo. Um dos resultados obtidos pelo estudo demonstrava que, de modo geral, subestima-se a extensão/tamanho do espaço. Os motivos apontados para essa subestimação variavam entre explicações etológicas e comportamentais: o homem, que na floresta poderia cair em um abismo caso andasse mais do que deveria, por exemplo, era um dos modelos explicativos para esse “erro”. O que me faz retomar esse estudo é justamente o “padrão” de erros que os observadores produziam no experimento, padrão esse demonstrado por um tratamento estatístico que permite generalizar o erro a todo e qualquer homem. Daí que “errar é humano” não é só um provérbio, mas algo demonstrado cientificamente.

Esse não era o foco do trabalho, e a descoberta, em certa medida colateral, de um padrão de erros serviria como base de estudos (ligados à Psicologia Experimental) às aplicações em tecnologias 3D, por exemplo, que, em suas programações, poderiam “corrigir” a “falha perceptiva”, permitindo o adequado funcionamento dos *softwares* e provendo a possibilidade de uma experiência de imersão em um espaço virtual (3D).

Aqui se encontra o ponto nodal de certo discurso científico que pretendo retomar nesse trabalho: a ciência e a tecnologia seriam capazes de corrigir falhas, antecipar erros. Ao mesmo tempo e paradoxalmente, no que concerne à ciência, esta só se qualificaria por ser um conhecimento falível e refutável; no caso da tecnologia, estar sempre em vias de ser superada levando os avanços anteriores à obsolescência.

Efeitos de sentido de “soluções”

Orlandi (2013, p. 7), retomando Dias (2011), aponta para o fato de que o trabalho ideológico da tecnologia, “como instância científica”, é o de “dar todas as soluções”. Nesse sentido, o objetivo desse trabalho é buscar compreender como os sentidos sobre o corpo, suas limitações e potencialidades se constituem e são

formulados pelo discurso científico que, aliado ao discurso da tecnologia, propõe uma “correção” dessas “falhas”.

Nesse campo, a “correção” seria “tecnológica” na medida em que oferece ao corpo algo que no “início” não estava lá, que somente veio a estar por meio de uma ação que modifica a natureza do ser vivo. “Tecnológica”, ainda, porque, pela via da tecnologia, o processo de modificação do corpo seria mais rápido que aquele previsto pela via da morfologia (campo da Biologia que se refere à formação e à estrutura dos corpos dos seres vivos), que prevê modificações ao longo da história da evolução das espécies. De modo geral, as modificações, sejam elas programadas ou naturais, visam ao aperfeiçoamento do corpo, um melhoramento que o torne mais apto, ou ainda, mais do que bom.

Essa possibilidade de “aperfeiçoamento” do corpo físico aparece na obra de Freud (2011 [1930]), em *o Mal-estar na Civilização*, na figura do *deus protético*, que encerra a possibilidade de que o homem, por meio de uma série de próteses, possa se tornar um *deus*, corporificando os ideais de onipotência e onisciência antes atribuídos exclusivamente aos seres superiores. Para exemplificar essa possibilidade, Freud retoma inovações tecnológicas como a construção de trens, por exemplo, que nos levam mais longe e mais rápido do que antes fora imaginado. Esse tipo de avanço tecnológico, no entanto, e ainda de acordo com o autor, produz uma série de novas “necessidades”, como aquela de conversar com o seu filho levado para longe pelo trem. Novas necessidades que, por sua vez, orientariam os novos avanços, como aquele da invenção do telefone que permite conversar com parentes distantes.

A partir de Lacan (1992), poderia ser acrescentado que essas *próteses* podem ser lidas como *gadgets*, ou *latusas*: fabricações da ciência, pequenos objetos (próximos a objetos de *consumo*) que possibilitam ao homem estabelecer uma relação radicalmente nova com o mundo. Como exemplo, poderiam ser tomadas as colocações do americano David Eagleman (2015). Segundo esse neurocientista, “*nossos cérebros não evoluíram*” para entender o mundo em sua completude,

[...] não estamos vendo todas as ondas que existem. Na verdade o que vemos é menos de 10 trilionésimos de todas que existem. Temos as ondas de rádio e micro-ondas, raios X e raios gama que atravessam seu corpo agora e você está completamente

inconsciente disto, porque você não nasceu com os receptores biológicos adequados para capturá-los.

Tudo depende disso: receptores “adequados” que faltariam ao homem. O pesquisador retoma então a lógica do *plug and play*. De acordo com essa lógica, basta “plugar” um dispositivo cujos “cabos” se ligam ao cérebro, que, por sua vez, estabelece padrões de comportamento das informações que “vêm de fora” por meio da apensa desse novo dispositivo. Como afirma o neurocientista:

[...] há aproximadamente 15 anos, muitos cientistas pensavam que estas tecnologias não funcionariam. Por quê? Porque estas tecnologias falam a língua do Vale do Silício, e este não é o mesmo dialeto dos nossos órgãos sensoriais naturais. Mas o fato é que funciona; o cérebro descobre como usar os sinais muito bem.

Essa lógica é importada do campo da informática e se refere à possibilidade de um computador reconhecer e configurar (sem a necessidade de uma configuração manual) qualquer dispositivo que seja conectado (plugado) a ele. A partir da aplicação dessa lógica ao cérebro, os limites homem e máquina se tornariam indistintos. Essa indistinção é o que vem a produzir um efeito de equivalência ou de absoluta permutação entre um e outro, sem perdas. Efeito sinonímico que constitui os sentidos de corpo no discurso da ciência e da tecnologia.

A partir, portanto, dessa possibilidade de plugar um dispositivo cujo funcionamento será prontamente reconhecido (ou vice-versa) pela placa mãe que se estabelece em uma relação de sinonímia com o cérebro (placa mãe-cérebro), o funcionamento da percepção passa a ser “adequado” e não mais “ineficiente”.

“*Você não nasceu com os receptores biológicos adequados para capturá-los*” permite a produção de um efeito de realidade do referente, a saber, “*todas as ondas que existem*”, ao mesmo tempo em que constitui sentidos de “ausência de uma adaptação” por parte do homem.

Aqui, a metáfora corpo/cérebro → máquina é o efeito e o ponto de partida do conhecimento que se produz. Esse efeito metafórico não pode ser subestimado na produção de conhecimento sobre o mundo. De acordo com Orlandi (2013), a

partir do nó que se estabelece entre instrumentos técnicos, instrumentos intelectuais e critérios de cientificidade das práticas e teorias, “emerge uma nova materialidade discursiva para falar da realidade e um novo real surge” (ORLANDI, 2013, p. 9). A autora se questiona ainda se se trataria de fato de um novo real ou um efeito de real – um deslocamento na realidade.

Nesse sentido, observa-se que, no espaço discursivo em que são produzidos sentidos sobre o corpo – em referência ao ideal onipotente de um deus protético, levado a cabo por meio de um processo de bricolagem de procedimentos e equipamentos que garantem não só o bom funcionamento do corpo, mas seu aperfeiçoamento –, encontram-se em funcionamento diferentes formações discursivas relacionadas à medicina, à tecnologia, à ciência e ao mercado/consumo, cuja confluência produziria esse efeito de deslocamento da realidade ao produzir conhecimentos científicos cujos desdobramentos políticos afetam os modos de subjetivação na atualidade.

Dias (2013) relembra, referindo-se à famosa cena do filme de Kubric *2001, uma odisseia no espaço*, que o uso de instrumentos como extensão do homem data da pré-história. Em seu trabalho, a autora, no entanto, busca inverter essa relação pensando no próprio corpo como extensão da máquina. Isso possibilitaria compreender a posição que o sujeito ocupa na sociedade frente aos diferentes discursos que se produzem e que articulam o corpo à tecnologia.

No caso da lógica do *plug and play* prevista na interação entre os órgãos “naturais” e os órgãos acessórios apensados ao corpo – órgãos que teriam como finalidade última o funcionamento “adequado” da percepção –, pode-se considerar que o cérebro, como máquina (*hardware*) à qual o novo dispositivo (também um *hardware*) é conectado (*plug*), deve funcionar (*play*) a partir da programação previamente estabelecida no dispositivo receptor. A partir daí, estaria prevista uma “instalação automática”, uma vez que o cérebro poderia compreender o novo circuito de informações e se adaptar aos novos estímulos, atribuindo-lhes uma significação (unívoca?). Essa “assimilação” imediata, incorporação de um pelo outro permite pensar em uma equiparação possível entre cérebro e dispositivo/*gadgets*. Essa nova instalação corrige o “erro humano” e passa a ser

parte dos critérios que determinam as formas de perceber o mundo. Enfim, efeitos de realidade que administram a forma de ser e estar no mundo.

Não seria a própria possibilidade de inversão entre corpo e máquina, na medida em que podem ser extensão um do outro, um índice dessa intercambialidade que, por sua vez, aponta para uma equivalência entre ambos?

Limitações do corpo

A fim de compreender esse modo de subjetivação na sua relação com a produção de efeitos de real (ORLANDI, 2013), pode ser considerada outra declaração do neurocientista David Eagleman (2015): “*nossa experiência de realidade é limitada pela nossa biologia*”. O que se apaga nesse enunciado? Em certo sentido, é o caráter constitutivo da linguagem e seu papel na constituição do sentido daquilo que pode *a posteriori* ser chamado de “percepção” ou “experiência da realidade” que parecem ser apagados. O que haveria seria apreensão direta da realidade por meio da experiência limitada pelo “corpo natural”, pela biologia.

No entanto, compreendemos, a partir da AD, que a unidade (de sentido e de sujeito) somente se torna possível a partir do encontro da “carne” com o universo simbólico, e é justamente o papel da linguagem (na sua relação com a sociedade) que acaba sendo excluído desses modelos explicativos que levam em consideração o conhecimento produzido pelas ciências biológicas como chave de compreensão da subjetividade, sem levar em consideração o atravessamento dessa ciência pela língua e pela história. O homem ao qual essa ciência se refere não parece estar vinculado ao social, na medida em que coincide com um objeto cujos padrões de funcionamento podem ser isolados como variáveis científicas. A partir da especificidade do funcionamento discursivo da ciência, produz-se um efeito de apagamento do sujeito descentrado, pela sua dupla determinação à ideologia e ao inconsciente. Esse conhecimento busca apreender toda a realidade por meio de um recobrimento calcado na suposta/ilusória univocidade entre pensamento e mundo (ORLANDI, 2009, p. 19).

As ciências biológicas talvez ocupem um lugar privilegiado na construção de conhecimentos sobre o corpo dado o efeito de realidade que produzem e pela

presença incontornável do corpo (cuja tensão sempre renovada, de acordo com Freud, é fonte de desprazer). A possibilidade de observar empiricamente o corpo tem como efeito a produção de um sentido de existência e inteligibilidade do referente, o próprio corpo. No entanto, é preciso considerar o caráter histórico da prática de observação e construção de conhecimento a partir daí. De acordo com Laqueur (2001, p. 203):

a anatomia e a natureza, como nós conhecemos em termos mais amplos, obviamente não é um mero fato inalterado pelo pensamento ou convenção, mas uma rica construção complexa baseada não só na observação e em uma variedade de restrições sociais e culturais sobre a prática da ciência, como também na estética da representação.

No entanto, de certa maneira, o recobrimento entre os campos do pensamento/linguagem/mundo encontra um terreno fértil nas ciências biológicas na medida em que estas produzem um forte efeito de realidade do referente, ao criar uma série de métodos científicos de “apreensão do real” (diversas tecnologias se apoiam na possibilidade de dividir os corpos em camadas visíveis) e de sua descrição. De acordo com Brousse (2014, p. 11), “[...] com o progresso da ciência, o organismo – porque a ciência se refere ao organismo – se converte e objetos cortados, separados, capazes de serem trocados”. É por conta disso que se pode considerar (sem qualquer tentativa de generalizar, é importante lembrar) que transplantes, próteses, procedimentos cirúrgicos apontam para a possibilidade de que o corpo seja tomado como um objeto “customizável”, apto a um processo de montagem que permitiria seu melhoramento.

Correções de falhas

Tomando como material de análise do título do livro do professor e pesquisador Dean Buonomano, “*O cérebro imperfeito: como as limitações do cérebro condicionam as nossas vidas*”, pode-se considerar que o efeito discursivo que produz o sentido da presença de “uma “falha” ou uma “imperfeição” se apoia em um efeito de pré-construído que, por sua vez, aponta para a existência de um “corpo ideal”, plenamente funcional, decalcado de uma máquina ajustável ou

manipulável. Aqui, novamente, encontra-se em uma relação metafórica ou sinonímica corpo e máquina. Justamente pelo fato desse corpo se assemelhar a uma máquina ou um objeto manipulável, as “falhas” representadas pela sua organização passam a ser corrigidas por meio de procedimentos médicos-cirúrgicos.

Essa mesma questão, que relaciona o corpo a um ideal, tomada de um ângulo diferente, é abordada por Carrozza e Lambert (2015, p. 1061) quando investigam correções realizadas por meio do programa *Photoshop*:

[...] até que ponto essas “correções” de imperfeições não constroem, por si só, ideais de sujeitos perfeitos – sem marcas e sem rugas, com corpos rígidos etc. – que colocam os “sujeitos comuns” em movimento em direção a esse ideal? E como fica a relação do sujeito com seu corpo quando, ao passar da instrumentalização tecnológica para o real do corpo, algo ocorre que faz com que, ao fim e ao cabo, um outro corpo (uma outra forma) se apresente?

“Correção”, “limitação”, termos que colocam em funcionamento um efeito de pré-construído de um corpo ideal, ilimitado, em pleno funcionamento. Deve-se considerar, nesse ponto, que o funcionamento do pré-construído para a AD não equivale ao do implícito. Não se trata de algo que estava simplesmente lá antes e que é “mobilizado” no dizer, mas de um funcionamento que constitui o sentido que é colocado em funcionamento pelo encadeamento do enunciado. Ao mesmo tempo, constituem-se sentidos de um corpo ideal e um corpo falho. Sentidos, que justapostos e contemporâneos, não podem ser tomados como opostos. O pré-construído funciona de maneira extemporânea, apontando a um ideal que não se localiza no tempo da evolução da espécie humana, mas que diz respeito à coincidência com uma série de conclusões dos saberes científicos sobre quais ondas existem, por exemplo, e de que modo podem ser apreendidas.

Além disso, assumir a existência de um “condicionamento” da vida por essa série de limitações impostas pelo cérebro do homem possibilita pensar, por outro lado, em uma vida sem limites, não mais condicionada – seria então uma vida “desembaraçada” da materialidade específica a partir da qual se constituem os sentidos possíveis?

Concluindo

O caráter histórico da constituição de sentidos sobre o corpo não nos permite uma aproximação neutra como aquela que a ciência biológica julga realizar e nem mesmo uma adaptação que visa solucionar um “mau funcionamento” como aquela que a tecnologia busca realizar. No entanto, esses discursos e práticas forjam sentidos sobre o corpo que não são indiferentes ao funcionamento da sociedade. A Análise de Discurso e sua forma particular de articular linguagem e sociedade permite uma leitura outra sobre a relação corpo-discurso. Ao desfazer a relação direta e unívoca entre mundo/pensamento/linguagem, a AD permite deslocar sentidos sobre o corpo que se constituem em certos campos, como o das ciências biológicas, campo no qual os efeitos de evidência se encontram de certo modo inflacionados, ou o da tecnologia, a partir do qual o corpo pode ser substituído por uma máquina ou um dispositivo. Não se trata simplesmente de negar o caráter real do corpo, mas de buscar entender de que modo o corpo, em e por sua materialidade, é colonizado por sentidos que a despeito de sua aparência de neutralidade impõem condutas para o sujeito, administram e catalogam seus corpos, enfim, criam regras e exceções a partir das quais, inclusive, uma série de práticas de segregação se perpetua e se justifica.

Referências

- BROUSSE, Marie-Hélène. Corpos lacanianos: novidades contemporâneas sobre o Estádio do espelho. **Opção Lacaniana Online nova série**, ano 5, n. 15, 1-17, nov/2014. Disponível em: http://www.opcaolacanianana.com.br/pdf/numero_15/Corpos_lacanianos.pdf. Acesso em 20 de setembro de 2015.
- CARROZZA, Guilherme; LAMBERT, Fabio Henrique de Oliveira. O sujeito capitalista e o corpo transformado. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, 44 (3): p. 1053-1063, set.-dez. 2015.
- EAGLEMAN, David. Podemos criar novos sentidos para os seres humanos? **Conferência TED 2015**. Disponível em: https://www.ted.com/talks/david_eagleman_can_we_create_new_senses_for_humans?language=pt-br. Acesso em 25 de setembro de 2015.

- DIAS, Cristiane. e-urbano: a forma material do eletrônico no urbano. Em: DIAS, C. (Org.). **e-urbano**. Labeurb/Nudecri/Unicamp: Campinas, 2011. Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/livroEurbano/index.htm>. Acesso em 22 de março de 2015.
- FREUD, S. [1930] **O mal-estar na civilização**. São Paulo: Penguin Classics; Companhia das Letras, 2011.
- HASHIGUTI, Simone. O corpo como materialidade do/no discurso. Anais do III Seminário de Análise de Discurso (SEAD), UFRGS, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <http://anaisdosead.com.br/3SEAD/Simposios/SimoneHashiguti.pdf>. Acesso em 20 de outubro de 2015.
- ORLANDI, Eni P. Processos de significação, corpo e sujeito. Em: **Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia**. 3ª ed. Campinas: Pontes, 2016. pp. 83-96.
- _____. A materialidade do gesto de interpretação e o discurso eletrônico. Em: DIAS, C. (Org.). **Formas de mobilidade no espaço e-urbano: sentido e materialidade digital [on-line]**. Série e-urbano, vol. 2, 2013. Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/livroEurbano/>. Acesso em 22 de março de 2015.
- _____. **Análise de Discurso: princípios & procedimentos**. Campinas: Pontes, 2009.
- LACAN, Jacques. [1970] Radiofonia. Em: **Outros escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.
- LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- SOUZA, Levi Leonel. O discurso encarnado: ou a passagem do corpo ao corpodiscurso. Em: **Revista Entremeios: revista de estudos do discurso**. v.1, n.1, jul/2010.

O DISPOSITIVO TELEVISUAL E O SUJEITO ENQUANTO FALA E CANTA

Pedro de Souza
(UFSC-CNPq)

Minha exposição deve se aplicar pontualmente ao modo como o dispositivo televisual pode ser descrito e analisado como aparatos tecnológicos suscetíveis de serem postos em séries de instâncias enunciativas. Estas devem corresponder a modalidades de tecnologias de si tais como se pode rastrear na história da constituição do sujeito que canta no campo da música popular brasileira. Para esse fim, sirvo-me da análise de trechos de um programa de entrevista dedicado à música popular brasileira: *MPB Especial*.

Inicialmente, quando criado por Fernando Faro em 1969, na TV Tupi, o programa chamava-se *Ensaio*. Tinha um formato intimista de conversa, estruturado através de planos fechados focalizando rosto e boca enquanto o entrevistado falava e cantava. Em 1973, Faro transferiu-se para a TV Cultura e retomou o mesmo programa, sob o título de *MPB Especial*, pois o nome *Ensaio* era juridicamente de propriedade da TV Tupi.

Em nova edição, o programa aprimorou-se como modo singular de documentar a história da música popular no Brasil através do testemunho individual de compositores, músicos e cantores. Foi quando se via no programa a presença dos cantores mais célebres falando de sua música e de seu canto em tom confidencial. Com a falência da TV Tupi, Fernando Faro recuperou a marca que inaugurou sua criação: eliminou o nome *MPB Especial* e reapropriou-se definitivamente do nome *Ensaio*, título de que vou me servir toda vez que remeter às emissões a serem analisadas aqui.

Tomo então o arquivo de dezenas de emissões remanescentes do Programa *Ensaio*, desde os anos de 1970, para focalizar a maneira com que, falando ou cantando, a voz é dirigida ao destinatário, colocando o espectador na exterioridade

do espaço da conversa. Este endereçamento pode expor o efeito de subjetivação enquanto o entrevistado libera-se aos artefatos tecnológicos do dispositivo televisual – luz, som, câmera –, que se encarregam de executar maneiras de o sujeito cantante se fazer perante si próprio e perante um invisível e inaudível destinatário.

Em verdade, trago para o tema geral desta coletânea – *Linguagem, tecnologia e espaço social*, pensando relações entre língua, sujeito e sentidos – uma preocupação própria à minha atual pesquisa, que versa sobre o modo de o sujeito cantante emitir sua voz em um ato de enunciação que se realiza na fronteira entre o canto e a fala. Particularmente, meu objetivo é proceder a uma análise balizada na ideia de que uma aparelhagem audiovisual, tal como praticado na televisão e no cinema, pode ser abordada como heteróclito dispositivo de enunciação cujas formas a serem apropriadas pelos indivíduos convidados a falar de si diante das câmeras compõem-se de signos verbais e não verbais. O intuito é explorar analiticamente possibilidades de configuração de tecnologias de si, no sentido foucaultiano, ou maneiras de o sujeito constituir-se no lugar em que é interpelado mediante procedimentos enunciativos que o convocam a falar, seja pela voz, seja por outros gestos corporais, produzindo enunciados de diferentes materialidades significantes.

Procedo então à análise de uma emissão precisa. Parto de trechos da entrevista concedida pela cantora Nara Leão¹ ao Programa *Ensaio*, em 1973, na época veiculado pela TV Cultura, sob o nome de *MPB Especial*. Detenho-me em momentos nos quais para remeter a si, a cantora aparece falando e cantando diante de uma câmera de TV que a enquadra em “*big close-up*” durante todo programa. Nas imagens de introdução, a musa da bossa nova é apresentada já cantando uma série de canções que fizeram parte da trilha do filme *Quando o carnaval chegar*. Esta modalidade de exibição envolve um complexo dispositivo de enunciação, já que expõe um enunciador dirigindo-se frontalmente a um destinatário que nunca é mostrado.

¹ Cantora brasileira, nascida em 19 de janeiro de 1942, em Vitória, Espírito Santo, e falecida em 7 de junho de 1989, no Rio de Janeiro. Começou a cantar profissionalmente em 1963, participando do musical “Pobre menina rica”, de Vinicius de Moraes e Carlos Lyra. Gravou o primeiro LP em 1964, “Nara”, incluindo faixas de compositores da bossa nova e de representantes do chamado “samba de morro”. Na história da música popular brasileira é considerada a musa da bossa nova por ter reunido em seu apartamento os criadores do movimento. (cf. *Dicionário Carvo Albin da Música Popular Brasileira*. Disponível em <http://www.dicionariompb.com.br/nara-leao/dados-artisticos>.)

O interesse da análise é saber em que medida a televisão, aliando imagem e som, compõe o dispositivo sob o qual se constitui o sujeito que canta. Nos termos de Michel Foucault, concebo aqui uma situação em que a tecnologia de si diz respeito tanto a objetos técnicos manipulados, quanto à maneira como o sujeito age produzindo a si, incluindo os gestos que realiza enquanto fala e canta. Proponho que se deixar aparecer falando e cantando diante de uma câmera de TV solicita do sujeito a adoção de um certo jeito de enunciar que acarreta a apropriação instantânea de formas inerentes ao aparelho formal estruturante da linguagem televisiva.

Para compreender a singularidade das emissões do Programa *Ensaio*, tenho que descrever brevemente a gramática padrão do formato concebido para compor um programa de entrevista feito de conversa face a face. Em se tratando de entrevista televisiva – do gênero *talkshow* –, a primeira coisa que se demanda do entrevistado é que ele fale dirigindo-se para a câmera.

O efeito visado é a produção do destinatário da conversa situado fora do campo visual em que se situa a câmera. O que fica de fora, neste modo de proceder, é o espaço em que se situa o telespectador. Só assim é que os espectadores se tornam o destinatário-alvo da conversa em curso em um estúdio de televisão. Neste caso, a direção do olhar do entrevistado para a câmera descreve tanto o elemento fundamental da linguagem televisiva – a produção da imagem – quanto o ato de apropriação do entrevistado compondo assim a cena de uma conversação cara a cara com aqueles que se encontram fora do espaço em que acontece a emissão televisual. Aqui se descreve como o procedimento individual diante da câmera marca o ato de enunciar e nele um processo concomitante de constituição de sujeito. Prevê-se aí uma certa atitude de relação a si por parte do sujeito interpelado na situação em foco.

A situação de entrevista encetada no espaço televisivo é representativa de uma injunção a enunciar na qual, à parte as palavras emitidas pela boca do falante, este é convocado a se dizer pela imagem que ele mesmo faz projetar mediada pela câmera que se interpõe entre ele e o outro suposto tornar-se seu destinatário. Ocorre que, no espaço da conversação televisual, o destinatário tanto pode ser o espectador localizado fora do espaço concreto da cena enunciativa ou apenas o interlocutor que se encontra no interior desta cena. Deste modo, pode-se inferir que a modalidade

de enunciação é efeito da maneira como os elementos do dispositivo televisivo agem em rede: se o foco do olhar do entrevistado recai diretamente sobre a câmera que o enquadra temos aí a produção de um espaço conversacional situado na margem exterior da imagem, aproximando entrevistado e espectador, respectivamente como enunciador e enunciatário interagindo no espaço da conversação.

O efeito de enunciação, típico do Programa *Ensaio*, advém do olhar do entrevistado não dirigido à câmera, mas a qualquer ponto do espaço em que se encontra. Aí, tanto nos proferimentos vocais quanto nos gestos corporais que a câmera transmite, pode-se detectar marcações dêiticas ostentando, para o telespectador, a remissão a um outro situado no mesmo espaço onde está o entrevistado enquanto fala interagindo com outro no extracampo do enquadramento televisual, ou seja, no plano do que está fora da visão de quem assiste a cena da conversa do lado de fora.

É preciso fixar o olhar e a escuta não para o que a tela da TV expõe, mas sim para a maneira com que cada elemento do dispositivo televisual torna visível e audível no momento em que, no Programa *Ensaio*, vemos o convidado discorrer a memória de sua vida artística em uma cena, efeito do misto de intimidade e confiança da qual o telespectador é o *voyeur* longínquo.

O Programa *Ensaio* evidencia sua singularidade, nesse aspecto. O procedimento diante da câmera é outro, portanto, outra a forma com que constitui o ato de enunciação do artista entrevistado. Em resumo, ele não fala mirando a câmera que o enquadra; sua fala se dirige a um destinatário que não se vê e não se ouve. Não se tem aqui uma encenação enunciativa produzida como uma conversa com o telespectador. No nível da formulação linguística, nunca se ouve o entrevistado dirigindo-se para a câmera empregando pronomes de segunda pessoa do singular ou do plural, o que suporia o espectador, desde sua casa, participando da troca. De modo que isto que, na teoria de enunciação benvenistiana comportaria uma relação de pessoa, acontece em um plano enunciativo diferido ou desembreado. O que se vê aí é um enunciador em interação verbal com outro, deixando de fora o espectador, conforme o padrão da encenação televisual de entrevistas face a face.

De pausa em pausa, a memória que atravessa a fala e o canto

É bem o caso da emissão aqui em destaque. Nara Leão começa a contar como entrou para o campo da música. Ela aparece mostrada de perfil em primeiro plano, dedilhando acordes ao violão e dizendo:

Bom. Este negócio de música, eu ganhei um violão quando tinha 11 anos e começava a tocar (pausa). Eu, Menescal. A gente tinha aula juntos com Patrício Teixeira e a gente vivia no colégio. Eu sentava na última fila. (pausa). Patrício Teixeira? Eu era aluna, ele que ensinava violão pra gente. (pausa). Ah muito! Ele era bacana. Era um velhinho bacana. (pausa) Ele morreu, acho que no ano passado. Ele cantava um negócio assim, que era dele.

As pausas indicam as paradas frequentes, em pontos da cadeia da fala em que o silêncio indica presença inaudível de interrupções do entrevistador fazendo uma pergunta ou algum comentário. Mas o silêncio de que a pausa é indicação marca-se também como o lugar em que o ritmo da enunciação fica ralentado. Pode-se aplicar aí o acontecimento da enunciação movimentando-se ao encontro de uma memória que a conversa atualiza.

A narrativa prossegue em andamento cujas lentidão e leveza são subsidiárias da voz deixando-se levar conforme a modalidade falada ou cantada da palavra que nela solicita a fonação. Destaco, na sequência, o ponto logo após a pausa incidental. Aí se passa como que breves segundos de dispersão em que a memória interpela a cantora enquanto descreve o perfil de Patrício Teixeira. Inteiramente tomada pelo que fora de si, o já-dito antes, conduz sua voz, Nara Leão se põe a cantar os versos do compositor e professor de violão de sua turma. Há um deslocamento da imagem de seu rosto para os dedos no violão. Quase não se percebe a diferença entre o andamento da fala que diz: “a gente cantava um negócio assim que era dele – *Sabiá laranjeira, ouvi seu cantar bem perto. Eu saí te procurando, mas a noite foi chegando e me perdi no deserto.*”

No instante em que termina de cantar esses versos, nota-se que a cantora olha para qualquer direção enquanto transita do ato de cantar ao ato de falar.

Depois ficava lá sentada na última fila sala de aula cantando em vez de estudar; e acabei parando de estudar mesmo, porque não conseguia acordar cedo pra ir pro colégio. Mas não tinha nenhuma intenção de fazer música ou ser profissional. De ganhar dinheiro com isso. A gente cantava assim porque gostava, porque curtia. (pausa) Aí a gente cantava em universidade: na PUC, na Faculdade Nacional, cantava para estudantes e cantava em reuniões. Todo mundo; era muito chique, era muito elegante, chamar a turma da bossa nova pra cantar. Então naquelas reuniões de grã-fino, chamavam a gente, e a gente ficava tocando violão, mas queria mostrar aquilo pra qualquer pessoa (pausa).

Neste ponto, logo após breve pausa, ouve-se a voz da cantora como que remetendo a uma memória em que, ao dizer “a gente”, deriva, em sua enunciação, um eu ampliado. Esta extensão pronominal é a que alarga o espaço enunciativo aberto em sua voz para daí aludir ao grupo inventor do movimento bossanovista. Na pausa que separa o relato sobre as primeiras exposições do grupo e o que diz a seguir acerca do conceito de bossa nova em seus primórdios, marca-se o ponto da imissão da fala que vem do outro. Escutam-se aí, neste diálogo entrecortado pela voz não ouvida do interlocutor, os indícios que orientam os elos de continuidade da conversa:

Bom, do grupo... Menescal, Carlinhos Lira, Ronaldo Boscoli, Norma Benguel, que aparecia lá de vez em quando, Johnny Alf ia muito lá em casa tocar piano, e João Gilberto (pausa). Já era bossa nova. A bossa nova, quer dizer, era antes de ser gravada, né. Era um negócio meio íntimo, meio de grupo ainda (pausa). Não, não havia sido gravada, e a gente cantava por exemplo (começa a entoar toda a letra e melodia de *Insensatez*, composta por João Gilberto) [...] aliás esta música tá me dando muita saudade dele. Ultimamente tenho sentido muita saudade de João Gilberto [...].

Quando Nara diz “*Bom, do grupo...*”, no tom entre uma afirmativa e uma interrogativa, entende-se que ela repete e responde uma pergunta que o entrevistador acaba de lhe fazer. A voz que pergunta, como se sabe, não é acessível ao telespectador. Daí a importância de ressaltar aqui a forma enunciativa do diálogo em que nem a imagem do corpo, nem o som da voz do entrevistador aparece na cena mostrada da entrevista. Não é o caso de especular o que exatamente teria

afirmado ou perguntado o entrevistador. O que importa é que, qualquer que seja o conteúdo proferido, o modo inaudível de endereçamento da fala do interlocutor oculto por trás da câmera funciona não só para fazer falar a cantora entrevistada, mas, sobretudo, para levar sua voz, cantando ou falando, soar no percurso de uma memória.

Nestas transcrições do trecho que abre a entrevista com Nara Leão, graças ao modo de fazer funcionar o dispositivo televisual no Programa *Ensaio*, vê-se que se afigura, da parte de quem vê e ouve do lado de fora da conversa, uma instância de enunciação em que o lugar da cantora falando e cantando se produz pelo apagamento do lugar daquele a quem ela se dirige e dos espectadores que a escutam no extracampo da emissão televisiva. Acontece aí um efeito de presença dado pela maneira com que a cantora se deixa afetar pelos elementos do aparato televisivo. Trata-se do modo de fazer o corpo atuar ante a interpelação efetuada pela posição da câmera em seu rosto, do microfone dirigido à sua boca e das perguntas e intervenções saídas de uma voz a que o telespectador não tem acesso – nem pelo som, nem pela imagem do corpo de onde é emitida.

Aqui o recorte serve para compreender como a conversação que se desenrola em um espaço televisual dispõe a constituição de sujeito mediante a composição de instância de discurso, ou seja, no tempo em que dura o proferimento emitido pelo enunciador entrevistado. Nos termos definidos por Émile Benveniste, penso no tempo no qual cada enunciado proferido, em seus limites sintáticos correspondentes, se atualiza atravessado pelo discurso que significa e dá condições de possibilidade à emergência do sujeito que é efeito da presença do ato de enunciar na fala e no canto. Vale acrescentar o que pontua Benveniste (2008, p. 231) ao postular que “a frase é então cada vez um acontecimento diferente; ela não existe senão no instante em que ela é proferida e se apaga neste instante”. Tem-se aí a coincidência temporal entre a frase proferida e o ato de proferi-la como acontecimento a desaparecer assim que fica dita a última unidade linguística do proferimento. Quero destacar a materialidade vocal do acontecimento enunciativo.

A este dado de acontecimento enunciativo, quero aplicar a complexidade do dispositivo que é parte constitutiva no que diz respeito à língua ativada pelo sujeito. Sabemos que, na enunciação, necessariamente, a presença do sujeito na fala é

pressuposto inseparável do ato de enunciar. Isto acontece graças aos indicadores de pessoa, acrescidos pelos índices de ostensão do espaço e do tempo. A estes elementos de coordenadas enunciativas, proponho juntar outros que, fora da linguagem verbal, apresentam-se como formas a serem apropriadas pelo enunciante a fim de com eles constituírem a si como sujeito na enunciação.

Retomo o trecho citado acima. No instante em que cessa de cantar a canção *Insensatez*, Nara confia a saudade que lhe vem ao evocar o nome de João Gilberto:

[...] e João Gilberto, aliás esta música tá me dando muita saudade dele. Ultimamente tenho sentido muita saudade de João Gilberto.

Destaco, neste ponto, os elementos que compõem um heteróclito ato de enunciação. Heteróclito por juntar signos linguísticos e visuais na estruturação de uma linguagem. A tela mostra de perfil o rosto da cantora falando com sorriso discreto nos lábios e movimentos leves de cabeça. Além das palavras saídas de sua boca, há o violão que ela dedilha, instrumento que, nesta tomada, estende a marcação de sua presença como efeito do ato de enunciar. É no conjunto deste arranjo de fenômenos instantâneos de expressão que a cantora se torna forte e sutilmente presente no tempo e no espaço em que fala e canta. A escuta dos acordes que ela mesma produz, distraidamente enquanto fala, o movimento dos olhos, sem ponto de fixação, e a incidência dos vestígios da voz, minutos antes cantando *Insensatez*, – a canção que ela diz trazer saudade de João Gilberto –, tudo isso conta na composição do dispositivo cujo fim é produzir uma subjetividade cantante, graças ao embalo de uma memória, a da história ou o já-dito da música popular brasileira que não deixa de se atualizar na e pela voz.

Eis o lugar da experiência no corpo em que Nara Leão faz a experiência de tornar-se sujeito que canta. Falo de experiência nos termos do filósofo Martin Heidegger:

Fazer uma experiência com algo, com uma coisa, com um ser humano, com um deus, significa que esse algo nos atropela, nos vem ao encontro, chega até nós, nos avassala e nos transforma. “Fazer” não diz aqui de maneira alguma que nós mesmos

produzimos e operacionalizamos a experiência. Fazer tem aqui o sentido de atravessar, sofrer, receber o que nos vem ao encontro, harmonizando-nos com ele. É esse algo que se faz, que se envia, que se articula. (HEIDEGGER, 2003. p. 121)

Para deter-se no princípio de que tudo é efeito de linguagem, importante salientar que não há sujeitado na origem deixando-se interpelar. Este “nós” entregue à recepção do que lhe sobrevém é antes corpo em movimento sendo afetado por aparatos funcionais de outra natureza. Neste encontro entre o que atropela e o que é atropelado, configura-se a operação da experiência tendo a subjetividade como efeito da transformação que ela suscita. No entanto, a possibilidade de articulação transformadora advém da inscrição da experiência no simbólico, em termos teoricamente mais precisos para a Análise de Discurso, da atualização da memória materializada no já dito.

Eis o que se passa com a cantora Nara Leão nas sequências que analiso. Estar ali exposta às câmeras e ao microfone da televisão é só o que se lhe pode atribuir. De resto, a experiência consiste na maneira com que seu rosto é visto e sua voz é ressoada. Certamente a voz que ela, a artista, emite tem o corpo como contrapartida, mas não como ponto de produção e operacionalização da experiência. O que se espera da atuação da entrevistada, como de qualquer outro cantor ou cantora que se apresenta no Programa *Ensaio*, é que apenas se deixe capturar pelos artefatos de produção de imagem e som que se lançam sobre o corpo acomodado em um banquinho. Se tiver de mostrar algo ao espectador deve advir apenas dos olhares e expressões faciais captados e exibidos à revelia dela mesma durante o tempo em que fala e canta. O sujeito que aí emerge, enredado na linguagem televisiva, consiste tão-somente no feito de acolher o que lhe sucede: tomadas de câmera que vêm ao encontro de si por inteiro, propagação diferida de suas emissões vocais. O que se harmoniza nos elementos diferenciais deste dispositivo é o encontro da experiência com a memória vinda de outro lugar.

No âmbito da emissão televisiva em foco nesta análise, marca-se um deslocamento para outra instância em que a fala de Nara Leão acontece sempre acoplada à memória das primeiras apresentações dos cantores e músicos que inventaram o jeito de compor, tocar violão e cantar chamado bossa nova. Depois de dizer a saudade do amigo João Gilberto, vê-se sua imagem tomada no mesmo

ângulo. E sua voz paira no ambiente acústico da conversa num andamento em que o canto que acaba de executar permanece ecoando na fala.

Todo mundo... era muito chique, era muito elegante, convidar a turma da bossa nova pra cantar. Então, naquelas reuniões de grã-finos, chamavam a gente e a gente ficava tocando violão. A gente queria mostrar tudo pra qualquer pessoa, né. Quem quisesse ouvir, a gente mostrava.

No ponto em que diz “quem quisesse ouvir a gente mostrava”, a voz cantada reina sobre a falada. Na mesma cena, é como se Nara Leão transitasse da fala ao canto sem sair da instância de enunciação em que se encontra, ou seja, mostrando a si como sujeito falante e cantante dirigindo-se ao entrevistador a quem é levada, mediante imposição do aparato televisivo armado para esse efeito, a eleger como destinatário exclusivo de suas memórias. Insisto ainda em anotar, neste trecho da entrevista, o intervalo entre o ato de falar e o de cantar como ponto de inserção da memória discursiva, acoplando os dispositivos de enunciação ancorados na voz e nos gestos não verbais figurados na imagem em movimento que a câmera faz registrar na tela da televisão.

Dos harmônicos sonoros, marcadores prosódicos da passagem do falar ao cantar, um acontecimento se faz inscrever na memória da música popular brasileira. Destaque-se aí o modo como emerge algo como sujeito cantante. Não se trata simplesmente de um ritual de confirmação. Mesmo que sejam raros, a estrutura enunciativa do Programa *Ensaio* prevê que pode haver pontos de tensão entre o já-dito e o a dizer no tempo de exposição do cantante à voz que lhe endereça intervenções e inquirições.

O dispositivo da entrevista, vale ainda reiterar, é marcado pelo corte sonoro da voz do inquiridor no canal sonoro em que poderia ser audível ao espectador situado fora da cena dialogal, muito embora, através do movimento indiscreto e invasor de uma câmera sempre mirando o entrevistado, lhe tenham garantido o posto privilegiado de observação. Isto, no Programa *Ensaio*, me conduz a atestar a natureza do dispositivo televisual pelo qual o sujeito colocado na berlinda se constitui na medida em que lhe é dado encontrar a própria voz em confronto com a voz que lhe é dada como condição *a priori* para ser escutado e reconhecido.

Destinada, no *script* do Programa *Ensaio*, a um espaço restrito de ressonância acústica, a fala ganha estatuto soberano do grande outro (Outro, conforme notação lacaniana), ou do que fala antes como condição para que toda pequena voz encontre a si mesma na fronteira entre a coxia e a boca de cena do sujeito. Desta forma é que, nas emissões de *Ensaio*, vê-se a cena que metaforiza o teatro da consciência urdido nos bastidores (PÊCHEUX, 1988, p. 154). Há aqui um efeito de interioridade que não diz respeito a certo conteúdo que define o sujeito cantante mas, antes, ao modo de relação a si ou, mais precisamente, ao modo de atribuir a si um conteúdo subjetivo irreduzível, produzindo assim um efeito de interioridade. Nesta acepção, o sujeito que se diz e se afirma não corresponde a uma esfera interior natural que ultrapassa o discurso no qual ele se posiciona para falar de si.

Aí reside o efeito das modalidades de endereçamento em que se estabelece o lugar em que se constitui destinador e destinatário na enunciação. Nisto consiste os artefatos de montagem do espaço da entrevista no Programa *Ensaio*. Em meio ao que há de ação enunciativa do sujeito assim constituído, inclui todo o aparato do dispositivo televisivo que promove o encontro entre maneiras de ver e dizer. De tal modo que a língua de que se apropria o entrevistado age em amálgama com a atitude de apropriação dos artefatos televisivos para se fazer ouvir e se fazer ver. Estou aqui aludindo a um certo estar à vontade no caso específico de Nara Leão colocando-se e falando diante de microfone e câmera desta edição do Programa *Ensaio*. Microfone e câmera compõem elementos de um dispositivo televisivo afeitos ao trabalho de constituição do eu em evento linguisticamente heteróclito de enunciação.

O dispositivo e o simbólico na enunciação e do discurso

A partir desta breve análise de trechos da entrevista da cantora Nara Leão ao Programa *Ensaio*, chego à aproximação que se pode entrever no conceito foucaultiano de dispositivo. Sob este ponto de vista, temos três constituintes tecnológicos na composição do dispositivo televisivo de que se serve o Programa *Ensaio*: o som para fazer ouvir a voz, a luz e a câmera para fazer ver movimentos de corpo e objetos em cena.

É que, tomado como instância de enunciação, o Programa *Ensaio* comporta um dispositivo cuja historicidade está ligada a abordagem do sujeito cantante que nele se expõe. Nesse ponto, adoto o conceito de dispositivo proposto por Michel Foucault:

um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos. (FOUCAULT, 2000, p. 244)

Se, em termos foucaultianos, o dispositivo articula tecnologias em rede, então é possível aplicar aqui dois dos quatro tipos de tecnologias descritas por Foucault no quadro dos heterogêneos componentes do dispositivo em geral:

tecnologias de sistemas de signos, que nos permitem utilizar signos, sentidos, símbolos ou significações;
tecnologias do eu, que permitem aos indivíduos efetuar, por conta própria ou com ajuda de outros, certo tipo de operações sobre seu corpo e sua alma, pensamentos, conduta, ou qualquer forma de ser, obtendo assim uma transformação de si mesmos com o fim de alcançar certo estado de felicidade, pureza, sabedoria ou imortalidade. (FOUCAULT, 2014, p. 266)

Já sabemos como esta noção de dispositivo pode ser revestida de uma abordagem discursiva. Eni Orlandi (1999) deixou bem delineado o emprego deste conceito alinhando-o aos princípios e procedimentos da Análise de Discurso. Tanto em sua dimensão teórica, quanto analítica não importa definir cada elemento do dispositivo, mas sim como funciona na formação de um objeto simbólico.

Mas abordar o dispositivo em termos de um certo tipo de enunciação midiática é outra indicação sugerida pelo semanticista Frank Kessler², quando descreve especificamente o aparato cinematográfico como linguagem. Isto me leva a compreender historicamente a maneira com que a apresentação televisiva de uma voz cantante pode funcionar diferentemente conforme o dispositivo que torna

² KESSLER, Frank. *Pour une approche de pragmatique historique des dispositifs*. Conferência proferida na Universidade de Lausanne, em 7 de maio de 2014.

possível sua exposição. Tanto o sujeito que canta quanto o seu audioespectador aí estão implicados como efeitos de posição na ordem simbólica de referência.

Kessler (2014) avança ressaltando que a questão fundamental é saber o que se passa quando abordamos um conjunto de fatores de caráter linguageiro, tecnológico etc., como um dispositivo. O caso é considerar a inter-relação entre aparatos tecnológicos e procedimentos que tornam possíveis modos de enunciação e de interlocução associadas aos processos de subjetivação daí decorrentes. Na medida em que tomo como *corpus* de análise uma singular situação de entrevista televisa colocando na berlinda cantores dando testemunho de si como sujeito que canta no domínio da história da música popular brasileira, parto do princípio de que a voz não é um *a priori* ideal, mas produção discursiva balizada em materialidades heteróclitas de enunciação.

Particularmente, no caso do Programa *Ensaio*, o trabalho para firmar o dispositivo em seu funcionamento é minucioso. No andamento da entrevista, nota-se logo que o procedimento de montagem do programa é claro: fundamental é adotar que a voz do entrevistador interpela o entrevistado sem se deixar ouvir pelo telespectador. O resultado é que o espectador seja lançado fora do fluxo conversacional, o que confere ao lugar da teleaudiência um estatuto de observatório da cena em que um cantor expõe a si sob a ação de uma voz que o interpela já sendo sujeito cantante na história da música brasileira. Daí decorre, no entremeio da heterogeneidade material do dispositivo, sempre funcionando simbolicamente, certo efeito de subjetivação situado enunciativamente entre a voz muda do entrevistador e a do cantor que fala e canta.

Vale dizer que a expressão vocal só demanda interpretação em meio aos aparatos midiáticos de certo dispositivo determinando posicionamentos no simbólico da canção brasileira e de seus intérpretes, e provendo aí modos possíveis e, ao mesmo tempo singulares, de ser sujeito que canta. Em síntese, o Programa *Ensaio* é discursivamente procedido de maneira a ser olhado e escutado como o acontecimento da construção de um cantor. Neste sentido, *Ensaio* converte-se no documento que mostra o modo como o próprio cantor narra a memória pela qual se vê transformado em sujeito que canta.

Assim a luz, a câmera, o som funcionam como mais que simples aparato técnico na medida em que formam uma rede cujo ponto de aplicação é mostrar a voz falando e cantando no instante de levar ao espectador não o sujeito cantante, mas o modo como ele se constitui através da história de si mesmo conectada à historicidade exterior da música popular brasileira. Eis aqui como a voz torna-se o objeto simbólico tomada em um dispositivo que expõe o trabalho de subjetivação que nela se opera.

Por certo, há uma natureza histórica inerente ao dispositivo. Daí vem a ordem simbólica em que se situa a função do dispositivo de regular a relação do espectador com o que ele vê e escuta. É preciso considerar a historicidade da tecnologia que comporta tanto os objetos técnicos quanto o procedimento do sujeito constituído em uma rede de ações delineando o fazer ver, o fazer falar e o fazer ouvir. Em termos de historicidade, o horizonte do simbólico que torna possível o dispositivo em sua função e funcionamento é da ordem das tecnologias de subjetivação imanentes às formações sociais em cada estrato histórico. No caso da análise que ora desenvolvo, assim concebido, o dispositivo aliado à ideia foucaultiana de tecnologias de si engendra processos de subjetivação que balizam, por exemplo, a forma histórica da música popular brasileira.

Referências

- BENVENISTE, E. A forma e o sentido na linguagem. Em: **Problemas de Linguística Geral II**. Trad. Bras. Campinas: Pontes, 2008. p. 220-242.
- FOUCAULT, M. As técnicas de si. Em: **Ditos e Escritos**, vol. IX: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade. [Manoel Barros da Mota (org.); trad. bras.] Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2014. p. 264-296.
- _____. Sobre a história da sexualidade. Em: **Microfísica do poder**. Trad. e Org. de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2000. p. 243-276.
- HEIDEGGER, Martin. **A caminho da linguagem**. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2003.
- KESSLER, Frank. Pour une approche de pragmatique historique des dispositifs. Conferência proferida na Universidade de Lausanne, em sete de maio de 2014. Disponível em: http://media.unil.ch/lettres/cinema/KESSLER_7.5.2014.mp3. Acesso em 11 de julho 2014.
- ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio.
Campinas: Unicamp, 1988.

SOBRE OS AUTORES

Ana Luiza Artiaga – É professora adjunta da Universidade Estadual do Mato Grosso (UNEMAT), onde é atualmente coordenadora do Programa de Mestrado em Linguística e docente do Departamento de Letras do Campus Universitário de Cáceres. Possui graduação Letras pela UNEMAT, Mestrado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas e Doutorado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas. Foi Coordenadora do Centro de Estudos e Pesquisa da Linguagem (CEPEL) da UNEMAT e Diretora do Instituto de Linguagem dessa Universidade. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Análise de Discurso, atuando principalmente nos seguintes temas: linguagem, discurso, cidade/memória, políticas públicas ambientais, ecologia, língua e ensino. Contato: analuzart@unemat.br

Andréia da Silva Daltoé – Doutora em Estudos do Texto e do Discurso pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, 2011); Mestre em Ciências da Linguagem pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL, 2003); Especialista em Linguística Aplicada ao Ensino de Língua Portuguesa (UNISUL, 1999); Especialista em Gestão Estratégica de Instituições de Ensino Superior (UNISUL/FDC, 2010); Graduada em Letras (UNISUL, 1996). Professora na Educação Básica, no Ensino Fundamental e no Ensino Médio a partir de 1994. Desde 2011, professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem (PPGCL) na linha de Texto Discurso e membro do Grupo de Estudos Pecheutianos (GEP-UNIPAMPA) e do Grupo de Estudo Análise do Discurso: pesquisa e ensino (GADIPE-UNISUL). Desenvolve e orienta pesquisas principalmente sobre memória, esquecimento e discurso político. Atualmente, realiza estágios de pós-doutoramento no Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP, sob a supervisão da Profa. Dra. Eni P. Orlandi, e também na Université de Paris 13 (Sorbone Paris Cité, Villetaneuse), sob a supervisão da Profa. Dra. Marie-Anne Paveau. Contato: andreia.daltoa@unisol.br

Bruna Reis – É dançarina e psicóloga, doutoranda em Artes da Cena no Instituto de Artes da Unicamp, mestra em Saúde Coletiva pela Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp, graduada em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp-Assis). É colaboradora da linha de pesquisa sobre hibridismo na linguagem da dança/teatro do Teatro Lume, atuando como dançarina no Núcleo Fuga!. Tem pesquisa prática continuada na técnica Klauss Vianna de dança e educação somática, e experiência nas áreas de dança contemporânea e Saúde Mental. Contato: bru_psi@yahoo.com.br

Cristiane Dias – Possui doutorado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e mestrado em Letras pela Universidade Federal de Santa Maria, RS (UFSM). Atualmente é pesquisadora do Laboratório de Estudos Urbanos (Labeurb)

do Nudecri/Unicamp, professora credenciada no Curso de Especialização em Jornalismo Científico (LABJOR/IEL) e no Mestrado em Divulgação Científica e Cultural (MDCC - LABJOR/IEL). Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Análise do Discurso, atuando principalmente na área do discurso digital e novas tecnologias de linguagem. É autora do livro *Sujeito, sociedade e tecnologia: a discursividade da rede* (de sentidos) (Ed. Hucitec). Desenvolve pesquisa sobre linguagem no espaço digital, espaço urbano, refletindo sobre a questão do sujeito e da produção de identidade no mundo contemporâneo. Contato: crisdias.unicamp@gmail.com

Flávio Rabelo – É doutor em Artes da Cena pela Unicamp, integrante do Núcleo Fuga! e pesquisador colaborador do Teatro Lume da Unicamp. É também membro fundador do Cambar Coletivo (<http://cambarcoletivo.com>), onde pesquisa cartografias, derivas e jogos como procedimentos para criação de um campo coletivo de criação. Trabalha como performer, ator, dramaturgo e encenador. Tem experiência nas áreas das Artes Cênicas e Visuais, com ênfase em Teatro e Performance. Como performer participou de diversos festivais e projetos nacionais e internacionais, dentre os mais recentes: Festival de Performance da Associação Brasil Performance (em São Paulo, 2014); Festival Convergência 2014 de Performance do SESC Tocantins (Palmas, 2014); Projeto Performance do SESC Campinas (2014); BR116 Rout Festival (Londres, de 2011); Plataforma Trampolim (Vitória, 2011); Projeto Internacional Hotel Medea – na Temporada de Londres; do Edinburgh Fringe Festival (Projeto vencedor como melhor espetáculo do The Herald Angel Award Winner). Contato: flaurabelo@gmail.com

Jean-Jacques Schaller – É doutor em Sociologia pela Université EHESS (École des Hautes Études en Sciences Sociales), sob a orientação de Alain Touraine, e o título de sua tese é *Marginalité et travail social*. É Mestre de Conferências habilitado a dirigir pesquisas em Ciências da Educação na Universidade de Paris 13-Nord, membro do Laboratório EXPERICE (Université Paris 13-Nord & Paris 8-Vincennes Saint-Denis). Entre seus cargos administrativos, desde 1992, é Assessor da Unités de Formation et de Recherches (UFR) Lettres et Sciences Humaines de Paris 13, encarregado da Formation Continue. Entre 2000 e 2005 foi diretor do Institut Universitaire Professionnalisé (Administração e Desenvolvimento Territorial) de Paris 13. Foi também Responsável pelo Departamento de Ciências da Educação de Paris 13. Tem desenvolvido e participado de muitos projetos de pesquisa nacionais e internacionais, tais como: “Droit de la Santé et Démocratie Sanitaire” (Direito à Saúde e Democracia Sanitária); “Migrations précaires”; “Le récit biographique comme dispositif d’accompagnement des acteurs”; “De l’expertise individuelle à l’action collective”; “La place des jeunes dans la construction de l’espace public”. Contato: schaller@univ-paris13.fr

Juliana Santana Cavallari – Possui graduação em Letras pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). É mestre e doutora em Linguística Aplicada pela Universidade

Estadual de Campinas (Unicamp). Finalizou um pós-doutorado em 2011 na mesma instituição, na área de Tradução. Atualmente é professora adjunta, orientadora e pesquisadora no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Vale do Sapucaí (PPGCL-Univás). Ministra disciplinas de Língua Inglesa na Faculdade de Tecnologia (FATEC) de Jacareí, SP. Participa de projetos de pesquisa interinstitucionais em âmbito nacional e internacional, desde 2008, como participante e líder. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Linguística Aplicada, atuando principalmente nos seguintes temas: ensino e aprendizagem de língua estrangeira, formação de professores de línguas, práticas inclusivas no contexto escolar, avaliação formal e informal no processo de ensino e aprendizagem de línguas, análise de material didático, ensino de línguas e subjetividade, entre outros. Contato: judu77@hotmail.com

Luiz Francisco Dias – É Professor Titular da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pesquisador bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Possui graduação em Letras pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) e doutorado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Semântica, atuando principalmente nos seguintes temas: relação semântica e sintaxe; enunciação e gramática; ensino do português e história das ideias linguísticas. No âmbito da UFMG, foi Diretor da Faculdade de Letras, membro do Conselho Universitário e do Conselho Curador. Foi também Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da UFMG. Exerceu o cargo de Secretário Executivo da Associação Brasileira de Linguística (Abralin) e foi membro titular do Conselho Deliberativo da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (Anpoll). É membro titular do Conselho Editorial da Editora da Unicamp. Orientou 20 dissertações de mestrado e 9 teses de doutorado. Publicou cerca de 70 textos, entre artigos em periódicos, livros e capítulos de livros. Contato: luiz.francisco@uol.com.br

Paula Chiaretti – Possui Graduação, Mestrado e Doutorado em Psicologia, pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP), da Universidade de São Paulo (USP). Durante o doutorado, fez estágios: na Université Sorbonne Nouvelle Paris 3 (França); na Universidad Nacional de Córdoba, em Córdoba (Argentina), sob supervisão de Adriana Boria. Atualmente é docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem, da Universidade do Vale do Sapucaí (PPGCL-Univás), em Pouso Alegre-MG. É editora da revista DisSoL – Discurso, Sociedade e Linguagem, do PPGCL-Univás, especializada na publicação de trabalhos discentes. É membro-fundador da associação de formação em Psicanálise Língua – Espaço de Interlocação em Psicanálise, de Ribeirão Preto-SP. Trabalha com Análise de Discurso e Psicanálise. Principais temas de pesquisa: discursos de autoajuda; discursos prescritivos sobre felicidade, saúde e formas de vida, genéricos discursivos, subjetividade e novas tecnologias (redes sociais e jogos eletrônicos). Contato: chiaretti.paula@gmail.com

Pedro de Souza – Possui graduação pela Universidade Metodista de São Paulo, mestrado em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo e doutorado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Em 2007 realizou pós-doutorado na École Normale Supérieure de Lyon, na França, com pesquisa sobre performance vocal nos ditos e escritos de Michel Foucault. Tem em andamento ainda o projeto sobre voz e subjetivação na palavra cantada. Atualmente é professor associado I da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Teoria e Análise Linguística, Análise de Discurso, atuando principalmente nos seguintes temas: discurso, enunciação, subjetividade, seguindo a perspectiva de Michel Foucault. Nessa mesma linha temática, orienta pesquisas no curso de Pós-graduação em Estudos da Tradução. Contato: pedesou@gmail.com